



Ministério da Educação

**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO
MARANHÃO**

PROEN • PRO-REITORIA DE ENSINO
DAESP • Diretoria de ações especiais

PROJETO PEDAGÓGICO PARA CRIAÇÃO DE TURMAS ESPECIAIS DO CURSO DE PRIMEIRA LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA

Edital nº 23/2023 - Parfor Equidade



SÃO LUÍS – MA
MAIO/2024

Projeto Pedagógico para Criação de Turmas Especiais do Curso De Primeira Licenciatura Intercultural Indígena
CEP 65.000-000



Ministério da Educação

**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO
MARANHÃO**

PROEN • PRO-REITORIA DE ENSINO
DAESP • Diretoria de ações especiais

PROJETO PEDAGÓGICO PARA CRIAÇÃO DE TURMAS ESPECIAIS DO CURSO DE PRIMEIRA LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA

Editais nº 23/2023 - Parfor Equidade

Projeto Pedagógico do Curso de Primeira Licenciatura Intercultural Indígena, apresentado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, para formação de turmas especiais em cursos de primeira licenciatura, no âmbito do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR Equidade), para ser submetido a análise, conforme Edital CAPES nº 23/2023.

PROJETO CRIAÇÃO DO CURSO DE PRIMEIRA LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA

DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome da IES: Universidade Federal do Maranhão

Sigla: UFMA

Status jurídico: Fundação de Ensino

CNPJ: 06.279.103/0001-19

Endereço: Campos Dom Delgado, Av. dos Portugueses, nº 1966 - Vila Bacanga, São Luís - MA, CEP: 65080-805

Telefone: (098) 3272-8701

DADOS DO DIRIGENTE DA UFMA

Nome do Dirigente: Fernando Carvalho Silva

Cargo: Reitor

E-mail institucional: reitoria@ufma.br

Website: www.ufma.br

Telefone: (098) 3272-8701

DADOS PARA CONTATO DA PROPOSTA

Nome: Robinson Santos Pinheiro

Cargo: Docente do Ensino Superior – UFMA – lotado no Departamento de Ciências Humanas: Geografia, do Campus de Grajaú

E-mai: robinson.pinheiro@ufma.br

Cel: (53) 9 9172 – 2588

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Prof. Akcley Marques Bandeira - Docente/UFMA

Prof. Robinson Santos Pinheiro – Docente/UFMA

Profa. Sandra Maria Barros Alves – Docente/UFMA

Profa. Antônia de Sousa Leal – Docente/UFMA

Francinete Costa Primo – Bibliotecária/UFMA

Jaciara Marques Galvão Silva – Bibliotecária/UFMA

Diogo Nogueira dos Santos – Técnico administrativo em educação/UFMA

Roney Correia da Silva – Técnico em Tecnologias/UFMA

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome do curso: Licenciatura Intercultural Indígena

Grau: Licenciatura

Modalidade: presencial

Código E-MEC: 1676771

CC do Curso: em elaboração

Data prevista para início e o fim do curso (5 anos): Fevereiro de 2025 até Fevereiro de 2030.

Local de funcionamento do curso: nos polos que compõem a proposta, com funcionamento no Centro de Ciências/UFMA de Grajaú.

Tipo de Curso: Primeira Licenciatura

Unidade Acadêmica Proponente: Centro de Ciências de Grajaú – UFMA

Carga horária total do curso: 3.585 (três mil, quinhentos e oitenta e cinco) horas, 196 (cento e noventa e seis) créditos.

Créditos: 196 (cento e noventa e seis) créditos.

Total de número de vagas: 160 (cento e sessenta) vagas divididas em 6 (seis) polos/municípios: Amarante do Maranhão, Arame, Barra do Corda, Bom Jardim, Jenipapo dos Vieiras e Grajaú.

Forma de ingresso: Processo seletivo definido em edital específico/próprio.

Titulação conferida aos egressos: Licenciado(a) Intercultural Indígena com 3 (três) habilitações: Ciências Humanas e Sociais, Linguagens e Artes e Ciências Exatas e biológicas. Cada polo/município ofertará somente 1 (uma) habilitação, como segue: Amarante do Maranhão – Ciências Humanas e Sociais; Arame – Ciências Humanas e Sociais; Barra do Corda – Linguagens e Artes; Bom Jardim – Linguagens e Artes; Grajaú – Linguagens e Artes; e Jenipapo dos Vieiras - Ciências Exatas e biológicas.

Tipo de funcionamento: Aos sábados, funcionará nos turnos matutino e vespertino (8h às 12h e das 14h às 18h); aos domingos, no turno matutino (das 8h às 12h). Nos

períodos de férias, funcionará de segunda a sábado nos turnos matutino e vespertino (8h às 12h e das 14h às 18h).

UF e município da sede: Grajaú – Maranhão

Período de integralização do curso

Mínimo: 10 semestres ou 5 anos

Máximo: 14 semestres ou 7 anos

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	9
2	UFMA: HISTÓRIA E ORGANIZAÇÃO	11
3	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UFMA.....	13
4	GRADUAÇÃO NA UFMA	15
5	O PARFOR A UFMA.....	17
5.1	HISTÓRICO FUNCIONAMENTO PARFOR	18
6	JUSTIFICATIVA PARA CRIAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA – PARFOR EQUIDADE... 	22
7	MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DO EDITAL PARFOR EQUIDADE	32
7.1	AMARANTE DO MARANHÃO	32
7.2	ARAME	33
7.3	BARRA DO CORDA	34
7.4	BOM JARDIM.....	35
7.5	JENIPAPO DOS VIEIRAS	36
7.6	GRAJAÚ	37
8	FORMA DE INGRESSO.....	39
8.1	PÚBLICO ALVO - CRITÉRIOS DE INSCRIÇÃO.....	39
8.2	PROCESSO DE SELEÇÃO PARA INGRESSO NO CURSO.....	39
8.3	NÚMERO DE VAGAS E A CONSTITUIÇÃO DE TURMAS	40
8.4	FUNCIONAMENTO DO CURSO DE PRIMEIRA LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA	40
9	LICENCIATURAS INTERCULTURAIS INDÍGENAS NO BRASIL.....	42
10	BASES LEGAIS.....	46
11	ASPECTOS ESTRUTURANTES DO CURSO	48
11.1	FUNDAMENTAÇÃO DO CURSO	49
12	OBJETIVOS DO CURSO.....	53
12.1	GERAL	53
12.2	ESPECÍFICOS.....	54
13	PERFIL DO EGRESSO	54
14	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS	55
14.1	GERAL	55
14.2	ESPECÍFICA	55
15	CAMPO DE ATUAÇÃO.....	58
16	CONCEPÇÃO E PRINCÍPIOS	59
16.1	PRINCÍPIOS QUE DEFINEM A ABORDAGEM DOS TEMAS	60
16.2	PRINCÍPIOS QUE DEFINEM A METODOLOGIA	60
17	ESTRATÉGIAS A SEREM ADOTADAS PARA GARANTIR A PARTICIPAÇÃO DOS PROFESSORES CURSISTAS NA EXTENSÃO	62
18	ATIVIDADES DE PESQUISA DO CURSO	63
19	SISTEMA DE AVALIAÇÃO	65
19.1	GESTÃO DO CURSO A PARTIR DAS AVALIAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS	67
19.2	APOIO AO DISCENTE	68
20	ESTRUTURA CURRICULAR	69
20.1	EDUCAÇÃO AMBIENTAL, DIREITOS HUMANOS, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E INDÍGENAS.....	89

21	ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	90
22	CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO	90
23	PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR.....	91
24	ESTÁGIO OBRIGATÓRIO	91
25	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	93
26	INFRAESTRUTURA DO CURSO	94
27	COORDENAÇÃO DE CURSO	95
28	COLEGIADO DO CURSO	96
29	NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE	96
30	CORPO DOCENTE	96
31	EMENTÁRIO DE COMPONENTES CURRICULARES.....	99
32	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E REFERENCIADA	208

1 APRESENTAÇÃO

O direito a uma educação escolar diferenciada para os povos indígenas é assegurado por uma ampla legislação nacional e internacional, a exemplo da Constituição Federal de 1988; pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 5.051/2004; pelo Plano Nacional de Educação – PNE, sancionado pela Lei nº 13.005/2014; pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, da Organização das Nações Unidas (ONU); pela Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas de 2007; pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), além de uma farta base documenta.

A Constituição da República do Brasil, promulgada em 1988, considerada uma carta cidadã, que assegura a garantia dos direitos humanos, resguardando a diversidade das diferentes matrizes formadoras da nação brasileira abriu um leque de horizontes para a incorporação de pautas de povos e comunidades tradicionais, etnias indígenas e remanescentes quilombolas, além de parcelas da sociedade em vulnerabilidade econômica e social. É diante deste contexto sintético, que a Educação Indígena se torna um direito assegurado pela Constituição Federal, por meio de processos educacionais diferenciados, específicos, interculturais e bilíngues, o que vem sendo regulamentado em vários textos legais.

Apesar das garantias constitucionais, muitos estudos convergem para reconhecer que o panorama geral da educação indígena no Brasil é permeado por experiências fragmentadas e descontínuas, além de ser regionalmente desigual e desarticulado, com rupturas de muitos processos. Há, ainda, muito a ser feito e construído no sentido da universalização da oferta de uma educação escolar e universitária de qualidade para os povos indígenas, que venha ao encontro de seus projetos de futuro, de autonomia e que garanta a sua inclusão no universo dos programas governamentais que buscam a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, nos termos da Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

Diante de uma demanda cada vez mais crescente das diferentes etnias indígenas que habitam o Maranhão por meio da articulação de associações representativas dos povos indígenas em prol da ampliação de oferta do ensino superior público, universal e de qualidade; e ciente do seu papel como a maior instituição de ensino superior pública do Maranhão, a UFMA, em atendimento ao Edital do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da

Educação Básica (PARFOR/Equidade) - Edital CAPES nº 23/2023, apresenta o Projeto Pedagógico para criação de turmas especiais do Curso de Primeira Licenciatura Intercultural Indígena, a ser apresentado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, para formação de turmas especiais em cursos de primeira licenciatura.

A criação do Curso de Primeira Licenciatura Intercultural vem ao ensejo do referido edital, no sentido de ampliar a oferta de ensino superior de forma diferenciada, conforme política, idealizada junto à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC).

Logo, esta proposta se enquadra nos objetivos do Parfor/Equidade, visto que almeja formar professores em licenciatura específica para atendimento das redes públicas de educação básica ou das escolas indígenas ou redes comunitárias de formação por alternância, que ofereçam educação escolar indígena.

Além disso, oferecer a oportunidade de acesso à formação específica de nível superior, conforme a área de atuação, especialmente para suprir a demanda por professores indígenas, que atuam nas redes públicas de educação básica e/ou nas redes comunitárias de formação por alternância, em consonância com as Diretrizes Curriculares específicas de cada grupo.

2 UFMA: HISTÓRIA E ORGANIZAÇÃO

A Universidade Federal do Maranhão tem sua origem na antiga Faculdade de Filosofia de São Luís do Maranhão, fundada em 1953, por iniciativa da Academia Maranhense de Letras, da Fundação Paulo Ramos e da Arquidiocese de São Luís. Embora inicialmente sua mantenedora fosse aquela Fundação, por força da Lei Estadual n.º 1.976 de 31/12/1959 dela se desligou e, posteriormente, passou a integrar a Sociedade Maranhense de Cultura Superior- SOMACS, que fora criada em 29/01/1956 com a finalidade de promover o desenvolvimento da cultura do Estado, inclusive criar uma Universidade Católica.

A Universidade então criada, fundada pela SOMACS em 18/01/1958 e reconhecida como Universidade livre pela União em 22/06/1961, através do Decreto n.º 50.832, denominou-se Universidade do Maranhão, sem a especificação de católica no seu nome, congregando a Faculdade de Filosofia, a Escola de Enfermagem 'São Francisco de Assis' (1948), a Escola de Serviço Social (1953) e a Faculdade de Ciências Médicas (1958).

Posteriormente, o então Arcebispo de São Luís e Chanceler da Universidade, acolhendo sugestão do Ministério da Educação e Cultura, propõe ao Governo Federal a criação de uma Fundação oficial que passasse a manter a Universidade do Maranhão, agregando ainda a Faculdade de Direito (1945), a Escola de Farmácia e Odontologia (1945) - instituições isoladas federais e a Faculdade de Ciências Econômicas (1965) - instituição isolada particular.

Assim foi instituída, pelo Governo Federal, nos termos da Lei n.º 5.152, de 21/10/1966 (alterada pelo Decreto Lei n.º 921, de 10/10/1969 e pela Lei n.º 5.928, de 29/10/1973), a Fundação Universidade do Maranhão – FUM, com a finalidade de implantar progressivamente a Universidade do Maranhão.

A administração da Fundação Universidade do Maranhão ficou a cargo de um Conselho Diretor, composto de seis membros titulares e dois suplentes, nomeados pelo Presidente da República, que entre si elegeram seu primeiro Presidente e Vice- Presidente.

O primeiro Conselho Diretor, a quem coube as providências preliminares da implantação da Universidade, foi assim constituído: Prof. Clodoaldo Cardoso, Presidente; Prof. Raymundo de Mattos Serrão, Vice-Presidente; Cônego José de Ribamar Carvalho, Prof. José Maria Cabral Marques, Dr. José Antonio Martins de

Oliveira Itapary e Sr. Francisco Guimarães e Souza (substituído, por renúncia, pelo Prof. Orlando Lopes Medeiros) e suplentes Cônego Benedito Ewerton Costa e Prof. Joaquim Serra Costa.

O Decreto n.º 59.941, de 06/01/1967, aprovou o Estatuto da Fundação, cuja criação se formalizou com a escritura pública de 27/01/1967, registrada no cartório de notas do 1º Ofício de São Luís. Por fim, em lista tríplice votada pelo Conselho Universitário, foram eleitos, pelo Conselho Diretor, os primeiros dirigentes da nova Universidade, cuja posse se realizou no dia 01/05/1967. Foram eles o Prof. Pedro Neiva de Santana, Reitor; o Prof. Mário Martins Meireles, Vice-Reitor Administrativo e o Cônego José de Ribamar Carvalho, Vice-Reitor Pedagógico, isso de conformidade com o projeto do Estatuto da Universidade, já aprovado pelo Conselho Diretor e posto em execução, como norma provisória, até sua homologação e aprovação pelas autoridades competentes, o que só ocorreu em 13/08/1970 pelo Decreto Lei n.º 67.047 e Decreto n.º 67.048.

Em 14 de novembro de 1972, na gestão do Reitor Cônego José de Ribamar Carvalho, foi inaugurada a primeira unidade do Campus do Bacanga, o prédio 'Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco'; a partir daí a mudança da Universidade para o seu campus tornou-se irreversível.

Com mais de cinco décadas de existência, a UFMA tem contribuído, de forma significativa, para o desenvolvimento do Estado do Maranhão, formando profissionais nas diferentes áreas de conhecimento em nível de graduação e de pós-graduação, empreendendo pesquisas voltadas aos principais problemas do Estado e da Região, desenvolvendo atividades de extensão abrangendo ações de organização social, de produção e inovações tecnológicas, de capacitação de recursos humanos e de valorização da cultura.

A UFMA, estruturada sob a forma de fundação de direito público, como uma Instituição Federal de Educação Superior de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educação, possui Conselhos Superiores que são representações colegiadas designadas a deliberar, normatizar, supervisionar e fiscalizar matérias de política econômico-financeira, de gestão patrimonial, organizacional, de pessoas, de ensino, de pesquisa, de extensão e outras matérias afeitas ao alcance das finalidades da UFMA.

3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UFMA

A estrutura organizacional da UFMA é dinâmica e busca evoluir em resposta aos desafios lançados pelo atual cenário da Administração Pública. Por isso, adaptou-se ao longo do tempo, visando atender às necessidades da instituição quando requerido, ao mesmo tempo em que obedece aos princípios da governança pública. A atual estrutura foi atualizada em 2020, conforme disposto na Resolução nº 226 - CONSAD, 15 de junho de 2020, em consonância com os valores da Universidade e com o Sistema de Informações Organizacionais – SIORG, conforme organograma a seguir.

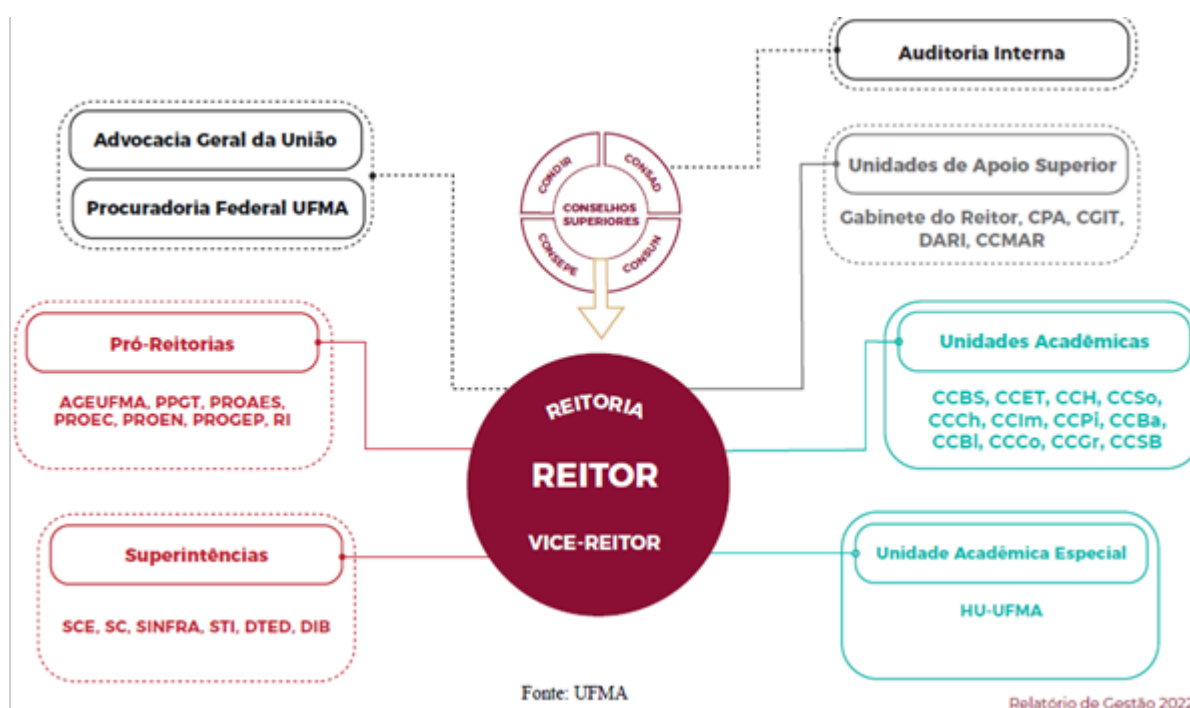


Figura 1 – Estrutura funcional da UFMA. Fonte: Relatório de Gestão, 2022.

Em essência, a governança pública tem como propósitos conquistar e preservar a confiança da sociedade, por meio de conjunto eficiente de mecanismos, a fim de assegurar que as ações executadas estejam sempre alinhadas ao interesse público atendendo aos princípios da legitimidade, da equidade, da responsabilidade, da eficiência, da probidade, da transparência e de *accountability*.

Em adição a estes objetivos, a estrutura de governança da instituição deve, ainda, dar suporte à capacidade de geração de valor – aspecto essencial do interesse público – da instituição no âmbito da sociedade. Desta forma, a UFMA possui sua estrutura de governança composta por órgãos deliberativos (Colegiados Superiores e

Acadêmicos) e órgãos executivos (Administração Superior e Acadêmica) que interagem com a comunidade institucional, local e regional. O Modelo de Governança na UFMA foi elaborado com base nas informações disponibilizadas pelo seu Estatuto, Regimento Geral e Plano de Desenvolvimento Institucional.

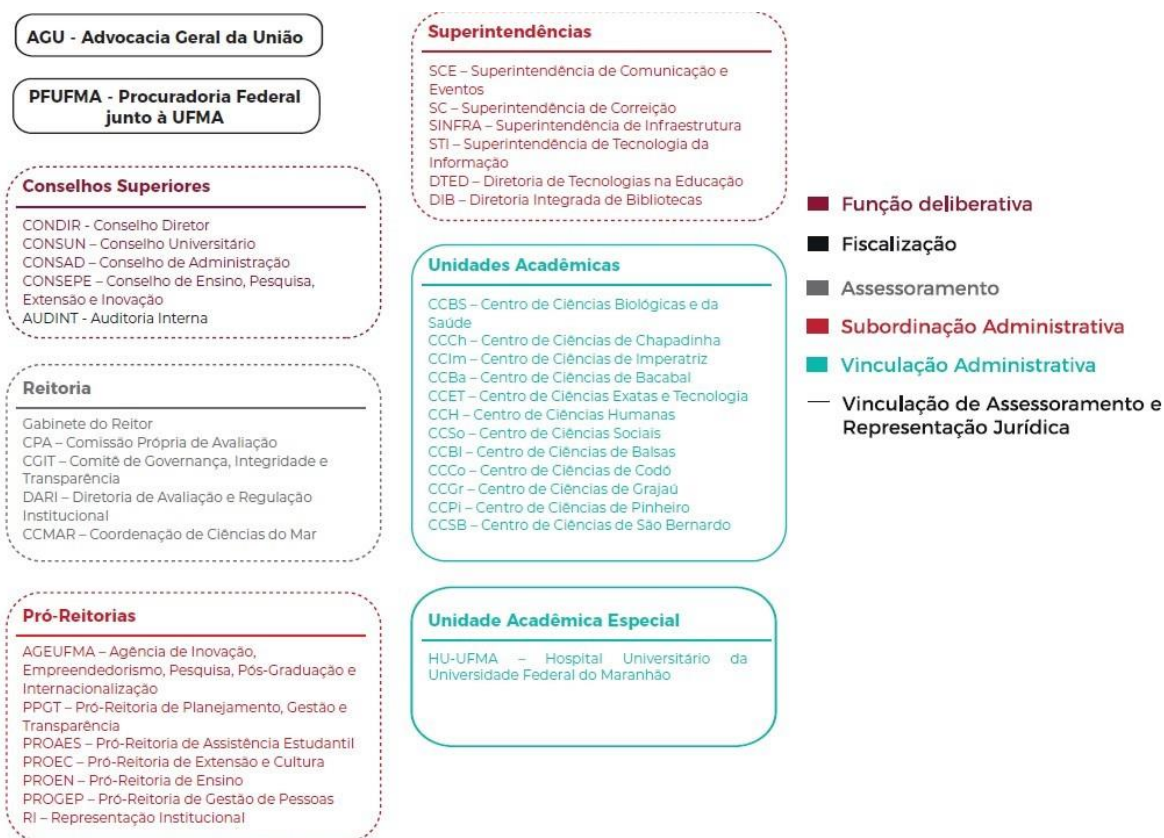


Figura 2 – Descrição da estrutura funcional da UFMA. Fonte: Relatório de Gestão, 2022.

A UFMA possui 04 Conselhos Superiores, cuja composição e competências estão determinadas no Estatuto (Resolução Nº361-CONSUN, de 08 de novembro de 2021) e Regimento Geral (Resolução Nº 416-CONSUN, de 09 de maio de 2022): Conselho Diretor (CONDIR), Conselho Universitário (CONSUN), Conselho de Administração (CONSAD) e Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação (CONSEPE).

Os Colegiados Superiores funcionarão com a presença da maioria absoluta de seus membros, conforme estabelecido no Estatuto e Regimento Geral e o(a) Reitor(a) exerce a presidência.

A presença às reuniões dos Colegiados Superiores é obrigatória e preferencial em relação a qualquer outra atividade de ensino, pesquisa e extensão ou administrativa na Universidade. A Secretaria dos Colegiados Superiores está ligada à Presidência dos Colegiados Superiores, sendo responsável pela supervisão e execução dos serviços pertinentes a cada Conselho.

4 GRADUAÇÃO NA UFMA

A Pró-Reitoria de Graduação da UFMA – PROEN, por meio de suas diretorias e divisões, tem como missão institucional primar pela execução dos seguintes objetivos:

- ✓ Direcionar o planejamento, a execução e avaliação das políticas de graduação sob a responsabilidade dos setores administrativos vinculados ao Departamento;
- ✓ Coordenar as elaborações de minutas de normas acadêmicas sobre temas do ensino de graduação relacionados ao setor;
- ✓ Acompanhar o Procurador Educacional Institucional na abertura de processos, no sistema e-MEC, com vistas à autorização de funcionamento, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação;
- ✓ Controlar a elaboração e aplicação de normas para avaliação do ensino, bem como acompanhar os instrumentos de avaliação instituídos pelo Ministério da Educação (MEC);
- ✓ Acompanhar os relatórios e os indicadores de avaliação dos cursos de graduação divulgados periodicamente pelo MEC;
- ✓ Formular políticas de aperfeiçoamento docente, visando a permanente capacitação pedagógica;
- ✓ Promover políticas que consolidem a articulação da graduação com a educação básica;
- ✓ Promover políticas de consolidação das licenciaturas;
- ✓ Promover articulações entre bacharelados e licenciaturas;
- ✓ Coordenar grupos de discussões, análise e proposição de políticas, Diretrizes e metas para cursos de graduação.
- ✓ Instalar e coordenar os Fóruns de Ensino de Graduação – as licenciaturas e bacharelados;

- ✓ Formular, acompanhar e avaliar, junto ao DIAP, as diretrizes e políticas de estágio da UFMA;
- ✓ Supervisionar a base de dados sobre a situação docente, cursos de graduação (projetos acadêmicos, implantação, estruturas didáticas e laboratoriais, avaliações, estágios, etc), monitorias e outros;
- ✓ Participar de reuniões sobre projetos de cursos de graduação;
- ✓ Contribuir no assessoramento de projetos de cursos de graduação;
- ✓ Acompanhar a reestruturação pedagógica dos cursos de graduação;
- ✓ Participar da elaboração de critérios para a distribuição de vagas de docente (quadro efetivo, professores visitantes e professores substitutos);
- ✓ Planejar, coordenar, acompanhar e avaliar o Programa de Monitoria;
- ✓ Supervisionar e controlar a frequência, férias e afastamento dos servidores lotados no Departamento;
- ✓ Realizar audiências sobre temas da graduação com estudantes, docentes, técnicos administrativos, chefes de departamento, coordenadores de curso e diretores de unidade acadêmicas;
- ✓ Realizar audiências com visitantes externos e institucionais para tratar de temas da graduação;
- ✓ Sistematizar o relatório dos diversos setores relacionados.

Além disso, compete à PROEN, por meio da Diretoria de Organização Acadêmica

– DIOAC:

- ✓ Direcionar o planejamento, a execução e avaliação do desenvolvimento da organização acadêmica sob a responsabilidade dos setores administrativos vinculados ao Departamento;
- ✓ Orientar as Unidades Acadêmicas, docentes, discentes e técnico-administrativos em educação quanto aos termos pertinentes à organização acadêmica;
- ✓ Acompanhar a implementação das normas acadêmicas do ensino de graduação;
- ✓ Coordenar e assessorar as atividades de reformulação das normas acadêmicas do ensino de graduação;
- ✓ Monitorar o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA);
- ✓ Monitorar o Calendário Acadêmico;

- ✓ Acompanhar o processo de implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES);
- ✓ Analisar processos de transferência facultativa e ex officio, elaborando parecer técnico prévio e emitindo a Guia de Transferências para outras instituições de ensino superior, mediante Declaração de Vaga;
- ✓ Supervisionar e controlar a frequência, férias e afastamento dos servidores lotados no
- ✓ Realizar audiências sobre temas da graduação com estudantes, docentes, técnico-administrativos, chefes de departamento, coordenadores de curso e diretores de unidade acadêmica;
- ✓ Realizar audiências com visitantes externos e institucionais para tratar de temas da organização acadêmica;
- ✓ Sistematizar o relatório dos diversos setores relacionados;

Segundo o relatório de Gestão de 2022, o Ensino de Graduação da UFMA, considerando os cursos de graduação presencial, os regulares e os de convênios, apresentaram os seguintes resultados:

- ✓ Ingressantes nos cursos de graduação: 4.368 discentes;
- ✓ Estudantes matriculados nos cursos de graduação: em 2022.1 (1º semestre): 20.268 discentes; em 2022.2 (2º semestre): 19.476 discentes;
- ✓ Número de cancelamentos de matrículas de estudantes nos cursos de graduação: 1.608 desligamentos voluntários;
- ✓ Número de trancamento de matrículas em cursos de graduação: 2022.1(1º semestre): 1.950 discentes; 2022.2 (2º semestre): 2.168 discentes. Média de trancamentos de matrículas no ano de 2022: 2.059 discentes;
- ✓ Total de alunos diplomados por Centro/Campus: como as colações de grau, ainda estão em curso, assim como a atualização de registros de notas e dos registros dos históricos escolares dos discentes, os valores encontrados no quadro seguinte estão sujeitos a alterações para valores superiores aos encontrados até 31.12.2022.

5 O PARFOR A UFMA

O Programa Nacional de Formação de Professores para a Educação Básica – PARFOR se insere no compromisso pela melhoria da qualidade do ensino na

Educação Básica instituído pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Educação (MEC), conveniado com a Secretaria de Educação do Estado do Maranhão (SEDUC) em parceria com a Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Trata-se de um Programa voltado para a formação de professores que estão em exercício nas escolas públicas estaduais e municipais sem formação adequada à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394, de 1996. Portanto, o PARFOR visa à valorização dos profissionais da educação com particular atenção à formação inicial e continuada, em especial dos professores. É nesta perspectiva que o programa tem como meta formar professores em primeira licenciatura, nos parâmetros da legislação vigente, envolvendo-os no contexto em que atuam e de toda a problemática que insere a Educação Básica, com capacidade aguçada para compreender, investigar e produzir alternativas para o seu fazer pedagógico.

A UFMA aderiu o PARFOR desde 2009, sendo que em 2023 completa 14 anos de funcionamento.

5.1 Histórico funcionamento PARFOR

A UFMA já formou, até 2023, um total de 2.764 (dois mil setecentos e sessenta e quatro) alunos egressos até o momento. E, atualmente existem 7 (sete) cursos em andamento do PARFOR, como cursos de primeira Licenciatura, sendo eles: Educação Física, Geografia, História, Letras Inglês, Letras Português, Matemática e Pedagogia.

Nos anos mais recentes do Programa, a UFMA foi contemplada para a execução das 14 turmas destinadas ao Maranhão para os cursos de Primeira Licenciatura em Educação Física, História, Matemática e Pedagogia para os Municípios de Buriti Bravo, Codó, Grajaú, Lago da Pedra, Lago do Junco, Lagoa Grande do Maranhão, Monção, Santa Inês e Urbano Santos, com total de 679 professores/cursistas matriculados com ano-período de entrada 2018.2 pelo chamamento do edital CAPES nº 19/2018.

No Edital da capes nº 08/2022 - Etapa 2022, no qual a UFMA se inscreveu mediante proposta institucional e foi contemplada com **52 (cinquenta e duas) novas turmas**, sendo os cursos de Educação Física, Geografia, História, Letras Português, Letras Inglês, Matemática e Pedagogia. Com essas 52 novas turmas o

PARFOR/UFMA passou a atender a 29 municípios maranhenses, com um total de

2.447 professores/cursistas matriculados, conforme listados a seguir.

EDUCAÇÃO FÍSICA - 472

1. Apicum Açu - 46
2. Belágua - 42
3. Lago da Pedra - 50
4. Monção - 50
5. Pedro do Rosário - 44
6. Poção de Pedras - 50N
7. Porto Rico do Maranhão - 50
8. Santa Helena - 43
9. Turiaçu - 50
10. Urbano Santos - 47

GEOGRAFIA - 142

1. Alto Alegre do Pindaré - 50
2. Barra do Corda - 42
3. Pedro do Rosário - 50

HISTÓRIA - 240

1. Alto Alegre do Pindaré - 50
2. Belágua - 46
3. Igarapé do Meio - 50
4. Monção - 50
5. Urbano Santos - 44

LETRAS PORTUGUÊS - 198

1. Alto Alegre do Pindaré - 50
2. Presidente Juscelino - 50
3. Serrano do Maranhão - 50
4. Sítio Novo - 48

LETRAS INGLÊS - 536

1. Apicum Açu - 49
2. Bom Jardim - 47
3. Buriti Bravo - 50
4. Buriticupu - 41
5. Igarapé do Meio - 50
6. Lago da Pedra - 43
7. Maracaçumé - 39
8. Monção - 50
9. Porto Rico do MA - 48
10. Santa Helena - 47
11. São João Batista - 22
12. Turiaçu - 50

PEDAGOGIA ITZ - 316

1. Arame - 50
2. Barra do Corda - 50

Av. dos Portugueses, 1966 • Bacanga • São Luís • MA
CEP 65.000-000

3. Buriticupu - 50
4. Estreito - 27
5. Grajaú - 50
6. Santa Luzia - 50
7. Sítio Novo - 39

PEDAGOGIA SLZ - 543

1. Bom Jardim - 50
2. Lago do Junco - 43
3. Maracaçumé - 50
4. Marajá do Sena - 50
5. Poção de Pedras - 50
6. Porto Rico do Maranhão - 50
7. Santa Quitéria do Maranhão - 50
8. São Benedito do Rio Preto - 50
9. São João Batista - 50
10. Turiaçu - 50
11. Urbano Santos - 50

Por fim, no Edital da capes nº 08/2022 - Etapa 2023, a UFMA foi novamente contemplada com mais 45 turmas, ao total foram matriculados 1.940 novos professores/cursistas, tendo previsão de início das aulas para janeiro de 2024, conforme listagem a seguir.

EDUCAÇÃO FÍSICA - 181

1. Lago da pedra - 31
2. Poção de Pedras - 50
3. Presidente Juscelino - 50
4. Turiaçu - 50

GEOGRAFIA - 107

1. Alto Alegre do Pindaré - 50
2. Barra do Corda - 18
3. Mirinzal - 21
4. Presidente Vargas - 18

HISTÓRIA - 167

1. Alto Alegre do Pindaré - 50
2. Palmeirândia - 50
3. Presidente Vargas - 17
4. São Benedito do Rio Preto - 50

LETRAS PORTUGUÊS - 338

1. Alto Alegre do Pindaré - 50
2. Barrado Corda - 40
3. Palmeirândia - 50
4. Presidente Juscelino - 50
5. Serrano do Maranhão - 48

6. Turilândia - 50
7. Urbano Santos - 50

LETRAS INGLÊS - 248

1. Bom Jardim - 36
2. Lago da Pedra - 42
3. Mirinzal - 22
4. Poção de Pedras - 48
5. Santa Helena - 50
6. Turiaçu - 50

MATEMÁTICA - 319

1. Bom Jardim - 34
2. Maracaçumé - 38
3. Pedro do Rosário - 50
4. Santa Quitéria do Maranhão - 48
5. São Benedito do Rio Preto - 50
6. Turilândia - 49
7. Urbano Santos - 50

PEDAGOGIA SLZ - 580

1. Arame - 49
2. Barra do Corda - 27
3. Bom Jardim - 50
4. Bom Jesus das Selvas - 20
5. Buriticupu - 50
6. Candido mendes - 50
7. Grajaú - 50
8. Jenipapo dos Vieiras - 50
9. Poção de Pedras - 50
10. Presidente Juscelino - 34
11. Santa Quitéria do Maranhão - 50
12. São Pedro da Água Branca - 50
13. Turiaçu - 50



MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELO PARFOR/UFMA ENTRE 2009 A 2023

1. Apicum-Açu
2. Alto Alegre do Pindaré
3. Arame
4. Barra do Corda
5. Belágua
6. Bom Jesus das Selvas
7. Bom Jardim
8. Buriti Bravo
9. Buriticupu
10. Caxias
11. Codó
12. Coroatã
13. Cururupu
14. Estreito
15. Governador Nunes Freire
16. Grajaú
17. Humberto de Campos
18. Imperatriz
19. Igarapé do Meio
14. Jenipapo dos Vieiras
15. Lago da Pedra
16. Lago do Junco
17. Lagoa Grande Do Maranhão
18. Magalhães de Almeida
19. Maracáçumé
20. Marajá do Sena
21. Matões do Norte
22. Monção
23. Nina Rodrigues
24. Peri-Mirim
25. Pedro do Rosário
26. Presidente Juscelino
27. Presidente Médici
28. Pindaré-Mirim
29. Pio XII
30. Poção de Pedras
31. Porto Rico do Maranhão
32. Santa Inês
33. Santa Helena
34. Santa Quitéria do Maranhão
35. São José de Ribamar
36. São João Batista
37. São Benedito do Rio Preto
38. Santa Luzia
39. Serrano do Maranhão
40. Sítio Novo
41. Timbiras
42. Turiaçu
43. Vargem Grande
44. Urbano Santos



Atualmente PARFOR atende 32 municípios.

6 JUSTIFICATIVA PARA CRIAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA – PARFOR EQUIDADE

O PARFOR Equidade visa formar professores em licenciaturas específicas para atendimento das redes públicas de educação básica ou das redes comunitárias de formação por alternância, que ofereçam educação escolar indígena, bem como oferecer a oportunidade de acesso à formação específica de nível superior, conforme a área de atuação, aos professores indígenas, quilombolas e do campo, ou os que atuam na educação de surdos e na educação especial inclusiva nas redes públicas de educação básica e/ou nas redes comunitárias de formação por alternância, com a perspectiva de atender as seguintes metas:

- ✓ Formar docentes e pedagogos para a atuação na educação escolar indígena, na educação do campo, na educação escolar quilombola, na educação

especial inclusiva e na educação bilíngue de surdos, em consonância com as Diretrizes Curriculares específicas de cada grupo;

- ✓ Fomentar a implementação de projetos pedagógicos para a formação de professores que contemplem as especificidades do público-alvo deste edital, com formas diferenciadas de organização dos conhecimentos, tempos e espaços; e
- ✓ Estimular a aproximação entre a educação superior e a educação básica, tendo as comunidades e as escolas como espaços privilegiados de formação e de pesquisa.

O Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR Equidade) vinculado ao Edital nº 23/2023 integra o Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento, destinado à estruturação, ao fortalecimento e à internacionalização dos Programas de Pesquisa e de Pós-Graduação por meio da mobilidade docente e discente internacional. Trata-se de uma parceria entre a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI/MEC) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que visa propiciar a formação e capacitação de estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas, quilombolas, população do campo e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa de excelência, no Brasil e no exterior, conforme dispõe a Portaria do MEC nº 1.191, de 27 de junho de 2023.

No âmbito do Plano Nacional de Educação- PNE, sancionado pela Lei nº 13.005/2014, a referida matéria ganha escopo quando, uma vez que a universalização do atendimento escolar, na vigência de 10 (dez) anos da Lei, ainda encontra fortes barreiras estruturais e de financiamento, sobretudo, relacionado aos aspectos fundantes de um país sem analfabetos. A esse respeito, é papel dos entes e federados e a das instituições de ensino primar pelo cumprimento das diretrizes estabelecidas pela Lei nº 13.005/2014, especialmente a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação e à promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

No que se refere a uma educação escolar indígena, o Plano Nacional de Educação- PNE institui que a educação no Brasil considere as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural, com destaque para as seguintes diretrizes:

- ✓ Fomentar o atendimento das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada;
- ✓ Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas;
- ✓ Estimular a oferta do ensino fundamental, em especial dos anos iniciais, para as populações do campo, indígenas e quilombolas, nas próprias comunidades;
- ✓ Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas com deficiência;
- ✓ Implantar salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas;
- ✓ Apoiar a alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades quilombolas;
- ✓ Atender às escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais;
- ✓ Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nºs 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008,

assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil;

- ✓ Consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes e de comunidades indígenas e quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, considerada as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a oferta bilíngue na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, em língua materna das comunidades indígenas e em língua portuguesa; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em educação especial;
- ✓ Desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar para as escolas do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os (as) alunos (as) com deficiência;
- ✓ Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de educação a distância;
- ✓ Expandir o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, de acordo com os seus interesses e necessidades;
- ✓ Ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil -

FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico;

- ✓ Expandir atendimento específico a populações do campo e comunidades indígenas e quilombolas, em relação a acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação nessas populações;
- ✓ Implementar ações para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais e para favorecer o acesso das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas a programas de mestrado e doutorado;
- ✓ Implementar programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas e para a educação especial;
- ✓ Considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas no provimento de cargos efetivos para essas escolas.

Neste contexto, a criação do Curso de Primeira Licenciatura Intercultural Indígena atende uma demanda histórica dos diferentes grupos indígenas do Maranhão, no sentido de possibilitar e ampliar a atuação do Ensino Superior Público junto aos povos originários, no que tange à formação integral de professoras e professores indígenas e não indígenas para atuarem nas escolas existentes nas Terras Indígenas do Estado, com ênfase na criação, fortalecimento e ampliação de matrizes curriculares decoloniais.

Além disso, atende à demanda históricas relacionadas com a formação de professores para atuarem em processos educativos diferenciados, na promoção de uma formação de docentes em temas relacionados às políticas afirmativas e à diversidade, visando fortalecer a produção de conhecimento nessas áreas. O curso possibilitará a inserção social e a participação cidadã dos estudantes beneficiados pelo edital, por meio de atividades de extensão, educação popular e assessoria a movimentos sociais e organizações da sociedade civil que lutam pela igualdade de direitos e oportunidades.

Logo, promover a formação de professores para atuarem na Educação Básica, especialmente no Ensino Fundamental aptos a trabalharem com a educação indígena atende a Resolução CNE nº 5, de 22 de junho de 2012, que Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica e a Resolução CNE nº 1, de 7 de janeiro de 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio.

O Curso de Primeira Licenciatura Intercultural Indígena também tem como missão precípua atuar na promoção relações acadêmicas simétricas, em uma perspectiva intercultural, com o fito de aumentar o ingresso de pessoas indígenas no Ensino Superior, seja por meio de curso de formação de professores, ou a partir dos resultados colhidos, no sentido de fomentar o intercâmbio entre diferentes saberes, experiências e conhecimentos.

Ele visa promover a inclusão de pessoas indígenas no Ensino Superior será importante para quebrar as barreiras impostas pelo distanciamento social e cultural em decorrência do colonialismo ainda presente nos sistemas de ensino, fazendo valer a Constituição Federal de 1988, que determina que o Estado promova uma educação indígena de qualidade, em que se valorize as culturas indígenas, por meio, principalmente, das relações Inter étnicas e do fortalecimento da diversidade etnolinguística.

A UFMA, em sua atuação como a maior Instituição de Ensino do Estado do Maranhão, vem contribuindo com políticas de inclusão e permanência no Ensino Superior, em nível de graduação e pós-graduação, por meio de ações afirmativas e de reparação histórica para grupos étnicos e em vulnerabilidade econômica e social, reconhecendo que as instituições de ensino devem atuar fortemente para reparar o processo de exclusão engendrado historicamente contra os povos originários, desde que aqui chegaram os primeiros europeus, ainda no século XVI.

A criação do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena decorre de uma política maior de inclusão adotada pela UFMA, desde 2007, ou seja, 5 (cinco) anos antes da promulgação da Lei 12.711/2012, que estabelece até 50% de vagas para diversidade no ensino superior. A UFMA analisa as mudanças promovidas pela iniciativa.

Apesar dos quase 14 (quatorze) anos de legislação, a história da UFMA com as vagas de ação afirmativa é mais longa. A universidade foi uma das primeiras do

país a implementar a política de cotas para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência em 2007, fruto de reivindicações de professores liderados pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB). Naquele contexto, criou-se a Comissão de Validação de Matrículas para avaliar os estudantes concorrentes às vagas de cotas, que elaborava entrevistas com os candidatos sobre o seu pertencimento étnico e experiências de vida.

A distribuição de vagas leva em consideração dados específicos. Na UFMA, as vagas raciais são oferecidas na ingresso por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU), e a porcentagem é selecionada de acordo com o percentual étnico do estado. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Maranhão, 76% da população é autodeclarada preta ou parda, e 0,5% é autodeclarada indígena. As cotas também envolvem fatores de classe, com critérios de estudantes egressos de escolas públicas ou estudantes com renda igual ou menor que 1 salário mínimo.

Na primeira Gestão do Reitor Natalino Salgado Filho, entre os anos de 2007 e 2008, após um amplo debate com a comunidade acadêmica, a UFMA elaborou a sua política de inclusão social, 5 anos antes da Lei Federal nº 12.711. Foi um momento emblemático, no qual a Universidade precisou avaliar as suas práticas e atuar para reduzir as injustiças sociais e a exclusão educacional. Estivemos entre as primeiras 20 (vinte) Universidades Federais que dispunham de modalidades próprias de ações afirmativas com recorte social/racial, com políticas de cotas para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, com as vagas raciais oferecidas por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU), cujo percentual leva em consideração o perfil étnico da população do Estado, com base nos dados do IBGE.

Além da política de ingresso para estudantes indígenas, pretos, pardos e pessoas com deficiência, a UFMA também criou a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAES), disponibilizou orçamento financeiro e desenvolveu ações voltadas para a permanência desse público em sala de aula, com editais de bolsas e auxílios de fluxo contínuo, como bolsa permanência, voltada a concessão de auxílio financeiro de R\$ 900,00, corrigida neste Governo para R\$ 1.400,00. A bolsa é concedida aos estudantes indígenas e quilombolas e visa contribuir para a permanência e a diplomação dos beneficiados.

No âmbito do curso, os estudantes indígenas e quilombolas em vulnerabilidade socioeconômica são aptos a participar de todos os editais de assistência estudantil da

UFMA, por exemplo: a bolsa aprimoramento acadêmico, bolsa foco acadêmico, auxílio creche, auxílio transporte e moradia estudantil.

Atualmente, a UFMA tem um total de 365 discentes indígenas, perfazendo 351 estudantes de graduação e 14 de Pós-Graduação, distribuídos por diferentes campus e áreas do conhecimento. Não obstante, a UFMA reconhece que muito se tem a avançar no sentido de fomentar a reestruturação curricular dos cursos de graduação para incluir na formação acadêmica aspectos relacionados com a diversidade étnica e cultural e ensino multicultural e multivocal e de respeito a diversidade, com vistas a levar à reflexão nos espaços universitários outros processos históricos e culturais, que não sejam os eurocentrados.

Neste contexto, a visita da Senhora Ministra Sônia Guajajara, em 08 de abril de 2023, que se encontra à frente do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) para receber a Medalha Sousândrade pelo reconhecimento por sua atuação no campo da educação e da cultura do Maranhão e do Brasil, em especial à defesa dos direitos dos povos originários, foi um ponto de partida fundamental para que a UFMA propusesse a criação do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena.

Em seu discurso, a Ministra Sônia Guajajara enfatizou que “[...] o atual momento é uma oportunidade única para os povos indígenas, em que, estando na pasta do Ministério, almeja que outros indígenas possam ocupar também outros espaços da política indigenista. Estamos brigando por essa reestruturação e estamos de fato em um novo momento, que não seja apenas de ocupar os espaços de participação, mas também de mudança de postura dentro da institucionalidade, dentro dos órgãos de governo, seja executivo, judiciário, congresso nacional, nas universidades”, pontuou conforme matéria publicada no *site* da UFMA (2022).

Diante da crescente demanda por formação de professores indígenas em uma perspectiva multiétnica e multicultural e que leve em consideração currículos decoloniais, o curso estrutura-se a partir de uma perspectiva formativa que leve em consideração a multivocalidade e a diversidade do contexto étnico dos povos indígenas do Maranhão.

Neste contexto, o territorial maranhense é formado por várias etnias, que representam processos históricos e culturais relacionados aos povos originários. Segundo os dados do IBGE, ainda do Censo de 2010, o Estado tem uma população de 38.831 indígenas, dos quais 76% vivem em terras indígenas, cujas terras indígenas estão distribuídas por 31 dos municípios maranhenses, representando

quase 15% do total de cidades do Estado. A perspectiva é que no Censo de 2021 esse número tenha um relativo aumento.

De acordo com a FUNAI (2023), habitam o território maranhense as seguintes etnias: Ka'apor, Guajá, Tenetehara, Timbira, Kanela, Krikati e Gamela. Não obstante o Instituto Socioambiental ISA (2023), apresenta um número maior de étnicas, como Canela Apanyekrá, Canela Ramkokamekrá, Gamela, Gavião Kykatejê, Gavião Pykopjê, Guajajara, Awá Guajá, Ka'apor, Krenyê, Krikatí, Tembê, além de grupos étnicos em processo de ressurgência cultural, como os Tupinambá da Raposa e de Curururpu.

O estado do Maranhão possui 17 (dezessete) Terras Indígenas, conforme o Quadro 1, destas, 5 (cinco) localiza-se no município de Grajaú, conforme informações do ZEE – Maranhão (2020).

Quadro 1 – Terras Indígenas no Maranhão

Terras Indígenas	Área total (ha)	População indígena (estimada)	Situação da demarcação	Municípios
Alto Turiaçu	530.525	881	Demarcada	Cândido Mendes, Carutapera e Turiaçu
Araribóia	413.288	4.174	Demarcada	Amarante, B. J. das Selvas, Buriticupu, Arame e S. Luzia
Awá	118.000	198	Não Demarcada	Bom Jardim, Carutapera e Zé Doca
Bacurizinho	82.432	1.976	Demarcada	Grajaú
Cana Brava Guajajara	137.329	3.924	Demarcada	Barra do Corda, Jenipapo dos Vieiras e Grajaú
Caru	172.667	136	Demarcada	Bom Jardim
Geralda / Toco Preto	18.506	104	Demarcada	Grajaú
Governador	41.644	655	Demarcada	Amarante do Maranhão
Kanela - Buriti Velho	125.212	1.265	Demarcada	Barra do Corda
Krikati	146.000	538	Não Demarcada	Amarante do Maranhão, Montes Altos e Sítio Novo
Lagoa Comprida	13.198	470	Demarcada	Grajaú e Jenipapo dos Vieiras
Morro Branco	49	136	Demarcada	Grajaú
Porquinhos - Aldeia Chinelo	79.520	411	Demarcada	Barra do Corda
Rio Pindaré	15.003	556	Demarcada	Bom Jardim

Rodeador	2.319	76	Demarcada	Barra do Corda
Urucu / Juruá	12.697	416	Demarcada	Grajaú

Diante do contexto apresentado, a UFMA, cumprindo sua missão institucional para promoção do conhecimento com democracia e isonomia, propõe a criação do Curso de Licenciatura Intercultural em Formação de Professores Indígenas no município de Grajaú, uma vez que o mesmo concentra o maior número de terras indígenas, além de ser limítrofe de outros municípios com TIs, além de reunir um dos maiores contingentes populacionais de indígenas do Estado.

Desta feita, é de interesse estratégico a adesão da UFMA ao PARFOR – Equidade, no sentido de fortalecer sua política institucional de equidade, promoção da diversidade e a interculturalidade, a educação inclusiva, a formação decolonial e outros mecanismos de inclusão por meio da promoção do ensino superior.

Em atendimento ao edital, alguns parâmetros para seleção dos polos levaram em consideração o Educacenso 2022, que versa sobre o percentual de docentes na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio por grupo de adequação da formação à disciplina que leciona, segundo localização e dependência administrativa para o Estado do Maranhão. Para fins do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, os seguintes municípios apresentaram indicadores que os qualificam para participarem do chamamento do Edital Parfor Equidade, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – Municípios do Maranhão do EDUCENSO 2022

MUNICÍPIO	ENSINO FUNDAMENTAL	
	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS
	Grupo 5*	Grupo 5*
Amarante do Maranhão	74,1%	63,2%
Arame	65,6%	73,1%
Barra do Corda	40,7%	33,0%
Bom Jardim	46,3%	41,5%
Grajaú	51,2%	39,9%
Jenipapo dos Vieiras	73,9%	63,6%

* Grupo 5 – Docentes sem formação superior, que inclui professores responsáveis pela regência de classe e os professores responsáveis pela regência de módulo ou disciplina de turma. Fonte: EDUCACENSO, 2022.

7 MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DO EDITAL PARFOR EQUIDADE

A partir dos dados do Educacenso 2022, os municípios listados a seguir foram escolhidos para participarem do edital de chamamento PARFOR-Equidade de Primeira Licenciatura Intercultural Indígena.

7.1 AMARANTE DO MARANHÃO

Segundo dados do IBGE Cidades, Amarante do Maranhão possui uma área de aproximadamente 7.438,217 km², o município está entre os dez maiores do estado maranhense em extensão territorial, com uma população de 37.085 habitantes, de acordo com o Censo de 2022.

A localização do município é ilustrada a seguir.



Figura 02 – Localização município de Amarante do Maranhão.

A fundação do município data de 21 de outubro de 1953, não obstante o território ancestral ser partilhado com várias etnias indígenas. Os primeiros núcleos urbanos associam-se à busca de terras por lavradores, com as primeiras famílias associadas a dois nomes fundadores: Francisco Rodrigues dos Santos e José Cobiça. Mais tarde, fora os comerciantes, como Cícero Nascimento, procedente de Tuntum, que fundou um comércio. A abertura de estradas entre os municípios próximos, como Grajaú, fora outros fatores que atraíram pessoas para a região.

A Formação administrativa vincula-se à formação do Distrito, criado com a denominação de Amarante do Grajaú, pela lei estadual nº 269, de 31-12-1948, subordinado ao município de Grajaú. Em divisão territorial datada de 01 de setembro de 1950, o distrito de Amarante do Grajaú figura no município. Elevado à categoria de município com a denominação de Amarante do Maranhão, pela lei estadual nº 996, de 21 de outubro 1953, desmembrado de Grajaú. Sede no antigo distrito de Amarante do Maranhão. Constituído do distrito sede. Instalado em 01 de janeiro de 1954.

De acordo com os indicadores de IDH (PNUD/2010) é de 0,555, considerado baixo, ocupando à posição no Maranhão a 148º. O PIB per capita é de R\$ 8 010, 30 (IBGE/2016).

7.2 ARAME

Arame é um município emancipado do município de Grajaú, em 1988. Arame foi elevado à categoria de município e distrito pela lei estadual nº 4867, de 15 de março de 1988, desmembrado de Santa Luzia e Grajaú. A sede era um antigo povoado de Grajaú, instalado em 01 de janeiro 1989. Com uma área total de 3 044,801 km², o município de acordo com o Censo de 2022, contabilizou a população total de 25.517 pessoas (IBGE/2022).

A localização do município é ilustrada a seguir.



Figura 03 – Localização município de Arame.

Segundo dados de IBGE Cidades (2023), a cidade tem esse nome de "Arame" por que antes mesmo de ser dada como cidade já no fim dos anos de 1950 era parada, rota, ponto de encontro de vaqueiros, tropeiros, viajantes e compradores de gado b, cavalos, burros e jumentos vindos dos estados de Ceará e Piauí e indo para os sertões maranhenses (Grajaú), Goiás e até mesmo outras províncias e municípios maranhenses.

Como era um ponto de dormida o gado ficava represado em currais improvisados por arame farpado as margens do rio Zutiuá. Os encontros se repetiram durante anos a fio e o local começou a ficar conhecido como a parada do arame. Tendo como um dos seus mais antigos habitantes o Sr. Francisco Guarin, ou apenas Guarim, como era conhecido por todos.

De acordo com os indicadores IDH (PNUD/2010) é de 0,512m considerado baixo, ocupando a 206ª posição no Maranhão. O PIB per capita é R\$ 7.688,94 (IBGE/2020).

7.3 BARRA DO CORDA

A história de ocupação do atual território ainda é pouca conhecida. As relações das populações ali residentes desde tempos imemoriais começam a se intensificar por meio de uma séria de contatos hostis das levas migrantes de população não indígena desde meados do século XVIII. O mito de fundação de Barra do Corda vincula-se ao cearense, Manoel Rodrigues de Melo Uchoa, logo após à Independência do Brasil, que orientado por seu amigo, Cônego Machado, escolheu um lugar entre a Chapada, hoje Grajaú, e Pastos Bons com o fim de intensificar a população.

O município tem área total de 5 187,673 km². Sua formação administrativa tem início com o Distrito criado com a denominação de Barra do Corda ocorreu pela Lei Provincial n.º 368, de 24 de julho de 1854, subordinado ao município de Chapada. Elevado à categoria de vila com a denominação de Barra do Corda pela Lei Provincial n.º 342, de 31 de maio de 1854, sendo desmembrado de Chapada, com a sede na atual vila de Barra do Corda. Pela Lei Municipal de 06 de junho de 1896 é criado o distrito de Curador e anexado ao município de Barra do Corda. Pela Lei Municipal de 9 de junho de 1907 foram criados os distritos de Axixá, Leandro e Papagaio e anexados ao município de Barra do Corda (IBGE, 2023). Em divisão territorial datada

de 1997, o município foi constituído de 2 distritos: Barra do Corda e Papagaio. Em divisão territorial datada de 2014, o município é constituído do distrito sede.

A localização de Barra do Corda é apresentada na figura a seguir.



Figura 04 – Localização do município de Barra do Corda.

Atualmente, o município tem uma população total, de acordo com o Censo de 2022, 84.532 pessoas, que perfazem uma densidade demográfica de 16,29 habitante por quilômetro quadrado (IBGE, 2022).

Em relação aos indicadores sociais, Barra do Corda apresentou um PIB per capita em 2020 de R\$ 8.452,38, com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM, 2010) de 0,606. Ocupa a posição de 47º no Maranhão.

7.4 BOM JARDIM

O povoamento do atual território de Bom Jardim vincula-se a José Pedro Vasconcelos, que chegou na região para desenvolver atividades agrícolas, que atraiu outros moradores, como Gildásio Brabo (IBGE, 2023). Com área total de 6 590,531 km², a formação administrativa inicia-se recentemente, com a elevação à município pela Lei Estadual n.º 2.735, de 30 de dezembro 1964, desmembrado de Monção.

Em divisão territorial datada de 01 de janeiro de 1979, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2015.

Localizando-se na microrregião do Vale do Pindaré, faz limites com os municípios de Monção, Açailândia, Tufilândia, Pindaré Mirim, São João do Caru, Newton Belo, Alto Alegre do Pindaré, Buriticupu, Bom Jesus das Selvas, Zé Doca, Centro Novo do Maranhão e Itinga do Maranhão, conforme ilustrado na figura a seguir.



Figura 05 – Localização do município de Bom Jardim.

Bom Jardim, segundo o último Censo tem uma população de 33.100 pessoas, que perfaz uma densidade demográfica de 5,02 habitante por quilômetro quadrado (IBGE, 2022). Economicamente, o PIB per capita para 2020 é de R\$ 8.125,85, com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM, 2010) de 0,538, ocupando 175º no Maranhão.

7.5 JENIPAPO DOS VIEIRAS

Segundo dados do IBGE Cidade, a ocupação do atual território de Jenipapo dos Vieiras vincula-se às ordens do então presidente da província, Moreira Alves, afim de atender e socorrer de forte epidemia de varíola que irrompera entre Pedreiras e

Barra da Corda, teria passado pela estrada da Sibéria; impossibilitado de atingir o povoado de Alto Alegre, a 9 km de distância de uma região fértil, enriquecida por uma grande lagoa que não secava nos períodos de ausência das chuvas, conhecida por Lagoa do Genipapo, ficando ali estabelecido um ponto de passagem para viajantes.

A partir de 1930, agricultores sob a liderança de José Vieira Nepomuceno, fixaram para explorar a terra, extraindo dela produtos agrícolas. Com área total de 962,899 km², a criação do município se deu pela lei estadual nº 620 de 10 de novembro de 1994, com território desmembrado de Barra do Corda, e foi instalado em 01 de janeiro de 1997.

A localização do município é apresentada a seguir.



Figura 06 – Localização do município de Jenipapo dos Vieiras.

Com uma população de 17.076 pessoas, de acordo com o último Censo, Jenipapo dos Vieiras apresentou uma densidade demográfica de 8,70 habitante por quilômetro quadrado (IBGE, 2022). Economicamente, o município tem PIB per capita de R\$ 6.290,62, em 2020, e apresentou indicadores com o IDH (PNUD/2010), de 0,490, considerado muito baixo, ocupando a 215ª no Maranhão.

7.6 GRAJAÚ

Grajaú é um município com 8 842,782 km² de território, situado na região centro-sul do estado do Maranhão. Segundo o IBGE Cidades, ele foi fundado pelo navegador e alferes Antônio Francisco dos Reis, em 11 de março de 1811, à margem leste do Rio Grajaú, no local denominado Fazenda Chapada, que era de propriedade de Manoel Valentim Fernandes.

O local também era conhecido como Porto da Chapada. A margem oeste, à época, era habitada por indígenas das etnias Timbira e Piocobjés. Após uma série de conflitos pelo território, entre colonos e indígenas, houve um episódio que marcou a história do Maranhão, com um conflito que resultou em morte entre indígenas e colonos, em 1814.

Em 1816, houve uma retomada da povoação, com o nome de São Paulo do Norte, contando então com um pequeno destacamento de tropas. Em 1817, o então governador do estado mandou fundar no lugar chamado Estrião Grande a Colônia Leopoldina, para maior segurança dos habitantes da região. A colônia compunha-se de quarenta soldados de linha, liderados por Francisco José Pinto Magalhães.

O referido povoado foi elevado à categoria de Vila pela Lei Provincial Sete, de 29 de abril de 1835, por Pedro da Costa Ferreira, presidente da província, passando a chamar-se Vila da Chapada. Durante os anos seguintes, mais precisamente no ano de 1856, a situação da Vila da Chapada foi das mais promissoras. A vila compunha-se de 79 casas, das quais seis eram cobertas de telhas. Era habitada por 341 pessoas, na margem direita e, na margem esquerda do rio, havia onze casas com 79 pessoas.

Em 1869, foi criado o plano de incorporação de uma companhia a vapor no Rio Grajaú, que teve início dois anos depois da incorporação. Surgiu, assim, o centro comercial da cidade, tendo, como ponto principal, a Rua do Porto Grande, atual Rua 7 de Setembro. Foi da Vila da Chapada que se originou a cidade de Grajaú por meio da Lei Provincial nº 1 225, de 7 de abril de 1881.

A localização de Grajaú é indicada no mapa a seguir.



Figura 07 – Localização do município de Grajaú.

De acordo com o Censo de 2022, Grajaú tem 73.872 pessoas, com uma densidade demográfica de 8,34 habitante por quilômetro quadrado. Economicamente, o PIB per capita é de R\$ 11.911,80 para o ano de 2020. Em relação aos indicadores sociais, apresenta o IDH (PNUD/2010) de 0,609, considerado médio, ocupando a 43ª no Maranhão.

8 FORMA DE INGRESSO

Ocorrerá processo seletivo próprio a ser definido em detalhes em Edital específico de forma a considerar os seguintes pontos abaixo descritos:

8.1 Público Alvo - Critérios de Inscrição

Professores e/ou público de demanda social para se licenciarem na formação intercultural indígena a área do curso proposto e atuarem da educação escolar indígena. Serão priorizados profissionais indígenas que já atuem ou tenham experiência em educação indígena; em pesquisas relacionadas às línguas e aos conhecimentos tradicionais e outros projetos comunitários envolvendo povos indígenas, conforme recomendado pelo Edital CAPES – PARFOR Equidade.

8.2 Processo de Seleção para Ingresso no Curso

O processo de seleção em conformidade com os princípios deste PPC considerará, sobretudo, o critério da diversidade de gênero, étnica, linguística e geográfica. A comissão de seleção será responsável pelo processo avaliativo dos candidatos inscritos para concorrerem às vagas oferecidas no Curso, considerando como critérios avaliativos as orientações dispostas em edital específico.

8.3 Número de vagas e a constituição de turmas

No sentido de atender as recomendações estabelecidas pela legislação educacional brasileira, para o funcionamento de programas especiais, fica definido para esta proposta a oferta de 160 (cento e sessenta) vagas divididas entre os seis (6) municípios envolvidos, como segue: Amarante do Maranhão: 27 (vinte e sete) vagas; Arame: 27 (vinte e sete) vagas; Barra do Corda: 26 (vinte e seis) vagas; Bom Jardim: 26 (vinte e seis) vagas; Grajaú: 27 (vinte e sete) vagas; e Jenipapo dos Vieiras: 27 (vinte e sete) vagas.

As turmas serão constituídas por meio de seleção realizada através de edital próprio, confeccionado pela Coordenação Institucional, Ajunta e de Curso do PARFOR. Destaque-se que se priorizará a seleção de professore/as indígenas que estão em atuação e, posteriormente, indígenas que tenham o Ensino Médio e que tenham vontade de trabalhar em escolas indígenas.

8.4 Funcionamento do Curso de Primeira Licenciatura Intercultural Indígena

O curso terá com sede o Centro de Ciências de Grajaú - CCG, com funcionamento das turmas nos polos contemplados pelas turmas da graduação. O município de Grajaú dista cerca de 580 km, se considerarmos o acesso por meio de transporte terrestre. Trata-se de um município situado na região centro-sul do estado do Maranhão, e faz divisa com várias cidades, como Itaipava do Grajaú, Barra do Corda, Arame, Jenipapo dos Vieiras, Fernando Falcão, Formosa da Serra Negra e Sítio Novo. Em termos administrativos, o município é sede da região de Planejamento das Serras.

O município possui área de 8 842,782 km², e uma população estimada, segundo o Censo do IBGE (2021), de 70. 692 habitantes, com uma densidade de 8 hab./km², ocupando a 17ª posição em relação à população do Maranhão. Em termos socioeconômicos, segundo dados do IBGE (2014), Grajaú em um PIB estimando em

R\$ 541.313 mil, com uma renda per capita de R\$ 8.111,75. Em termos de Desenvolvimento Humano, a cidade ocupa o 43º entre os municípios maranhenses, com IDH de 0,609, considerado médio, de acordo com os indicadores do PNUD (2010).

A Resolução nº 140 - CONSUN, de 25 de maio de 2010 criou o Campus de Grajaú como Unidade Administrativa da Universidade Federal do Maranhão. A atuação de Flávio Dino como deputado federal rendeu muitos – e bons – frutos para o Maranhão. Logo quando assumiu seu mandato de deputado federal, em 2007, Flávio foi responsável pela emenda que criou o campus da UFMA (Universidade Federal do Maranhão) em Grajaú.

O Campus da UFMA em Grajaú – localizado a margem esquerda da BR 226, no sentido Grajaú - Porto Franco – ocupa atualmente uma área de dois hectares, mas brevemente incorporará mais 10 hectares de terreno doado à universidade pelo poder Público Municipal. O Campus funcionou de agosto de 2010 a abril de 2012 em espaço provisório, cedido pelo município. Hoje, funciona em prédio próprio com oito salas de aulas, Biblioteca, Laboratório de Informática, Laboratório de Física, Química e Biologia, Auditório, salas administrativas, banheiros, lanchonete e restaurante, tudo dentro do moderno padrão de acessibilidade.

Atualmente, seu quadro docente é composto por 23 professores, mestres e doutores, que lecionam em dois cursos regulares, Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas, com habilitação em Geografia e Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais com habilitação em Química. O Campus também é sede de Cursos do Programa de Formação de Professores da Educação Básica – PROFEBPAR: 1ª Licenciatura em História e 1ª Licenciatura em Pedagogia, em cumprimento a convênio firmado entre o Ministério da Educação com a Universidade Federal do Maranhão e o Município de Grajaú.

Os grupos de disciplinas serão prioritariamente ofertados nos fins de semana, aos sábados e domingos e nas férias, considerando que o público já esteja no mercado de trabalho atuando na educação. Neste sentido, o curso está previsto para funcionar aos sábados, nos turnos matutino e vespertino (8h às 12h e das 14h às 18h); aos domingos no turno matutino (das 8h às 12h). Nos períodos de férias, funcionará de segunda a sábado nos turnos matutino e vespertino.

9 LICENCIATURAS INTERCULTURAIS INDÍGENAS NO BRASIL

Uma vasta legislação brasileira considera a educação indígena como um dos aspectos mais inclusivos e de reparação histórica e social em relação aos povos originários que habitam vastos territórios no Brasil. Além disso, essa modalidade de educação atende aos processos de ensino e aprendizagem próprios, estabelecido em consonância com os interesses e mediante aprovação e acompanhamento dos povos indígenas.

Os processos educacionais interculturais, em geral, ocorrem de maneira lenta e gradual, em todos os níveis de ensino, sendo de fundamental importância a adoção de estratégias de ensino – aprendizagem interculturais, e que reconheçam que os povos indígenas mantêm vivas as suas formas de educação tradicional que podem contribuir na construção de políticas e práticas educacionais adequadas, capazes de atender aos anseios, interesses, necessidades e desafios diários que hoje se impõem a esses povos.

O direito à educação indígena é garantido na Constituição Federal de 1988, quando traz à luz os desafios de se concretizar:

[...] seu direito à manutenção de suas línguas e culturas e a uma educação escolar respeitosa de seus modos próprios de elaboração e transmissão de conhecimento, com objetivos e currículos definidos por cada comunidade específica, de acordo com seus próprios projetos. Essa educação escolar intercultural e específica, a ser desenvolvida em consonância com as condições sociolinguísticas locais (bilíngue, multilíngue, etc.), é definida na legislação e nos documentos oficiais (como o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, MEC, Brasília, 1998) como educação diferenciada.

A esse respeito, para as escolas indígenas se consolidarem enquanto educação escolar indígena diferenciada e de qualidade, precisam de professores indígenas qualificados, com formação em nível superior, que deem conta de atender as demandas de educação básica em suas terras indígenas e comunidades.

Souza e Carvalho (2005) entendem que o atendimento às novas demandas dos povos indígenas por novos cursos de nível superior, requer atenções específicas que implicam necessariamente em que:

[...] rever as dinâmicas educacionais atuais nos espaços que ainda se alimentam do velho indigenismo, o horizonte da diversidade com o qual lidamos e fundamentalmente a diversidade de situações que apresentam os povos indígenas do Brasil. As populações no sul do país habitando pequenos territórios e muito próximas de cidades grandes indicam respostas diferentes que as populações da região amazônica, por exemplo, onde se concentra grande parte das terras indígenas brasileiras [...] (Souza; Carvalho, 2005, p. 175).

Esses aspectos se refletem nas políticas de ingresso de jovens indígenas no ensino superior, em diferentes cursos, e especial nos campos da saúde e educação, demandas mais prementes entre os povos originários. Esse processo é permeado por desafios, contradições e tensões, além de continuidades e descontinuidades em decorrência das especificidades, como o distanciamento das Universidades das Terras Indígenas, estranhamentos culturais, escassez de políticas de permanência e currículos decolonizados.

Nesse contexto, a formação de professores indígenas figura no cenário da luta desses povos como mais uma das questões de destaque frente à concretização da autonomia e do respeito à diferença.

Em relação à fundamentação jurídica para criação do Curso, cita-se Parecer nº 010/20023 do Conselho Nacional da Educação – CNE/CP, aprovado em 11 de março de 2002, que reconhece:

[...] é inegável que a Constituição Federal de 1988 tanto garante às populações indígenas a cidadania plena, satisfazendo com isto o princípio da igualdade (art. 5º), quanto reconhece nelas uma diferença identitária quando assevera no art. 231: São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. O art. 210, § 2º da CF/88 assegura às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. Dentro do espírito de respeito às diferenças, o art. 215 e o art. 242, em seus parágrafos primeiros, reconhecem e dispõem respectivamente: Art. 215, § 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e das de outros participantes do processo civilizatório nacional. Art. 242, § 1º - O ensino da História do Brasil levará em

conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro.

Não obstante, o Conselho Nacional de Educação reivindicar o direito constitucional dos povos indígenas a ter uma educação indígena, o artigo 231 da Constituição Federal por si, já seria suficiente em assegurar o direito dos povos originários a uma educação escolar específica e diferenciada e, conseqüentemente, uma formação de professores indígenas também específica e diferenciada.

De acordo com o artigo 231, está explicitado o direito à educação escolar própria, visto que a cultura indígena formada por bens materiais e imateriais, incluem-se o patrimônio natural os lugares sagrados e as paisagens simbólicas, a religiosidade, os valores éticos e morais, as línguas, a manutenção dos modos de vida ancestrais, a integridade física, e a perpetuação do conhecimento e tradição por meio de diferentes formas de transmissão, e junto dela, destaca-se os processos educacionais inclusivos.

No documento, Diretrizes Para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena, elaborado pelo MEC em 1994, pelo Comitê de Educação Escolar Indígena, destaca-se o item 4.3, que versa sobre a Formação de recursos humanos, informa: as comunidades indígenas exigem, e têm direito a isso, que sejam índios os professores de suas escolas. Para isso, é imprescindível e urgente, dado que a escola indígena deve ser intercultural, bilíngue, específica e diferenciada, que se criem condições necessárias para a formação especializada de índios como professores. As Diretrizes sugerem ainda o permanente diálogo entre as culturas, o respeito, o envolvimento e o compromisso dos agentes e coautores do processo de ensino e aprendizagem e recomendam que os professores das escolas indígenas sejam os próprios índios.

A esse respeito, a Resolução nº 03/99, do Conselho Nacional de Educação, reforça a concepção de formação que embasa o projeto de criação do curso de Licenciatura Intercultural em Formação de Professores Indígenas, sobretudo em seu artigo 7º, no qual os cursos de formação de professores indígenas darão ênfase à constituição de competências referenciadas em conhecimentos, valores, habilidades e atitudes, na elaboração, no desenvolvimento e na avaliação de currículos e programas próprios, na produção de material didático e na utilização de metodologias adequadas de ensino e pesquisa.

Isso quer dizer que, conforme recomendado pela Lei nº 12.416, de 9 de junho de 2011, que modificou o artigo 79 da LDB, para dispor sobre a oferta de educação superior para os povos indígenas –incluindo-se um terceiro parágrafo, com a seguinte redação:

No que se refere à educação superior, sem prejuízo de outras ações, o atendimento aos povos indígenas efetivar-se-á, nas universidades públicas e privadas, mediante a oferta de ensino e de assistência estudantil, assim como de estímulo à pesquisa e desenvolvimento de programas especiais.

Da mesma forma, a Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências, dedicou um capítulo inteiro, com 21 objetivos e metas relacionados com à Educação Indígena como modalidade de ensino, reconhecendo a necessidade de uma formação inicial e continuada dos povos indígenas, enquanto professores de suas escolas e comunidades, com destaque para um dos princípios fundantes de qualquer curso relacionado com a educação indígena que é o direito assegurado aos povos indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Logo, a proposta de uma educação indígena diferenciada, de qualidade exige das instituições e órgãos responsáveis a definição de novas dinâmicas, concepções e mecanismos, para que a educação indígena seja de fato incorporada e beneficiada por sua inclusão no sistema oficial, quanto para que sejam respeitadas em suas particularidades.

Por meio dessa diretriz, urge a necessidade de uma educação indígena bilíngue, e para atender às peculiaridades culturais dos diferentes grupos étnicos, esse percurso é mais vitorioso quando os processos de mediação educacional são promovidos por professores indígenas preferencialmente da mesma matriz étnica.

Conforme recomenda a Lei nº 10.172, é preciso reconhecer que a formação inicial e continuada de pessoas indígenas, enquanto professores de suas comunidades, deve ocorrer em serviço e concomitantemente à sua própria escolarização. A formação que se contempla deve capacitar os professores para a elaboração de currículos e programas específicos para as escolas indígenas; o ensino bilíngue, no que se refere à metodologia e ensino de segundas línguas e ao estabelecimento e uso de um sistema ortográfico das línguas maternas; a condução de pesquisas de caráter antropológico visando à sistematização e incorporação dos

conhecimentos e saberes tradicionais das sociedades indígenas e à elaboração de materiais didático-pedagógicos, bilíngues ou não, para uso nas escolas instaladas em suas comunidades.

Por fim, em relação a existência de cursos superiores para formação de professores indígenas, se considerarmos o quantitativo de universidades públicas no Brasil, e a distribuição de Terras Indígenas e núcleos habitados por povos indígenas, as iniciativas para formação de professores indígenas em nível superior ainda carece de muito avanço. Não obstante, citam-se universidades pioneiras nesse campo de atuação, a exemplo da UFAM, UFG, UFGD, UFPE, UFC, UFCG, UNIFAP, UFSC, UFMS, UNIR, UFAC, UFES, IFAM, IFBA, UNEMAT, UEA, UNEB, UNEAL, UFRR, UFMG,

10 BASES LEGAIS

O presente PPC teve sua concepção e estruturação definidas pela base legal seguinte:

- ✓ Constituição da República Federativa do Brasil, 1988;
- ✓ Lei nº 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN);
- ✓ Lei 12.796/2013: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação;
- ✓ Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004 que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES);
- ✓ Resolução CNE/CEB 04/2010 – Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;
- ✓ Resolução CNE/CP 02/2019 – Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC- Formação);
- ✓ Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015- Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

- ✓ Nota 020/2014, de 21 de novembro de 2014, que introduz um indicador da adequação da formação inicial dos docentes das escolas de educação básica brasileira, segundo as orientações legais;
- ✓ Parecer 28/2001, que dispõe sobre as cargas horárias dos cursos de formação de professores;
- ✓ Parecer 109/2002, que dispõe sobre as cargas horárias de estágio supervisionado e prática de formação docente para os cursos de formação de professores;
- ✓ Resolução CNE/CP 2/2012 - Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
- ✓ Resolução CNE/CP 01/2004 - Institui Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- ✓ Resolução CNE/CP nº 01/2012 – Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- ✓ Lei 10.436/2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras;
- ✓ Decreto 5.626/2005: que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- ✓ Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura (MEC, 2010);
- ✓ Resolução nº 1.892-CONSEPE, de 28 de junho de 2019 que aprova as Normas regulamentadoras dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA);
- ✓ Resolução nº 803- CONSEPE, de 23 de novembro de 2010 que aprova a inclusão da disciplina Libras nos currículos dos Cursos de Graduação da UFMA;
- ✓ Resolução nº 1191-CONSEPE, de 03 de outubro de 2014 que dá nova redação ao Regulamento de Estágio dos Cursos de Graduação da UFMA;
- ✓ As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº 7/2010 e Resolução CNE/CEB nº 4/2010);
- ✓ As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010);

- ✓ Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica
- ✓ As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Parecer CNE/CEB nº 5/2011 e Resolução CNE/CEB nº 2/2012), além de outras que tratam das modalidades que compõem a Educação Básica;
- ✓ As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos definidas no Parecer CNE/CP nº 8/2012;
- ✓ As recomendações do Parecer CNE/CEB nº 10/2011, que tratam da oferta de língua estrangeira nas escolas indígenas de Ensino Médio;
- ✓ As orientações do Parecer CNE/CEB nº 1/2011 e do Parecer CNE/CEB nº 9/2011, que tratam, respectivamente, de questionamento do Conselho de Educação Escolar Indígena do Amazonas a respeito da transformação do colegiado em órgão normativo, e da proposta de fortalecimento e implementação do regime de colaboração mediante arranjos de desenvolvimento da educação;
- ✓ As deliberações da I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, realizada em novembro de 2009, considerada espaço democrático privilegiado de debates e de decisões, com o intuito de celebrar, promover e fortalecer a Educação Escolar Indígena;
- ✓ As determinações do Decreto nº 6.861/2009, que dispõe sobre a Educação Escolar Indígena e define sua organização em territórios etnoeducacionais;
- ✓ Resolução CNE/CP nº 1, de 7 de janeiro de 2015, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio;
- ✓ Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE;
- ✓ Resolução CONSEPE nº 1.111/2014, define a carga horária da disciplina de LIBRAS);
- ✓ Resolução CONSEPE nº 3.494/2024, regulamenta o Núcleo Docente Estruturante;
- ✓ Resolução CONSEPE nº 2.503/2022, determina a curricularização da extensão;
- ✓ Resolução CONSEPE nº 1.674/2017, altera a resolução de estágio UFMA;
- ✓ Resolução CNE/CES nº 7/2018 (legislação nacional da curricularização da extensão);
- ✓ PDI 2022-2026 (atual Plano de Desenvolvimento Institucional).

11 ASPECTOS ESTRUTURANTES DO CURSO

11.1 Fundamentação do Curso

A fundamentação Teórico/Filosófica do Curso está alicerçada nos princípios constitucionais que garantem aos cidadãos brasileiros o direito à educação pública, gratuita, laica, inclusive e que levem em consideração a diversidade de povos que estruturam a nossa história, memória e identidade.

Neste contexto, a o propósito do curso está orientado para uma concepção pedagógica humanista e libertadora por meio da formação de docentes aptos a trabalharem aspectos relacionados com a formação de licenciadas e licenciados interculturais indígenas, e que esteja apto a desenvolver processos pedagógicos de ensino e aprendizagem que fomentem a recuperação das memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização das línguas e ciências indígenas.

Além disso, é essencial que os cursos permitam o acesso ao conhecimento crítico e técnico, informações científicas e culturais da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-indígenas para proporcionar por meio da Educação Indígena como um caminho para construção de relações interétnicas orientadas para a manutenção da pluralidade cultural, pelo reconhecimento de diferentes concepções pedagógicas e pela afirmação dos povos indígenas como sujeitos de direitos.

Por meio destes princípios, o Curso deverá ser capaz, em sua concepção Teórico/Filosófica, de valorizar e estimular processos educativos por meio da centralidade do território para o bem viver dos povos indígenas e para seus processos formativos nas Terras Indígenas, ainda que se estendam por territórios de diversos Estados ou Municípios contíguos, como é o caso dos polos previamente selecionados para funcionamento do Curso no Estado do Maranhão.

Além disso, é aspecto fundante do curso reconhecer a importância das línguas indígenas e dos registros linguísticos específicos do português para o ensino ministrado nas línguas maternas das comunidades indígenas, como uma das formas de preservação da realidade sociolinguística de cada povo e de valorização da cultura e da identidade.

Nesses termos a organização curricular para a formação de professores considera as suas estruturas sociais, práticas socioculturais, religiosas e econômicas, formas de produção de conhecimento, processos próprios e métodos de ensino-

aprendizagem; a produção de materiais didático-pedagógicos produzidos de acordo com o contexto sociocultural de cada povo indígena.

Os aspectos estruturantes para criação do Curso ganham estofa na própria Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação, com destaque para os seguintes aspectos:

- 1) Atribuir aos Estados a responsabilidade legal pela educação indígena, quer diretamente, quer através de delegação de responsabilidades aos seus Municípios, sob a coordenação geral e com o apoio financeiro do Ministério da Educação;
- 2) Universalizar imediatamente a adoção das diretrizes para a política nacional de educação escolar indígena e os parâmetros curriculares estabelecidos pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Ministério da Educação;
- 3) Universalizar, em dez anos, a oferta às comunidades indígenas de programas educacionais equivalentes às quatro primeiras séries do ensino fundamental, respeitando seus modos de vida, suas visões de mundo e as situações sociolinguísticas específicas por elas vivenciadas;
- 4) Ampliar, gradativamente, a oferta de ensino de 5ª a 8ª série à população indígena, quer na própria escola indígena, quer integrando os alunos em classes comuns nas escolas próximas, ao mesmo tempo em que se ofereça o atendimento adicional necessário para sua adaptação, a fim de garantir o acesso ao ensino fundamental pleno;
- 5) Fortalecer e garantir a consolidação, o aperfeiçoamento e o reconhecimento de experiências de construção de uma educação diferenciada e de qualidade atualmente em curso em áreas indígenas;
- 6) Criar, dentro de um ano, a categoria oficial de "escola indígena" para que a especificidade do modelo de educação intercultural e bilíngue seja assegurada;
- 7) Proceder, dentro de dois anos, ao reconhecimento oficial e à regularização legal de todos os estabelecimentos de ensino localizados no interior das terras indígenas e em outras áreas assim como a constituição de um cadastro nacional de escolas indígenas;
- 8) Assegurar a autonomia das escolas indígenas, tanto no que se refere ao projeto pedagógico quanto ao uso de recursos financeiros públicos para a manutenção do cotidiano escolar, garantindo a plena participação de cada comunidade indígena nas decisões relativas ao funcionamento da escola;

- 9) Estabelecer, dentro de um ano, padrões mínimos mais flexíveis de infraestrutura escolar para esses estabelecimentos, que garantam a adaptação às condições climáticas da região e, sempre que possível, as técnicas de edificação próprias do grupo, de acordo com o uso social e concepções do espaço próprias de cada comunidade indígena, além de condições sanitárias e de higiene;
- 10) Estabelecer um programa nacional de colaboração entre a União e os Estados para, dentro de cinco anos, equipar as escolas indígenas com equipamento didático-pedagógico básico, incluindo bibliotecas, videotecas e outros materiais de apoio;
- 11) Adaptar programas do Ministério da Educação de auxílio ao desenvolvimento da educação, já existentes, como transporte escolar, livro didático, biblioteca escolar, merenda escolar, TV Escola, de forma a contemplar a especificidade da educação indígena, quer em termos do contingente escolar, quer quanto aos seus objetivos e necessidades, assegurando o fornecimento desses benefícios às escolas;
- 12) Fortalecer e ampliar as linhas de financiamento existentes no Ministério da Educação para implementação de programas de educação escolar indígena, a serem executados pelas secretarias estaduais ou municipais de educação, organizações de apoio aos índios, universidades e organizações ou associações indígenas;
- 13) Criar, tanto no Ministério da Educação como nos órgãos estaduais de educação, programas voltados à produção e publicação de materiais didáticos e pedagógicos específicos para os grupos indígenas, incluindo livros, vídeos, dicionários e outros, elaborados por professores indígenas juntamente com os seus alunos e assessores;
- 14) Implantar, dentro de um ano, as diretrizes curriculares nacionais e os parâmetros curriculares e universalizar, em cinco anos, a aplicação pelas escolas indígenas na formulação do seu projeto pedagógico;
- 15) Instituir e regulamentar, nos sistemas estaduais de ensino, a profissionalização e reconhecimento público do magistério indígena, com a criação da categoria de professores indígenas como carreira específica do magistério, com concurso de provas e títulos adequados às particularidades linguísticas e culturais das sociedades indígenas, garantindo a esses professores os

- mesmos direitos atribuídos aos demais do mesmo sistema de ensino, com níveis de remuneração correspondentes ao seu nível de qualificação profissional;
- 16) Estabelecer e assegurar a qualidade de programas contínuos de formação sistemática do professorado indígena, especialmente no que diz respeito aos conhecimentos relativos aos processos escolares de ensino-aprendizagem, à alfabetização, à construção coletiva de conhecimentos na escola e à valorização do patrimônio cultural da população atendida;
 - 17) Formular, em dois anos, um plano para a implementação de programas especiais para a formação de professores indígenas em nível superior, através da colaboração das universidades e de instituições de nível equivalente;
 - 18) Criar, estruturar e fortalecer, dentro do prazo máximo de dois anos, nas secretarias estaduais de educação, setores responsáveis pela educação indígena, com a incumbência de promovê-la, acompanhá-la e gerenciá-la;
 - 19) Implantar, dentro de um ano, cursos de educação profissional, especialmente nas regiões agrárias, visando à auto sustentação e ao uso da terra de forma equilibrada;
 - 20) Promover, com a colaboração entre a União, os Estados e Municípios e em parceria com as instituições de ensino superior, a produção de programas de formação de professores de educação a distância de nível fundamental e médio;
 - 21) Promover a correta e ampla informação da população brasileira em geral, sobre as sociedades e culturas indígenas, como meio de combater o desconhecimento, a intolerância e o preconceito em relação a essas populações.

Dentre as 21 metas, convém destacar a 17, na qual consta a união de esforços entre os entes federados e a sociedade civil, em especial os povos indígenas no sentido de se formular em dois anos, um plano para a implementação de programas especiais para a formação de professores indígenas em nível superior, através da colaboração das universidades e de instituições de nível equivalente.

O Parecer nº 010/2002 do CNE enfatiza que as instituições devem suprir a demanda e criar cursos de formação para uma habilitação plena dos professores indígenas, em acordo com o art. 8º § 1º da LDB, em que as Universidades dos Sistemas de Ensino e outras instituições de ensino superior credenciadas, em

especial aquelas mais próximas das populações indígenas, serão espaços institucionais de ensino superior que preencherão a necessidade de formação dos professores indígenas em nível universitário e garantam a formação expressa na Lei n.º 10.172, em especial a meta 17.

Logo, as IES, de acordo com a sua autonomia, poderão elaborar seu projeto pedagógico de modo a propiciar um padrão de excelência na formação superior de docentes para atuarem na educação básica da Escola Indígena de tal modo que nelas se efetivem, articuladamente, as exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais da Formação Docente em nível superior com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e, ainda, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena.

Neste contexto, surgem as licenciaturas Interculturais Indígenas, que são cursos de graduação articulados e demandados por associações de povos indígenas organizados em diversas regiões do Brasil, e implementados pelo Governo Federal, especialmente na Gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seu Ministro da Educação Fernando Haddad por meio do Programa de Apoio a Formação Superior e Licenciaturas Indígenas – PROLIND, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, no ano de 2005.

Esse Programa teve como missão formar docentes indígenas com uma integralização curricular que lhes proporcione amalgamar saberes tradicionais de suas culturas, aos conhecimentos acadêmicos e científicos demandados pelas realidades sócio étnicas das quais fazem parte. Esses dois largos campos de informações, práticas e reflexões, a partir dos quais são concebidas as Licenciaturas Interculturais Indígenas, relacionam componentes curriculares que perpassam: 1) na área étnica - a espiritualidade, os mitos, os rituais, as curas, as artes, o movimento indígena, a culinária entre outros saberes tradicionais; 2) no âmbito acadêmico - são pertinentes aquelas disciplinas que estão inseridas nas grandes áreas das Ciências Humanas, linguagem e Códigos, Ciências da Natureza e Matemática.

12 OBJETIVOS DO CURSO

12.1 Geral

Formar, em nível superior, numa perspectiva intercultural e interdisciplinar, gestore/as de escola do Ensino Básico e professore/as para atuar do 6º ao 9º do Ensino Fundamental e no Ensino Médio nas escolas indígenas, com habilitação nas áreas de Ciências Humanas e Sociais ou Ciências Exatas e Biológicas ou Linguagens e Artes.

12.2 Específicos

- ✓ Contribuir para o avanço do projeto político-pedagógico das escolas indígenas.
- ✓ Oferecer condições para que as escolas indígenas, através do trabalho educativo integrado dos professores e comunidades, possam promover o acesso aos saberes científicos historicamente construídos pela humanidade, bem como a valorização do patrimônio territorial, cultural e ambiental indígena, propiciando um diálogo intercultural, a partir de suas lógicas e valores;
- ✓ Possibilitar aos professores indígenas um processo de formação que contribua para a construção de condições de promover em sala de aula o processo educativo que, fundamentado na cultura e forma de pensamento própria de cada povo, possa estar orientado para a melhoria das condições de vida, através da apropriação crítica de bens culturais e recursos tecnológicos advindos de outras sociedades;
- ✓ Promover ações que permitam a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão;
- ✓ Formar licenciados para atuarem nas seguintes áreas: Ciências Humanas e Sociais; Ciências Exatas e Biológicas; Linguagens e Artes.
- ✓ Formar profissionais capazes de exercer cargos de gestão das escolas indígenas.

13 PERFIL DO EGRESSO

Os egressos do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena são professores habilitados em Linguagens e Artes ou Ciências Humanas e Sociais ou Ciências Exatas e Biológicas, para atuar no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e no Ensino Médio, podendo desenvolver, ainda, atividades de gestão na Educação Escolar Indígena.

14 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

O curso busca habilitar os licenciados e as licenciadas para:

14.1 Geral

- ✓ Atuar e participar em diferentes dimensões da vida das comunidades indígenas, valorizando as suas especificidades culturais e étnicas;
- ✓ Atuar como professor na 2ª etapa do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e no Ensino Médio das escolas indígenas, de acordo com a habilitação cursada, promovendo o ensino-aprendizagem de forma intercultural;
- ✓ Desenvolver uma participação efetiva em toda a educação básica das escolas da comunidade dentro da perspectiva intercultural e interdisciplinar;
- ✓ Por meio de perspectivas próprias e por meio de novas experimentações em ensino e pesquisa, lidar com os conhecimentos acadêmicos de forma intercultural;
- ✓ Articular a proposta pedagógica da escola com a proposta política de sua comunidade e território;
- ✓ Avaliar criticamente a política de escolarização para indígenas a partir de sua experiência e construir instrumentos próprios de atuação na comunidade;
- ✓ Estabelecer uma organização interdisciplinar de conteúdos escolares criando uma dinâmica entre os saberes próprios de seu povo;
- ✓ Compreender a legislação referente aos povos indígenas e mais especificamente à política educacional;
- ✓ Assegurar a reflexão e a discussão sobre os diferentes sistemas e meios de avaliação, temas transversais, formação de professores/as e outras temáticas que se configuram em tendências contemporâneas para a formação de professores/as licenciados;
- ✓ Atuar na gestão/administração das escolas de Ensino Básico indígenas e públicas.

14.2 Específica

Linguagens e Artes:

- ✓ Realizar pesquisas com vistas à revitalização das práticas linguísticas e culturais de suas comunidades, de acordo com sua situação sociolinguística e sociocultural, relacionando-as com os processos de ensino e aprendizagem;
- ✓ Estimular, por meio de experiências criativas, as múltiplas linguagens a partir da perspectiva de seu povo;
- ✓ Elaborar materiais diferenciados, relacionados às realidades e línguas indígenas;
- ✓ Compreender a interação entre as Línguas Maternas com as Línguas Oficiais;
- ✓ Perceber e contribuir na concepção de alfabetização e de letramento. As características da linguagem escrita e seu processo de aquisição. O ensino e a aprendizagem da Língua Portuguesa sob a luz da Sociolinguística. Questões implícitas do preconceito e da ideologia;
- ✓ Saber as concepções de literaturas de autoria indígena. Concepções de ensino postas em circulação pelas cosmovisões indígenas. Fundamentos para o ensino de literaturas em contextos indígenas. Metodologias para o ensino de literaturas de autoria indígena. Formação de leitores de literaturas indígenas. Usos e seleção crítica de materiais para o ensino de literaturas em contextos indígenas;
- ✓ Realizar estudos das noções de multiletramentos, multimodalidade e identidades indígenas aplicadas ao contexto linguístico-cultural e práticas dos povos originários brasileiros;
- ✓ Promover estudos/pesquisas acerca da arte Indígena do Maranhão e do Brasil.

Ciências Humanas e Sociais:

- ✓ Compreender as línguas e os saberes numa perspectiva de movimento das sociedades no espaço;
- ✓ Promover o entrelaçamento entre escola e comunidade indígena, possibilitando que a escola seja acolhida pela comunidade e atue como aliada na implantação da

gestão etnoterritorializada e do Plano de Vida dos povos indígenas em suas comunidades;

- ✓ Desenvolver ações comunitárias no contexto da Educação Escolar Indígena, promovendo transformações pertinentes e coerentes com os aspectos históricos, sociais, culturais, linguísticos, econômicos e políticos de seu povo;
- ✓ Promover ações de valorização dos conhecimentos e saberes tradicionais dos povos indígenas;
- ✓ Favorecer e promover a ampliação da compreensão crítica sobre a realidade cultural, social, política e educacional, com enfoque em diferentes contextos (local, regional, nacional, internacional), buscando garantir a intervenção dos licenciandos/as egressos/as na realidade indígena;
- ✓ Analisar os aspectos vinculados as questões econômicas, sociais e políticas, locais e globais, relacionadas a Arquitetura e Urbanismo e questões ambientais. Estudo analítico do processo de consolidação do sistema-mundo capitalista de poder econômico e político. Direito à cidade, Direito à natureza, Direitos não humanos. Assentamentos humanos, apropriações e desigualdades socioambientais em diferentes escalas. Perfis populacionais, padrões de uso e ocupação, tendências socioespaciais e transformações urbano-territoriais, densidades;
- ✓ Ser capaz de promover estudos das relações entre História, Memória e Historiografia. Memória Social, Memória Política e Memória Cultural em processos de construção de identidades individuais e coletivas. História Oral: teoria, metodologia e prática. Políticas Públicas e Usos de Memórias no Tempo Presente, compreendendo a emergência do testemunho e suas implicações na constituição dos acervos documentais;
- ✓ Produzir cartografia Temática e compreender a sua evolução. Classificação das cartas temáticas. Planejamento cartográfico. Elaboração de mapa temático em meio digital.

Ciência Exatas e Biológicas:

- ✓ Entender as línguas e saberes sobre o mundo físico, da vida e quantificações interculturais;

- ✓ Compreender e analisar os temas da Biologia a partir do diálogo com os saberes tradicionais das comunidades indígenas;
- ✓ Compreender o estudo da gênese do método científico. Conceitos, fenômenos e leis físicas relativas à Mecânica, desde suas origens na Grécia Antiga até a revolução científica do século XVII. Em especial, estudo da Cosmologia e da Física aristotélica; a Astronomia ptolomaica; a transmissão do aristotelismo ao ocidente; a Astronomia e a Física da Idade Média; a revolução copernicana; a obra científica de Kepler; a obra científica de Galileu; o nascimento da Física newtoniana e a modernização da Mecânica newtoniana;
- ✓ Desenvolver estudos gerais das funções. Função de 1o e 2o grau. Função exponencial e função logarítmica. Logarítimos decimais. Progressões. Juros. Noções de Matemática Financeira;
- ✓ Refletir sobre os elementos da Zoologia. Identificar e caracterizar de forma geral os diversos agrupamentos zoológicos. Técnicas para obtenção de organismos e montagens de coleções didáticas. Estudo prático de exemplares típicos dos grupos mais representativos no estado do Maranhão;
- ✓ Compreender a estrutura do átomo: modelos de Rutherford-Bohr e atual. Ligação Química: Teoria de ligação de valência; Introdução à teoria de orbital molecular; Modelo simplificado da ligação iônica. Forças Intermoleculares. Soluções e Colóides. Reações Químicas: aspectos qualitativos. Reações Químicas: aspectos quantitativos. Energia de Ativação e Equilíbrio Químico;
- ✓ Entender a organização e evolução da célula. A superfície celular. Motilidade e forma da célula. Os componentes do citoesqueleto. Organização do material genético. O ciclo celular. A decodificação da informação genética. Organização e evolução molecular de agentes infecciosos não celulares. A lógica molecular na condição vital. A origem e evolução da vida.

15 CAMPO DE ATUAÇÃO

O egresso da Primeira Licenciatura Intercultural Indígena, respeitando a sua habilitação de formação como citada na estrutura curricular, poderá atuar:

- Como professor em escolas da Educação Básica;
- Como professor da Educação Escolar Indígena;

- Como agente cultural, assessor da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) e pesquisador;
- Em cursos que ofertam Fundamentos e Metodologias para a Educação das Relações Étnico-Raciais;
- Como gestor administrativo e pedagógico dos estabelecimentos de ensino da Educação Básica.

16 Concepção e princípios

O Curso de Licenciatura Intercultural em Formação de Professores Indígenas caracteriza-se por princípios, considerados fundamentais, dentre os quais se destacam:

- 1) A perspectiva da interculturalidade – do diálogo entre as diferentes histórias e os diferentes saberes;
- 2) A perspectiva da interdisciplinaridade;
- 3) A flexibilidade, possibilitando a seleção / escolha conjunta (Universidade e organizações indígenas) das disciplinas e conteúdos que vão compor o currículo do curso;
- 4) Atendimento à Resolução CNE/CP Nº 2/2012, as quais versam de temáticas relacionadas à Educação Ambiental, Direitos Humanos, Relações Étnico- Raciais e Indígena, em disciplinas com conteúdos interdisciplinares e práticas docentes, extensionistas e de pesquisa que realizam o diálogo entre Ciências Humanas e Sociais, Ciências Exatas e Biológicas e Linguagens e Artes.

É o princípio curricular presente em todos os eixos de estudos e nas disciplinas dos cursos que reafirma o seu principal objetivo, qual seja, formar professores indígenas. Para tanto, os conteúdos curriculares devem contemplar três dimensões complementares:

- a) *a dimensão cultural* - que considera a realidade específica (território, língua, valores e etno-conhecimentos) dos cursistas e de seu povo;
- b) *a dimensão epistemológica* - que trata do desenvolvimento do pensamento científico e se funda nos saberes das diferentes ciências que integram o currículo específico de cada curso (UFMT/IE, 1994);
- c) *a dimensão pedagógica* - que diz respeito à capacitação do profissional indígena para desenvolver as atividades inerentes à sua formação.

16.1 Princípios que definem a abordagem dos temas

a) A *diversidade*, entendida aqui como o respeito para com os diferentes povos, línguas e culturas, e também como a postura dialógica para com as diferentes formas de ver o mundo e de compreender as ações humanas. Nas palavras de Rigoberta Menchú Tum (1997), Prêmio Nobel da Paz, isso significa que:

Esta nova forma de relação deve sustentar-se no reconhecimento e respeito dos direitos de todos os povos; no reconhecimento da multiculturalidade mundial e nacional, de maneira que contribua para a construção de nações pluriétnicas, multiculturais e plurilíngues. Estas relações interculturais podem contribuir para a convivência pacífica entre os povos e culturas com igualdade e justiça, e como aporte para a paz, a cooperação e a solidariedade que devem reger as relações entre os Estados e os povos.

Devem contribuir para criar as condições que propiciem a autoestima e autovalorização cultural dos povos indígenas e não-indígenas. Contribuir para que o otimismo e a esperança consigam se sobrepor à perda de valores, ao pessimismo, à desconfiança e à desesperança que predominam no mundo de hoje e que golpeiam com especial dureza aos povos do nosso continente.

b) A historicidade, entendida como a compreensão de que o processo de produção e circulação de conhecimentos se desenvolve em contextos históricos e culturais concretos, portanto, estão sujeitos a múltiplas determinações.

c) A (re)construção e a transformação, tidas aqui como uma postura crítica frente aos conhecimentos considerados "prontos e acabados" e como uma atitude de busca permanente de novos conhecimentos. Tal dinâmica supõe momentos de sistematização das etapas já realizadas e o planejamento dos períodos sequenciais, tornando o currículo flexível, dinâmico e criativo.

16.2 Princípios que definem a metodologia

Esses princípios são entendidos aqui como a decisão metodológica de desenvolver o processo de formação com base nas experiências individuais e coletivas dos estudantes. Assim, se focará em possibilitar o processo de ensino-aprendizagem por meio da interdisciplinaridade, do uso de práticas inovadoras, na

busca da acessibilidade metodológica e das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) que permitam um melhor desenvolvimento do processo formativo.

A leitura crítica da realidade, base de identificação do profissional indígena, da sua atividade e da sua prática política. É desse princípio que resulta a construção da identidade do profissional indígena, sujeito que atuará com a sua comunidade e o seu povo na construção coletiva do seu projeto societário.

O tratamento integrado dos conteúdos, entendido como a formação de um aporte científico e metodológico que possibilite o trabalho globalizado e construa a polivalência, requisito fundamental no trato dos diferentes conteúdos.

O exercício investigatório, enquanto postura pedagógica e processo de construção coletiva e interdisciplinar de conhecimentos, é aqui entendido como a forma privilegiada de reflexão sobre a prática docente. Nessa acepção, deixa de ser apenas um exercício acadêmico, mas se arraiga no cotidiano das escolas e das comunidades. Teoria e prática estarão integradas ao longo de todo o período de formação estimulando a construção interdisciplinar, reconhecendo a autonomia relativa das disciplinas e favorecendo o diálogo entre as diferentes ciências.

A perspectiva da interculturalidade é indicada no Referencial para Implantação de Programas de Formação de Professores Indígenas nos Sistemas Estaduais de Ensino (MEC, 2001), que afirma a necessidade de se elaborar “propostas de formação continuada e a Licenciatura Plena em nível superior na especialidade da educação intercultural e bilíngue”. Na expressão de Fleuri (2000, p. 6), a perspectiva intercultural “busca promover a construção de identidades sociais e o reconhecimento das diferenças culturais. Mas, ao mesmo tempo, procura sustentar a relação crítica e solidária entre elas”.

O Curso é, ainda, “específico e diferenciado” porque procura atender às necessidades e interesses de cada povo indígena que busca o ensino superior com vistas a articular a formação de seus professores com o Projeto Político-Pedagógico de suas escolas, discutindo, em especial, a implantação do 6^a ao 9^a ano do ensino fundamental e o futuro ensino médio nas aldeias.

A proposta de criação na UFMA do Curso de Licenciatura Intercultural em Formação de Professores Indígenas é uma iniciativa que atende à perspectiva da inclusão social, no contexto da efetivação de novas políticas públicas, que sejam alternativas, além da forte demanda da sociedade civil por meio das associações representativas dos povos indígenas do Estado.

Neste contexto, a proposta do curso é fortemente alicerçada pelo princípio da alteridade como meio para mudar a realidade de ampliar o acesso de povos indígenas ao Ensino Superior. Em outras palavras, respeitam profundamente a diversidade sociopolítico-cultural dos povos e são coerentes com as prerrogativas constitucionais do “direito à diferença” e do “direito à cidadania plural”, dentro do estatuto maior da autonomia.

Trata-se, portanto, de um projeto institucional, mas de interesse social e estratégico para os povos indígenas do Maranhão por meio do ingresso de indígenas em um percurso formativo que envolve a formação superior na formação de professores em três grandes áreas - a saber: 1) Ciências Humanas e Sociais; 2) Ciências Exatas e Biológicas e 3) Linguagens e Artes. Frisa-se, como será detalhado adiante, que cada cidade parceira do PARFOR/Equidade – UFMA ofertará uma das habilitações.

A matriz curricular levará em conta a interdisciplinaridade em virtude da inter-relação entre as diferentes áreas do conhecimento que estarão presentes no Curso especificamente com a valorização de processos educacionais que destaquem a valorização da identidade étnica, a conquista da autonomia socioeconômica-cultural e a recuperação da memória histórica.

17 ESTRATÉGIAS SEREM ADOTADAS PARA GARANTIR A PARTICIPAÇÃO DOS PROFESSORES CURSISTAS NA EXTENSÃO

A extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico que juntamente com o ensino e a pesquisa formam o tripé de sustentação da Universidade. Dentre as diretrizes da extensão conforme a Resolução nº 621- UFMA – CONSEPE, de 26 de junho de 2008 esclarece que a extensão universitária é dividida em quatro eixos, a saber: impacto e transformação; interação dialógica; interdisciplinaridade e indissociabilidade ensino, pesquisa-extensão.

A Resolução n.07 de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação (CNE), estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n. 13.005/14.

As Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira regulamentam as atividades acadêmicas de extensão dos cursos de graduação, na forma de

componentes curriculares para estes cursos. Este documento prevê a obrigatoriedade de, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação.

A UFMA publicou a Resolução nº 1892-CONSEPE, de 28 de junho de 2019, que aprova as Normas Regulamentadoras dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e a Resolução Nº 2.503-CONSEPE, 1º de abril de 2022, que regulamenta a inserção da Extensão nos currículos dos cursos de graduação da Universidade Federal do Maranhão.

Neste contexto, ficou estabelecido o componente curricular, com carga horária prevista nos PPCs de cada curso de graduação, que efetivamente contabilizará as horas em ações de extensão dos discentes matriculados. Assim, a ação por meio dos componentes curriculares são os meios pelos quais os discentes acessam os projetos de extensão institucionalizados e ingressam, quando atendidos os requisitos definidos pelo coordenador da ação.

Logo, a curricularização da extensão almeja os seguintes objetivos:

- ✓ Garantir a participação dos professores cursistas na execução de atividades de extensão, selecionando-os para participarem de grupos de extensão já existentes de forma a contribuir tanto para o bem social quanto para o campo profissional;
- ✓ Participação dos professores cursistas na divulgação das atividades da OBMEP nas escolas de seus municípios, bem como implantar polos de estudos avançados sob a orientação dos professores da UFMA com o objetivo de melhorar a aprendizagem matemática e consequentemente os indicadores nas escolas;
- ✓ Participação dos professores cursistas no Seminário de Extensão anual (SEMEX) da UFMA e demais eventos;
- ✓ Participação dos professores cursistas em um projeto de extensão cujo objetivo é preparar estudantes para a prova de matemática e Suas Tecnologias do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM;
- ✓ Realização de oficinas temáticas em escolas públicas sobre determinados temas pertencentes às disciplinas.

18 ATIVIDADES DE PESQUISA DO CURSO

A Universidade Federal do Maranhão tem vasta experiência em formação docente, assegurando a participação dos seus futuros professores em programas e projetos de ensino, de extensão e de pesquisa. No caso do PARFOR, não será diferente, mesmo sendo um programa especial de formação de professor, possuidora de suas idiossincrasias, o corpo docente que dá suporte possui vasta experiência em ensino, pesquisa e extensão. Sendo capazes de promover a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, promovendo conhecimentos significativos para as pessoas cursistas e possibilitando que estes sejam capazes de articular o ensino, a pesquisa e a extensão junto as redes de ensino (municipal e estadual), nas comunidades que atuam ou que atuarão como docentes.

Neste âmbito, a Universidade tem vários programas de pesquisa, ensino e extensão que podem complementar à formação pedagógica, a exemplo do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID, Programa de Residência Pedagógica, Programa de Iniciação Científica Jr - PIC e Programa de Iniciação Científica e Mestrado - PICME voltados para a pesquisa de docentes e discentes.

Desta feita, a atividade de pesquisa, entendida enquanto parte essencial do processo educativo no Curso objetiva desenvolver o potencial do professor-pesquisador em diversos temas de interesse escolar e comunitário. No sentido da produção de novos conhecimentos da realidade de cada povo indígena e da construção de respostas às necessidades da vida.

Por meio da pesquisa no Curso de Licenciatura, os alunos-professores indígenas poderão observar fazer levantamento e registro do cotidiano nas escolas e nas aldeias, sistematizar e analisar as informações coletadas, interpretá-las e difundir-las entre o próprio povo e entre outros povos indígenas e não-indígenas.

Uma questão relevante a ser considerada é que a pesquisa no Curso de Licenciatura terá como foco inicial as diretrizes registradas nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas, práticas dos professores e o cotidiano de cada escola indígena de modo a encaminhar construção de novas metodologias de ensino e produção de material didático específico para o trabalho nas escolas, conforme recomenda Brasil.

É importante que os professores se engajem em diferentes tipos de projetos de pesquisa, sem esquecer dos projetos voltados para sua prática, que investiguem o que se passa em suas escolas, as pedagogias ali em construção, fora e dentro do espaço da sala de aula, para que possam agir refletidamente no processo de construção da educação que suas comunidades desejam.

19 Sistema de avaliação

O sistema de avaliação ocorrerá em duas frentes, a saber: Avaliação do Curso e Avaliação da aprendizagem.

A avaliação do Curso de Primeira Licenciatura Intercultural Indígena e do seu Projeto Pedagógico será avaliado em conformidade com o modelo de avaliação institucional local e nacional, que prevê: 1 - Regularidade do processo; 2 - Participação de todos os segmentos (professores incluindo-se os de outros departamentos, alunos, técnicos e gestores); 3 - Avaliação de todos os segmentos envolvidos; 4 - Avaliação de caráter global, conforme indicação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior-SINAES.

Adequações e alterações poderão ser indicadas pelo Núcleo Docente Estruturante com base nessa avaliação e diante das necessidades normativas e legais, visando atender às normas mais recentes, bem como otimizar as ações pedagógicas e o bom funcionamento do curso.

O Colegiado do Curso definirá previamente os instrumentos de avaliação e realizará levantamento sistemático de informações sobre o Curso, encaminhadas pela coordenação. Instrumentos, resultados e alternativas serão analisados em perspectiva comparada. A avaliação do Curso não poderá deixar de considerar os recursos logísticos disponíveis e o modelo de gestão adotado. Neste sentido, a coordenação do Curso poderá funcionar de modo permanente. No prazo máximo de dois anos, será realizada uma contextualizada avaliação, dirigida pelo Colegiado e coordenação do Curso, com a participação de todos os segmentos envolvidos, inclusive de outros departamentos acadêmicos que ministram disciplinas no Curso de Primeira Licenciatura Intercultural Indígena.

Já a Avaliação da aprendizagem, está ocorrerá de acordo com a Resolução 1892-CONSEPE, de 28 de junho de 2019 que aprova as Normas Regulamentadoras dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Maranhão. Assim, a avaliação

do processo de ensino-aprendizagem se dará por meio da verificação realizada pelos docentes responsáveis pelo componente curricular quanto aos conhecimentos e habilidades desenvolvidas pelos estudantes no componente ministrado, tendo por objetivo contribuir para a formação acadêmico-científica, profissional, ética e política do estudante. (RESOLUÇÃO 1892/2019, p.44).

O registro da avaliação e o registro de frequência no Sistema Acadêmico são de responsabilidade do(s) docente(s), e seu controle da competência da Subunidade Acadêmica na qual o componente curricular está vinculado: I - A avaliação é realizada pela aplicação de instrumentos de verificação de aprendizagem pelo docente, respeitando o Projeto Pedagógico do Curso, podendo ser escrita, oral ou prática, trabalho individual ou em grupo, dentre outros; II - A frequência é o comparecimento do estudante nas aulas ou atividades pertinentes ao componente curricular cursado; e III - O controle da avaliação e do registro ocorre quando a Subunidade Acadêmica na qual o componente curricular está vinculado acompanha o seu andamento, estimulando os docentes a cumprirem os prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico e mantendo a memória institucional por meio do arquivamento dos diários de turma emitidos pelo Sistema Acadêmico e assinados pelos docentes ao final de cada semestre letivo. A frequência às aulas é obrigatória, vedado por lei o abono de faltas, salvo nos casos previstos em legislação específica e condição indispensável para que o estudante se submeta às avaliações inclusive a reposição e a prova final. Por fim, a aprovação é condicionada ao rendimento acadêmico do estudante, este mensurado por intermédio de avaliações e da assiduidade, implicando na contabilização da carga horária e integralização do componente curricular ao histórico: I - O rendimento acadêmico é o resultado numérico da avaliação expresso em valores de 0 (zero) a 10 (dez), permitidas as frações em décimos e vedado o arredondamento; II - A aprovação ocorre quando o estudante obtiver média aritmética igual ou superior a 7,0 (sete), após as 3 (três) avaliações regulares e reposição (caso houver) ou obtiver média aritmética igual ou superior a 6,0 (seis) após a avaliação final (caso houver). O docente aplicará 3 (três) avaliações regulares por disciplina ministrada, sendo obrigatório que uma destas avaliações seja escrita.

O estudante que não comparecer a uma avaliação terá nota igual a 0,0 (zero) nesta avaliação, mesmo que ela seja de reposição ou final. O estudante tem direito à reposição da avaliação em que obteve o menor rendimento, desde que sua média aritmética nas 3 (três) avaliações regulares seja igual ou superior a 4,0 (quatro) e

inferior a 7,0 (sete). A reposição abrangerá o conteúdo da unidade referente à avaliação na qual o estudante apresentou o menor rendimento. Ao estudante que, após a realização da avaliação de reposição, considerando as 3 (três) maiores notas obtidas, alcançar média aritmética inferior a 7,0 (sete) e superior ou igual a 4,0 (quatro), é garantido realizar uma avaliação final que será realizada após o decurso de um prazo de, no mínimo, 3 (três) dias úteis, contados a partir da divulgação da média parcial do estudante. A média final dos estudantes que se submeterem à avaliação final é obtida pela média aritmética simples entre a nova média do estudante após a avaliação de reposição e a nota obtida na avaliação final. Os estudantes que não obtiverem média igual ou superior a 6,0 (seis), após a avaliação final, serão considerados reprovados. A reprovação por conteúdo ocorrerá quando o estudante obtiver média aritmética inferior a 4,0 (quatro), após as 3 (três) avaliações regulares, ou média aritmética inferior a 6,0 (seis), após a avaliação final (caso houver), ou como resultado de sanção disciplinar nos termos do art. 96 da Resolução 1892/2019. A reprovação por frequência ocorrerá quando o estudante deixa de comparecer a mais de 25% (vinte e cinco por cento) do total de aulas e atividades previstas no componente curricular. O coeficiente de rendimento (C.R.) do estudante será obtido pela média ponderada das disciplinas cursadas com aproveitamento ou não, sendo os pesos representados pelos créditos das respectivas disciplinas, e como divisor a soma dos respectivos créditos e, ainda com base na Resolução 1892/2019, é vedado ao estudante reprovado por falta fazer reposição ou prova final.

19.1 Gestão do curso a partir das avaliações internas e externas

A avaliação do Curso de Primeira Licenciatura Intercultural Indígena e do seu Projeto Pedagógico será realizado em conformidade com o modelo de avaliação institucional local e nacional, que prevê:

- 1 - Regularidade do processo;
- 2 - Participação de todos os segmentos (professores incluindo-se os de outros departamentos, alunos, técnicos e gestores);
- 3 - Avaliação de todos os segmentos envolvidos;
- 4 - Avaliação de caráter global, conforme indicação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior-SINAES.

Salienta-se que na posse dos resultados das avaliações, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) poderá sugerir adequações ou alterações conforme análise dos dados oriundos do processo avaliativo. O NDE também poderá indicar alterações ou adequações conforme as necessidades normativas e legais, visando atender às normas mais recentes, bem como otimizar as ações pedagógicas e o bom funcionamento do curso. O Colegiado do Curso, por sua vez, definirá previamente os instrumentos de avaliação e realizará levantamento sistemático de informações sobre o Curso, encaminhadas pela coordenação. Instrumentos, resultados e alternativas serão analisados em perspectiva comparada. A avaliação do Curso não poderá deixar de considerar os recursos logísticos disponíveis e o modelo de gestão adotado. Neste sentido, a coordenação do Curso funcionará de modo permanente.

Em outra perspectiva, a avaliação realizada pelos discentes no SIGAA também servirão como instrumento para sugerir mudanças em determinadas disciplinas bem como orientar práticas pedagógicas mais significativas para os discentes.

No nível do docente, os dados das avaliações discentes servirão como instrumento que ajude no processo de orientação no curso formativo docente que antecede o início das aulas. No nível dos discentes, as avaliações serão apresentadas e discutidas em momento específico, a princípio, no início de cada semestre.

Enfim, se espera conseguir transparência e que de fato que os resultados das avaliações sejam utilizadas para traçar rumos mais seguros e potentes para com a finalidade de formar excelentes profissionais docentes que atuem em escolas indígenas.

19.2 Apoio ao discente

O apoio ao discente do Curso de Primeira Licenciatura Intercultural Indígena contempla ações de acolhimento realizadas pela Coordenação do Curso em todo o início de etapa presencial. Esse acolhimento visa orientar os discentes quanto as atividades do Curso para o semestre, os procedimentos administrativos internos para o acesso a Biblioteca, rede de internet, solicitação de bolsas e auxílios disponíveis e o funcionamento geral do Curso.

No âmbito dos programas e projetos de atendimento pedagógico ao discente, a UFMA, para além das bolsas ofertadas para cada cursista pelo PARFOR-

Equidade/2023, ofertará edital de auxílios e de bolsas, que poderão contribuir para a permanência e maior integração dos discentes nas atividades curriculares, participação em eventos científicos e culturais.

Cabe destacar, também, que o curso visa estimular a participação dos discentes nos Colegiados e nas representações acadêmicas, como por exemplo, Diretório Acadêmico, Colegiado de Curso e Colegiados Superiores.

Junto a isto, ao percebermos dificuldades individuais ou coletivas de aprendizagem, a partir do diálogo entre professor/a, coordenador/a local e coordenador/a de curso, se buscará estabelecer estratégias que venham ao encontro de superar as dificuldades constatadas. O ponto de maior proximidade com os discentes será o corpo docente e a coordenação local, assim, estes, antes de iniciar a atuação com os cursistas, participarão de cursos de formação que orientem acerca do processo de escuta ativa e a necessidade de rapidamente apontarem as dificuldades para que a coordenação local e de curso possa atuar para saná-las. Para além da discussão de ensino-aprendizagem, a coordenação local fará o papel de receber as demandas e apresentar o problema para a coordenação de curso para que se consiga visualizar os possíveis caminhos para “amparar” o/a cursista.

20 ESTRUTURA CURRICULAR

O Curso de Licenciatura Intercultural Indígena tem sua organização curricular baseada na legislação que regula as licenciaturas, conforme a Resolução nº 02/2015-CNE/CP e abrange uma estrutura de componentes curriculares específicos à formação de professores indígenas, definidas pela Resolução no 01/2015-CNE/CP, de acordo com a legislação vigente da UFMA. Destaca-se que o curso de Primeira Licenciatura Intercultural Indígena ofertado pela UFMA terá como missão, como já apresentado, a formação de gestores de Escolas Públicas e de Professores/as indígenas em três habilitações, a saber: 1) Ciências Humanas e Sociais; 2) Linguagens e Artes e; 3) Ciências Exatas e Biológicas. Salienta-se que cada polo desenvolverá somente uma habilitação específica definida a partir do contexto educacional e das demandas de cada município parceiro neste projeto. Desta feita, segue a divisão das ofertas de habilitações conforme os municípios parceiros: Amarante do Maranhão – Ciências Humanas e Sociais. Arame – Ciências Humanas e

Sociais; Barra do Corda – Linguagens e Artes. Bom Jardim – Linguagens e artes. Grajaú – Linguagens e Artes. Jenipapo dos Vieiras - Ciências Exatas e Biológicas.

Em atendimento à Resolução CNE/CP Nº 2/2019 e a Resolução CNE/CP Nº 1/2015, a organização curricular do Curso apresenta três eixos estruturantes:

- a) EIXO I: Conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais, totalizando 1.035 (mil e trinta e cinco) horas;
- b) EIXO II: Conteúdos específicos das áreas (Ciências Humanas e Sociais, Linguagens e Artes e Ciências Exatas e Biológicas), componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e para o domínio pedagógico desses conteúdos, totalizando 1.620 (mil seiscentos e vinte) horas;

E, em atendimento à Resolução CNE/CP Nº 2/2019, o projeto fixou no Eixo III, a carga horária de práticas pedagógicas em 810h, subdivididas da seguinte forma:

- c) Eixo III: 810 (oitocentas e dez) horas, prática pedagógica subdivididas em:
 - 1) 405 (quatrocentas e cinco) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora, sendo 135 horas (7º período) Estágio em Gestão de Sistemas de Ensino e Organização da Educação Indígena; 135 horas (8º período) Estágio em Docência I (realizado no Anos Finais do Ensino Fundamental) e 135 horas (9º período) Estágio em Docência II (Ensino Médio) e 2) 405 (quatrocentas e cinco) horas para a prática dos componentes curriculares dos Eixos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora.

Quadro 3 – Componentes curriculares obrigatórios do EIXO I (Formação Geral e Pedagógica/Núcleo Comum, com a carga horária de Extensão e Prática como Componente Curricular - PCC e número de créditos): 1) Ciências Humanas e Sociais; 2) Linguagens e Artes e; 3) Ciências Exatas e Biológicas

COMPONENTE CURRICULAR	CH Teórica	CH Prática	Extensão	PCC	CH Total	Créditos
Tópicos em Pesquisa	45		15		60	4
Língua Portuguesa I	45			15	60	4
Fundamentos da Educação	60				60	4

Introdução as Línguas Indígenas	60		30		90	6
Sociologia I	45			15	60	4
Educação Especial e Inclusiva	45			15	60	4
Fundamentos da Educação Indígena I	45		15		60	4
Gestão e Cotidiano da Escola Indígena	60		30		90	6
Alfabetização Cartográfica	30	30			60	3
Fundamentos da Antropologia Cultural	30		30		60	4
Tecnologias da Informação Aplicadas ao Ensino	45			15	60	4
Optativa I	60				60	4
Currículo Intercultural	45		15		60	4
LIBRAS	30	30			60	3
Seminário Temático e Planejamento Pedagógico I	30			30	60	4
Didática e a Organização do Trabalho Escolar Indígena	30	30			60	3
Produção Textual I	60				60	4
Produção Textual II	45			15	60	4
Total	810	90	135	105	1140	73

Quadro 4 – Componentes curriculares Optativos por Eixo, com a carga horária de Extensão e Prática como Componente Curricular - PCC e número de créditos): 1) Ciências Humanas e Sociais; 2) Linguagens e Artes e; 3) Ciências Exatas e Biológicas

COMPONENTE CURRICULAR	Eixo	CH Teórica	CH Prática	Extensão	PCC	CH Total	Créditos
EIXO I (Formação Geral e Pedagógica/Núcleo Comum)							
Fundamentos da Educação Indígena II	I	60				60	4
Educação, Cultura e Sociedade	I	60				60	4
Literatura e Educação	I	60				60	4
Avaliação do Ensino da Aprendizagem	I	60				60	4
EIXO II (Formação Específica), carga horária e número de créditos, incluindo Extensão e PCC							
1) Ciências Humanas e Sociais							
Relações Interétnicas, Identidades e Etnicidades	II	30			30	60	4
Direitos Indígenas		30			30	60	4

Contemporâneos	II						
Antropologia IV	II	30			30	60	4
Bioética	II	30			30	60	4
2) Linguagens e Artes							
Literaturas Indígenas IV	II	30			30	60	4
Prática de Leitura e Produção Textual em Língua Portuguesa	II	30			30	60	4
Prática de Leitura e Produção Textual em Língua Indígena	II	30			30	60	4
Direitos Indígenas Contemporâneos	II	30			30	60	4
3) Ciências Exatas e Biológicas							
Ensino de Ciências III	II	30			30	60	4
Instrumentação para o Ensino de Ciências	II	30			30	60	4
Fundamentos das Ciências Naturais	II	30			30	60	4
Parasitologia com Ênfase em Doenças Tropicais	II	30			30	60	4

Quadro 5 – Componentes curriculares obrigatórios do EIXO II (Formação Específica), carga horária e número de créditos, incluindo Extensão e PCC – 1) Ciências Humanas e Sociais

COMPONENTE CURRICULAR OBRIGATÓRIOS	CH Teórica	CH Prática	Extensão	PCC	CH Total	Créditos
História dos Povos Indígenas do Brasil I	45		15		60	4
Histórias dos Povos Indígenas do Maranhão I	45		15		60	4
Pensamento Filosófico e Epistemologias Indígenas: diversidade de saberes	30	30			60	3
História das Políticas Indigenistas e Indígenas no Brasil	30			30	60	4
Povos Indígenas, Ambiente e Sustentabilidade	45			15	60	4
História dos Povos Indígenas do Brasil II	60		30		90	6
Saberes Geográficos e Organização do Espaço e Território	30	30			60	3
Pesquisa em Humanidades e Cotidiano do Professor Indígena	60				60	4
Antropologia I	30			30	60	4
Cosmologias Indígenas I	60				60	4
Arqueologias Indígenas	30			30	60	4
História dos Povos Indígenas do Brasil III	30	30			60	3
História dos Povos Indígenas do Maranhão II	45			15	60	4

Território dos Povos Indígenas, Ambiente e Sustentabilidade	45			15	60	4
Pensamento Decolonial	60				60	4
Ontologias Indígenas I	30	30			60	3
Antropologia II	45			15	60	4
Sociologia II	30			30	60	4
Território e Territorialidades dos Povos Indígenas	60		30		90	6
Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais e Cotidiano do Professor Indígena	60				60	4
Região e Regionalização do Brasil	60				60	4
História dos Povos Indígenas do Brasil IV	30	30	30		90	5
História dos Povos Indígenas do Maranhão III	30			30	60	4
Projetos e Ações nas Áreas da Cultura, Direitos Humanos, Educação e Meio Ambiente	15		45		60	4
Ontologias Indígenas II	45		15		60	4
Optativa II	30			30	60	4
Oficina de Sistematização e Apresentação das Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais	30			30	60	4
Seminário Temático e Planejamento Pedagógico II	60			30	90	6
Educação em Ambiente Escolar	15		45		60	4
Produção Textual III	45		15		60	4
TOTAL	1230	150	240	300	1920	123

Quadro 6 – Componentes curriculares obrigatórios do EIXO II (Formação Específica), carga horária e número de créditos, incluindo Extensão e PCC – 2) Linguagens e Artes.

COMPONENTE CURRICULAR	CH Teórica	CH Prática	Extensão	PCC	CH Total	Créditos
História dos Povos Indígenas do Brasil I	45		15		60	4
Histórias dos Povos Indígenas do Maranhão I	45		15		60	4
Língua Portuguesa II	30	30			60	3
Línguas Indígenas I	60			30	90	6
Literaturas Indígenas I	45			15	60	4
Expressão Cultural I	30		30		60	4
Língua Portuguesa III	30	30			60	3
Línguas Indígenas II	45			15	60	4
Literaturas Indígenas II	45			15	60	4
Línguas em Contato: Português e Língua Indígena I	60				60	4
Cultura e região no Brasil Contemporâneo	60				60	4
Língua Portuguesa IV	30			30	60	4

Línguas Indígenas III	30	30			60	3
Literaturas Indígenas III	45			15	60	4
Pesquisa em Linguagens e Cotidiano do Professor Indígena I	45			15	60	4
Expressão Cultural II	60				60	4
Línguas Indígenas Maranhenses	60				60	4
Línguas Indígenas IV	45			15	60	4
Optativa II	30			30	60	4
Pesquisa em Linguagens e Cotidiano do Professor Indígena II	60		30		90	6
Línguas em Contato: Português e Língua Indígena II	30	30			60	3
Expressão Cultural III	30	30	30		90	5
Arte Indígena	30			30	60	4
Projetos e Ações nas Áreas da Cultura, Direitos Humanos, Educação e Meio Ambiente	15		45		60	4
Pesquisa em Linguagens e Artes e Cotidiano do Professor	45		15		60	4
Música Indígena	30			30	60	4
Oficina de Sistematização e Apresentação das Pesquisas em Linguagens – Língua Portuguesa; Língua Indígena e Expressões Culturais	30			30	60	4
Seminário Temático e Planejamento Pedagógico II	60			30	90	6
Educação em Ambiente Escolar	15		45		60	4
Produção Textual III	45		15		60	4
TOTAL	1230	150	240	300	1920	123

Quadro 7 – Componentes curriculares obrigatórios do EIXO II (Formação Específica), carga horária e número de créditos, Extensão e PCC – 3) Ciências Exatas e Biológicas

COMPONENTE CURRICULAR OBRIGATÓRIOS	CH Teórica	CH Prática	Extensão	PCC	CH Total	Créditos
História dos Povos Indígenas do Brasil I	45		15		60	4
Histórias dos Povos Indígenas do Maranhão I	45		15		60	4
Química Geral	30	30			60	3
Biologia Geral	30			30	60	4
Introdução a Física	45			15	60	4
Matemática I	60		30		90	6
Química I	30	30			60	3
Biologia I	60				60	4
Física I	45			15	60	4
Matemática II	45			15	60	4
Ensino de Ciências I	30			30	60	4

Química II	30	30			60	3
Biologia II	45			15	60	4
Física II	45			15	60	4
Matemática III	60				60	4
Química Orgânica	30	30			60	3
Biologia III	45			15	60	4
Física III	30			30	60	4
Matemática IV	60		30		90	6
Ensino de Ciências II	60				60	4
Ciências Exatas e Naturais Aplicadas ao Cotidiano dos Povos Indígenas	30	30	30		90	5
Optativa II	30			30	60	4
Projetos e Ações nas Áreas da cultura, Direitos Humanos, Educação e Meio Ambiente	15		45		60	4
Pesquisa em Ciências Exatas e Biológicas e Cotidiano do Professor I	60				60	4
Pesquisa em Ciências Exatas e Biológicas e Cotidiano do Professor II	45		15		60	4
Experimentos em Ciências Exatas e Naturais	30			30	60	4
Oficina de Sistematização e Apresentação das Pesquisas em Ciências Exatas e Biológicas	30			30	60	4
Seminário Temático e Planejamento Pedagógico II	60			30	90	6
Educação em Ambiente Escolar	15		45		60	4
Produção Textual III	45		15		60	4
TOTAL	1230	150	240	300	1920	123

Quadro 8 – Sequência Aconselhada de componentes curriculares: 1) Ciências Humanas e Sociais (Amarante do Maranhão e Arame)

1º PERÍODO							
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS							
COMPONENTES CURRICULARES	CH					Créditos	Pré-requisitos
	Teoria	Prática	Extensão	Prática como Componente Curricular	CH Total		
Tópicos em Pesquisa	45		15		60	4	
Língua Portuguesa I	45			15	60	4	
Fundamentos da Educação	60				60	4	
Introdução as Línguas Indígenas	60		30		90	6	
Sociologia I	45			15	60	4	
Educação Especial e Inclusiva	45			15	60	4	

Produção Textual I	60				60	4	
TOTAL	360		45	45	450	30	

2º PERÍODO							
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS							
COMPONENTES CURRICULARES	CH					Créditos	Pré-requisitos
	Teoria	Prática	Extensão	Prática como Componente Curricular	CH Total		
Fundamentos da Educação Indígena I	45		15		60	4	
Gestão e Cotidiano da Escola Indígena	60		30		90	6	
Alfabetização Cartográfica	30	30			60	3	
Fundamentos da Antropologia Cultural	30		30		60	4	
Tecnologias da Informação Aplicadas ao Ensino	45			15	60	4	
Produção Textual II	45			15	60	4	Produção Textual I
TOTAL	255	30	75	30	390	25	

3º PERÍODO							
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS							
COMPONENTES CURRICULARES	CH					Créditos	Pré-requisitos
	Teoria	Prática	Extensão	Prática como Componente Curricular	CH Total		
Currículo Intercultural	45		15		60	4	
Pensamento Filosófico e Epistemologias Indígenas: diversidade de saberes	30	30			60	3	
História das Políticas Indigenistas e Indígenas no Brasil	30			30	60	4	
História dos Povos Indígenas do Brasil I	45		15		60	4	
História dos Povos Indígenas do Maranhão I	45		15		60	4	
Produção Textual III	45		15		60	4	Produção Textual I e Produção Textual II
TOTAL	240	30	60	30	360	23	

4º PERÍODO							
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS							

COMPONENTES CURRICULARES	CH					Créditos	Pré-requisitos
	Teoria	Prática	Extensão	Prática como Componente Curricular	CH Total		
Povos Indígenas, Ambiente e Sustentabilidade	45			15	60	4	
Optativa I (Eixo I)	60				60	4	
História dos Povos Indígenas do Brasil II	60		30		90	6	História dos Povos Indígenas do Brasil I
Saberes Geográficos e Organização do Espaço e Território	30	30			60	3	
Cosmologias Indígenas I	60				60	4	
Região e Regionalização do Brasil	60				60	4	
TOTAL	315	30	30	15	390	25	

5º PERÍODO							
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS							
COMPONENTES CURRICULARES	CH					Créditos	Pré-requisitos
	Teoria	Prática	Extensão	Prática como Componente Curricular	CH Total		
Antropologia I	30			30	60	4	Fundamentos da Antropologia Cultural
Pesquisa em Humanidades e Cotidiano do Professor Indígena	60				60	4	
Arqueologias Indígenas	30			30	60	4	
História dos Povos Indígenas do Brasil III	30	30			60	3	História dos Povos Indígenas do Brasil II
História dos Povos Indígenas do Maranhão II	45			15	60	4	História dos Povos Indígenas do Maranhão I
TOTAL	195	30	-	75	300	19	

6º PERÍODO							
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS							
COMPONENTES CURRICULARES	CH					Créditos	Pré-requisitos
	Teoria	Prática	Extensão	Prática como Componente Curricular	CH Total		

Didática e Organização do Trabalho Escolar Indígena	30	30			60	3	
Antropologia II	45			15	60	4	Antropologia I
Sociologia II	30			30	60	4	Sociologia I
Território dos Povos Indígenas, Ambiente e Sustentabilidade	45			15	60	4	Povos Indígenas, Ambiente e Sustentabilidade
Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais e Cotidiano do Professor Indígena	60				60	4	Pesquisa em Humanidades e Cotidiano do Professor Indígena
TOTAL	210	30	-	60	300	19	

7º PERÍODO							
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS							
COMPONENTES CURRICULARES	CH					Créditos	Pré-requisitos
	Teoria	Prática	Extensão	Prática como Componente Curricular	CH Total		
Ontologias Indígenas I	30	30			60	3	
História dos Povos Indígenas do Brasil IV	30	30	30		90	5	História dos Povos Indígenas do Brasil III
História dos Povos Indígenas do Maranhão III	30			30	60	4	História dos Povos Indígenas do Maranhão II
Pensamento Decolonial	60				60	4	Antropologia I e Antropologia II
Estágio em Gestão de Sistemas de Ensino e Organização da Educação Escolar Indígena					135		Didática e Organização do Trabalho Escolar Indígena
TOTAL	150	60	30	30	405	16	

8º PERÍODO							
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS							
COMPONENTES CURRICULARES	CH					Créditos	Pré-requisitos
	Teoria	Prática	Extensão	Prática como Componente Curricular	CH Total		
Ontologias Indígenas II	45		15		60	4	
Optativa II (Eixo II)	30			30	60	4	
Território e Territorialidades dos Povos Indígenas	60		30		90	6	Território dos Povos Indígenas, Ambiente e Sustentabilidade
Projetos e Ações nas Áreas da Cultura, Direitos Humanos, Educação e Meio Ambiente	15		45		60	4	
Estágio em Docência I (Anos Finais do Ensino Fundamental)					135		Estágio em Gestão de
TOTAL	150		90	30	405	18	

9º PERÍODO							
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS							
COMPONENTES CURRICULARES	CH					Créditos	Pré-requisitos
	Teoria	Prática	Extensão	Prática como Componente Curricular	CH Total		
LIBRAS	30	30			60	3	
Seminário Temático e Planejamento Pedagógico I	30			30	60	4	
Oficina de Sistematização e Apresentação das Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais	30			30	60	4	
Estágio em Docência II (Ensino Médio)					135		Estágio em Docência I (Anos Finais do Ensino Fundamental)
TOTAL	90	30	0	60	315	11	

10º PERÍODO							
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS							
COMPONENTES CURRICULARES	CH					Créditos	Pré-requisitos
	Teoria	Prática	Extensão	Prática como Componente Curricular	CH Total		

Projeto Pedagógico para Criação de Turmas Especiais do Curso de Primeira Licenciatura Intercultural Indígena

Trabalho de Conclusão de Curso					60	-	
Seminário Temático e Planejamento Pedagógico II	60			30	90	6	
Atividades Complementares					60	-	
Educação em Ambiente Escolar	15		45		60	4	
TOTAL	75	0	45	30	270	10	
CARGA HORÁRIA TOTAL		3.585					
PCC		405					
ESTÁGIO		405					
EXTENSÃO		375					
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		60					
TCC		60					

Av. dos Portugueses, 1966 • Bacanga • São Luís • MA
CEP 65.000-000

Quadro 9 – Sequência aconselhada de componentes curriculares: 2) Linguagens e Artes (Bom Jardim, Barra do Corda e Grajaú)

1º PERÍODO							
LINGUAGENS E ARTES							
COMPONENTES CURRICULARES	CH					Créditos	Pré-requisitos
	Teoria	Prática	Extensão	Prática como Componente Curricular	CH Total		
Tópicos em Pesquisa	45		15		60	4	
Língua Portuguesa I	45			15	60	4	
Fundamentos da Educação	60				60	4	
Introdução as Línguas Indígenas	60		30		90	6	
Sociologia I	45			15	60	4	
Educação Especial e Inclusiva	45			15	60	4	
Produção Textual I	60				60	4	
TOTAL	360		45	45	450	30	

2º PERÍODO							
LINGUAGENS E ARTES							
COMPONENTES CURRICULARES	CH					Créditos	Pré-requisitos
	Teoria	Prática	Extensão	Prática como Componente Curricular	CH Total		
Fundamentos da Educação Indígena I	45		15		60	4	
Gestão e Cotidiano da Escola Indígena	60		30		90	6	
Alfabetização Cartográfica	30	30			60	3	
Fundamentos da Antropologia Cultural	30		30		60	4	
Tecnologias da Informação Aplicadas ao Ensino	45			15	60	4	
Produção Textual II	45			15	60	4	Produção Textual I
TOTAL	255	30	75	30	390	25	TOTAL

3º PERÍODO							
LINGUAGENS E ARTES							
COMPONENTES CURRICULARES	CH					Créditos	Pré-requisitos
	Teoria	Prática	Extensão	Prática como	CH		

				Componente Curricular	Total		
Currículo Intercultural	45		15		60	4	
Língua Portuguesa II	30	30			60	3	Língua Portuguesa I
Línguas Indígenas I	60			30	90	6	
História dos Povos Indígenas do Brasil I	45		15		60	4	
História dos Povos Indígenas do Maranhão I	45		15		60	4	
Produção Textual III	45		15		60	4	Produção Textual I e Produção Textual II
TOTAL	270	30	60	30	390	25	

4º PERÍODO							
LINGUAGENS E ARTES							
COMPONENTES CURRICULARES	CH					Créditos	Pré-requisitos
	Teoria	Prática	Extensão	Prática como Componente Curricular	CH Total		
Literaturas Indígenas I	45			15	60	4	
Expressão Cultural I	30		30		60	4	
Optativa I (Eixo I)	60				60	4	
Língua Portuguesa III	30	30			60	3	Língua Portuguesa II
Línguas em Contato: Português e Língua Indígena I	60				60	4	
Cultura e região no Brasil Contemporâneo	60				60	4	
TOTAL	285	30	30	15	360	23	

5º PERÍODO							
LINGUAGENS E ARTES							
COMPONENTES CURRICULARES	CH					Créditos	Pré-requisitos
	Teoria	Prática	Extensão	Prática como Componente Curricular	CH Total		
Arte Indígena	30			30	60	4	
Línguas em Contato: Português e Língua Indígena II	30	30			60	3	Línguas em Contato: Português e Língua Indígena I

Língua Portuguesa IV	30			30	60	4	Língua Portuguesa III
Pesquisa em Linguagens e Cotidiano do Professor Indígena I	45			15	60	4	
Expressão Cultural II	60				60	4	Expressão Cultural I
TOTAL	195	30	0	75	300	19	

6º PERÍODO							
LINGUAGENS E ARTES							
COMPONENTES CURRICULARES	CH					Créditos	Pré-requisitos
	Teoria	Prática	Extensão	Prática como Componente Curricular	CH Total		
Didática e Organização do Trabalho Escolar Indígena	30	30			60	3	
Seminário Temático e Planejamento Pedagógico I	30			30	60	4	
Línguas Indígenas II	45			15	60	4	Línguas Indígenas I
Pesquisa em Linguagens e Cotidiano do Professor Indígena II	60		30		90	6	Pesquisa em Linguagens e Cotidiano do Professor Indígena I
Literaturas Indígenas II	45			15	60	4	Literaturas Indígenas I
TOTAL	210	30	30	60	330	21	

7º PERÍODO							
LINGUAGENS E ARTES							
COMPONENTES CURRICULARES	CH					Créditos	Pré-requisitos
	Teoria	Prática	Extensão	Prática como Componente Curricular	CH Total		
Línguas Indígenas Maranhenses	60				60	4	Língua Portuguesa III
Literaturas Indígenas III	45			15	60	4	Literaturas Indígenas II
Línguas Indígenas III	30	30			60	3	Línguas Indígenas II
Expressão Cultural III	30	30	30		90	5	Expressão Cultural II

Estágio em Gestão de Sistemas de Ensino e Organização da Educação Indígena					135		Didática e Organização do Trabalho Escolar Indígena
TOTAL	165	60	30	15	405	16	

8º PERÍODO							
LINGUAGENS E ARTES							
COMPONENTES CURRICULARES	CH					Créditos	Pré-requisitos
	Teoria	Prática	Extensão	Prática como Componente Curricular	CH Total		
Projetos e Ações nas Áreas da Cultura, Direitos Humanos, Educação e Meio Ambiente	15		45		60	4	
Línguas Indígenas IV	45			15	60	4	Línguas Indígenas III
Optativa II (Eixo II)	30			30	60	4	
Pesquisa em Linguagens e Artes e Cotidiano do Professor	45		15		60	4	
Estágio em Docência I (Anos Finais do Ensino Fundamental)					135		Estágio em Gestão de Sistemas de Ensino e Organização da Educação Indígena
TOTAL	120		60	45	375	16	

9º PERÍODO							
LINGUAGENS E ARTES							
COMPONENTES CURRICULARES	CH					Créditos	Pré-requisitos
	Teoria	Prática	Extensão	Prática como Componente Curricular	CH Total		
LIBRAS	30	30			60	3	
Música Indígena	30			30	60	4	
Oficina de Sistematização e Apresentação das Pesquisas em Linguagens – Língua Portuguesa, Língua Indígena e Expressões Culturais	30			30	60	4	
Estágio em Docência II (Ensino Médio)					135		Estágio em Docência I (Anos Finais do Ensino Fundamental)
TOTAL	90	30	0	60	315	11	

10º PERÍODO							
LINGUAGENS E ARTES							
COMPONENTES CURRICULARES	CH					Créditos	Pré-requisitos
	Teoria	Prática	Extensão	Prática como Componente Curricular	CH Total		
Trabalho de Conclusão de Curso					60	-	
Seminário Temático e Planejamento Pedagógico II	60			30	90	6	
Atividades Complementares					60	-	
Educação em Ambiente Escolar	15		45		60	4	
TOTAL	75	0	45	30	270	10	
CARGA HORÁRIA TOTAL		3.585					
PCC		405					
ESTAGIO		405					
EXTENSÃO		375					
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		60					
TCC		60					

Quadro 10 – Sequência aconselhada de componentes curriculares: 3) Ciências Exatas e Biológicas (Jenipapo dos Vieiras)

1º PERÍODO							
CIÊNCIAS EXATAS E BIOLÓGICAS							
COMPONENTES CURRICULARES	CH					Créditos	Pré-requisitos
	Teoria	Prática	Extensão	Prática como Componente Curricular	CH Total		
Tópicos em Pesquisa	45		15		60	4	
Língua Portuguesa I	45			15	60	4	
Fundamentos da Educação	60				60	4	
Introdução as Línguas Indígenas	60		30		90	6	
Sociologia I	45			15	60	4	
Educação Especial e Inclusiva	45			15	60	4	
Produção Textual I	60				60	4	
TOTAL	360		45	45	450	30	

2º PERÍODO			
CIÊNCIAS EXATAS E BIOLÓGICAS			
	CH		

COMPONENTES CURRICULARES	Teoria	Prática	Extensão	Prática como Componente Curricular	CH Total	Créditos	Pré-requisitos
Fundamentos da Educação Indígena I	45		15		60	4	
Gestão e Cotidiano da Escola Indígena	60		30		90	6	
Alfabetização Cartográfica	30	30			60	3	
Fundamentos da Antropologia Cultural	30		30		60	4	
Tecnologias da Informação Aplicadas ao Ensino	45			15	60	4	
Produção Textual II	45		15		60	4	Produção Textual I
TOTAL	255	30	90	15	390	25	

3º PERÍODO							
CIÊNCIAS EXATAS E BIOLÓGICAS							
COMPONENTES CURRICULARES	CH					Créditos	Pré-requisitos
	Teoria	Prática	Extensão	Prática como Componente Curricular	CH Total		
Currículo Intercultural	45		15		60	4	
História dos Povos Indígenas do Brasil I	45		15		60	4	
História dos Povos Indígenas do Maranhão I	45		15		60	4	
Química Geral	30	30			60	3	
Biologia Geral	30			30	60	4	
Produção Textual III	45		15		60	4	Produção Textual I e Produção Textual II
TOTAL	240	30	60	30	360	23	

4º PERÍODO							
CIÊNCIAS EXATAS E BIOLÓGICAS							
COMPONENTES CURRICULARES	CH					Créditos	Pré-requisitos
	Teoria	Prática	Extensão	Prática como Componente Curricular	CH Total		
Optativa I (Eixo I)	60				60	4	
Introdução a Física	45			15	60	4	
Matemática I	60		30		90	6	
Química I	30	30			60	3	Química Geral

Biologia I	60				60	4	Biologia Geral
Pesquisa em Ciências Exatas e Biológicas e Cotidiano do Professor I	60				60	4	
TOTAL	315	30	30	15	390	25	

5º PERÍODO							
CIÊNCIAS EXATAS E BIOLÓGICAS							
COMPONENTES CURRICULARES	CH					Créditos	Pré-requisitos
	Teoria	Prática	Extensão	Prática como Componente Curricular	CH Total		
Física I	45			15	60	4	Introdução a Física
Matemática II	45			15	60	4	Matemática I
Ensino de Ciências I	30			30	60	4	
Química II	30	30			60	3	Química I
Biologia II	45			15	60	4	Biologia I
TOTAL	195	30	0	75	300	19	

6º PERÍODO							
CIÊNCIAS EXATAS E BIOLÓGICAS							
COMPONENTES CURRICULARES	CH					Créditos	Pré-requisitos
	Teoria	Prática	Extensão	Prática como Componente Curricular	CH Total		
Didática e Organização do Trabalho Escolar Indígena	30	30			60	3	
Física II	45			15	60	4	Física I
Matemática III	60				60	4	Matemática II
Química Orgânica	30	30			60	3	Química II
Biologia III	45			15	60	4	Biologia II
TOTAL	210	60	-	30	300	18	

7º PERÍODO							
CIÊNCIAS EXATAS E BIOLÓGICAS							
COMPONENTES CURRICULARES	CH					Créditos	Pré-requisitos
	Teoria	Prática	Extensão	Prática como Componente Curricular	CH Total		
Ensino de Ciências II	60				60	4	Ensino de Ciências I
Física III	30			30	60	4	Física II

Matemática IV	60		30		90	6	Matemática III
Ciências Exatas e Naturais Aplicadas ao Cotidiano dos Povos Indígenas	30	30	30		90	5	
Estágio em Gestão de Sistemas de Ensino e Organização da Educação Escolar Indígena					135		Didática e Organização do Trabalho Escolar Indígena
TOTAL	180	30	60	30	435	19	

8º PERÍODO							
CIÊNCIAS EXATAS E BIOLÓGICAS							
COMPONENTES CURRICULARES	CH					Créditos	Pré-requisitos
	Teoria	Prática	Extensão	Prática como Componente Curricular	CH Total		
Pesquisa em Ciências Exatas e Biológicas e Cotidiano do Professor II	45		15		60	4	Pesquisa em Ciências Exatas e Biológicas e Cotidiano do professor I
Optativa II (Eixo II)	30			30	60	4	
Experimentos em Ciências Exatas e Naturais	30			30	60	4	
Projetos e Ações nas Áreas da Cultura, Direitos Humanos, Educação e Meio Ambiente	15		45		60	4	
Estágio em Docência I (Anos Finais do Ensino Fundamental)					135		Estágio em Gestão de Sistemas de Ensino e Organização da Educação Escolar Indígena
TOTAL	120		60	60	375	16	

9º PERÍODO							
CIÊNCIAS EXATAS E BIOLÓGICAS							
COMPONENTES CURRICULARES	CH					Créditos	Pré-requisitos
	Teoria	Prática	Extensão	Prática como Componente Curricular	CH Total		
LIBRAS	30	30			60	3	
Seminário Temático e Planejamento Pedagógico I	30			30	60	4	
Oficina de Sistematização e Apresentação das Pesquisas em Ciências Exatas e Biológicas	30			30	60	4	
Estágio em Docência II (Ensino Médio)					135		Estágio em Docência I (Anos Finais do Ensino Fundamental)

TOTAL	90	30	0	60	315	11	
--------------	-----------	-----------	----------	-----------	------------	-----------	--

10º PERÍODO							
CIÊNCIAS EXATAS E BIOLÓGICAS							
COMPONENTES CURRICULARES	CH					Créditos	Pré-requisitos
	Teoria	Prática	Extensão	Prática como Componente Curricular	CH Total		
Trabalho de Conclusão de Curso					60	-	
Seminário Temático e Planejamento Pedagógico II	60			30	90	6	
Atividades Complementares					60	-	
Educação em Ambiente Escolar	15		45		60	4	
TOTAL	75	0	45	30	270	10	
CARGA HORÁRIA TOTAL	3.585						
PCC	405						
ESTAGIO	405						
EXTENSÃO	375						
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	60						
TCC	60						

20.1 Educação Ambiental, Direitos Humanos, Relações Étnico-Raciais e Indígenas

Com o intuito de atender as Resoluções CNE/CP Nº 1/2004, CNE/CP Nº 1/2012 e CNE/CP Nº 2/2012, as quais versam de temáticas relacionadas à Educação Ambiental, Direitos Humanos, Relações Étnico- Raciais e Indígena, e o Decreto 5.626/2005: que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, destaca-se que, para além do desenvolvimento das temáticas nas unidades curriculares, estes também serão promovidos de forma obrigatória ao longo da oferta das disciplinas aos discentes durante os 5 (cinco) anos do curso. Com especial atenção, aponta-se que a temática de Educação Ambiental, Direitos Humanos, LIBRAS, Relações Étnico-Raciais e Indígenas perpassam, de diferentes maneiras, as disciplinas comuns as três habilitações que o presente curso oferta; como segue: Currículo Intercultural, Projetos e Ações nas Áreas da Cultura, Direitos Humanos, Educação e Meio Ambiente, Fundamentos de Educação, Introdução as Línguas Indígenas, Fundamentos da Educação Indígena I, Pesquisa e Cotidiano da Escola Indígena I, Fundamentos da Antropologia Cultural, História dos Povos Indígenas do Brasil I, Histórias dos Povos Indígenas do Maranhão I, LIBRAS e Sociologia. Para além do destacado, cabe ressaltar que as temáticas que se trata este subcapítulo também poderão ser abordadas em outros processos formativos, como a

21 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares, com carga horária de 60h (sessenta horas), constituem um conjunto de estratégias e ações que permitem a articulação teórico-prática, a complementação dos conhecimentos e habilidades, bem como, o fortalecimento da formação prevista no currículo. Atividades Complementares são atividades de ensino, de pesquisa de extensão, produção técnica, científica ou de inovação que deverão ser realizadas pelo discente, ao longo do seu percurso acadêmico. Os componentes que formam as atividades complementares estão contemplados nas atividades de estágio e de pesquisa.

22 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

O Art. 4º da Resolução CNE/CES Nº 7/2018, determina que no mínimo 10% da carga horária total do curso devem ser destinadas às atividades de extensão. Já a Resolução CONSEPE Nº 2.503/2022, orienta que as atividades de extensão podem ser desenvolvidas sob duas modalidades, combinadas ou não, a critério dos cursos de graduação: a) como componente curricular obrigatório, autônomo, constante da matriz curricular do curso de graduação; e b) como parte de componentes curriculares com destinação de carga horária de extensão definida no currículo.

No âmbito do Curso de Primeira Licenciatura Intercultural Indígena, as atividades de extensão serão desenvolvidas por meio dos componentes curriculares, com a carga horária estipulada para cada eixo formativo, cumprindo as exigências legais, perfazendo o total de 390 horas.

A garantia da participação dos professores cursistas na execução de atividades de extensão estará assegurada com a inclusão dos mesmos em ações, programas e projetos de extensão já em curso, como também na sua inserção em grupos de extensionistas já existentes na UFMA, e que tenha relação com o objeto do curso, seja como membro das equipes executoras ou como público alvo das atividades.

A esse respeito, tanto docentes, quanto discentes poderão atuar na extensão nas escolas de seus municípios, bem como implantar polos de estudos avançados

sob a orientação dos professores da UFMA, como também em terras indígenas, por um viés interdisciplinar, com ênfase nas seguintes áreas: Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação ambiental, relações étnico-raciais e indígenas.

23 PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

A Prática Pedagógica como componente curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. De acordo com a legislação vigente, devem estar previstas 405 horas durante todo o Curso, onde o envolvimento entre a UFMA e as demais instituições parceiras é primordial para a efetivação das Práticas Pedagógicas. No Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, as Práticas Pedagógicas estão distribuídas por semestre conforme a sequência aconselhada de cada habilitação na Estrutura Curricular. A fim de atender as necessidades da Educação Escolar para os Povos Indígenas do Maranhão, a Prática como componente curricular se efetiva através de: a) diagnóstico e entrevistas com alunos e/ou professores nas escolas indígenas; b) descrição do ambiente educativo; c) participação na elaboração e na execução do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola indígena; d) realização de estudos de caso; e) produção de materiais didáticos e paradidáticos; f) registros fotográficos de eventos culturais; g) produção de material audiovisual; h) trabalho de campo; i) intercâmbios entre escolas e comunidades indígenas; e, j) outras atividades e/ou metodologias solicitadas pelo docente responsável.

24 ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Destaca-se, como orientado na Resolução CONSEPE nº 1.892/2019, que, para a efetivação do estágio obrigatório, é de vital importância a integração com a rede pública municipal e estadual de Ensino do Maranhão; em especial destaque, com as escolas públicas indígenas. Ponto favorável a este PPC, uma vez que desde o princípio a consolidação do curso somente se efetivou com a participação dos municípios em que o curso será ofertado.

Aponta-se, ainda, que a concepção de estágio adotada pelo curso considera a sua natureza obrigatória, como componente curricular obrigatório a ser cumprido para

integralização curricular, e não que poderá ser buscado diretamente pelos discentes. Trata-se de uma atividade curricular eminentemente prática que se configura a partir da inserção dos discentes no espaço sócio institucional das situações reais de trabalho, representando um momento de vivência e de reflexão entre a formação acadêmica e o mundo do trabalho e possibilita a integração entre a teoria e a prática, nos termos da Resolução 1.191/2014-CONSEPE e da Resolução 1.674/2017- CONSEPE.

O Estágio Obrigatório constitui uma atividade obrigatória que tem carga horária de 405 (quatrocentos e cinco) horas e que apresenta particularidades em função da sua natureza e importância. Constitui um “componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico” (CNE/CP nº2/2019). As 405 (quatrocentos e cinco) horas do Estágio Obrigatório é distribuída ao longo do curso da maneira que segue:

405 (quatrocentas e cinco) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora, sendo 135 horas (7º período) Estágio em Gestão de Sistemas de Ensino e Organização da Educação Indígena; 135 horas (8º período) Estágio em Docência I (realizado no Anos Finais do Ensino Fundamental) e 135 horas (9º período) Estágio em Docência II (Ensino Médio)

As normas específicas do Estágio definidas pela Coordenação de Estágio e NDE devem ser cumpridas, de modo que a comprovação das atividades de observação de aulas do supervisor técnico e de elaboração e regência de aula deverão ser comprovadas mediante apresentação dos relatórios e portfólios em que constarão os relatórios, as fichas de avaliação das atividades desenvolvidas e demais documentos comprobatórios.

O resultado final da avaliação de desempenho em estágio obrigatório será atribuído pelo supervisor docente, e expresso em valores de 0 (zero) a 10 (dez), permitidas as frações em décimos e vedado o arredondamento.

Será considerado aprovado o estagiário que obtiver avaliação final de desempenho com valor igual ou superior a 7,0 (sete).

Recomenda-se que o estágio obrigatório privilegie a integração do curso e dos discentes com a rede pública de ensino, além de outras atividades pertencentes ao currículo do curso.

25 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma produção acadêmica que expressa a capacidade do estudante de abordar e sistematizar os conhecimentos e habilidades adquiridos no curso de graduação, podendo ser realizado nas formas que são orientadas na Resolução nº 1892- CONSEPE, 28 de junho de 2019 e pelas normativas complementares tecidas pelo Colegiado do Curso.

O TCC é um componente curricular obrigatório, tendo a carga horária de 60 horas e que abrange atividades de pesquisa e/ou revisão bibliográfica na área do curso numa perspectiva interdisciplinar, no qual serão privilegiados os temas que tenham interface com a comunidade que o/a cursista é oriundo ou com as práticas pedagógicas das habilitações ofertadas. Entrementes, cabe destacar que a “produção” do TCC perpassará toda a formação acadêmica do/a cursista. Assim, menciona-se que algumas disciplinas foram criadas para dar suporte teórico/conceitual e permitir a evolução do/a cursista durante o processo de elaboração do TCC. No curso de Linguagens e Artes, evidencia-se as disciplinas Produção Textual I e II, Pesquisa em Linguagens e Cotidiano do Professor Indígena I e II, Projetos e Ações nas Áreas da Cultura, Direitos Humanos, Educação e Meio Ambiente e Pesquisa em Linguagens e Artes e Cotidiano do Professor. Já a habilitação em Ciências Humanas e Sociais, se tem as disciplinas de Produção Textual I e II, Pesquisa em Humanidades e Cotidiano do Professor Indígena I e II, Projetos e Ações nas áreas da Cultura, Direitos Humanos, Educação e Meio Ambiente e Oficina de Sistematização e Apresentação das Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Por sua vez, a habilitação em Ciências Exatas e Biológicas têm as disciplinas Produção Textual I e II, Pesquisa em Ciências exatas e biológicas e Cotidiano do Professor I e II, Ciências Exatas e Naturais aplicadas ao Cotidiano do Professor e Projetos e Ações nas áreas de Cultura, Direitos Humanos, Educação e Meio Ambiente.

A monografia deverá obedecer às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Caso o TCC seja um artigo científico, este deverá obedecer às normas do periódico para o qual foi encaminhado ou publicado.

Além disso, a avaliação do TCC dar-se-á mediante análise da parte escrita, apresentação e defesa pública perante banca avaliadora e cujas normas gerais constam na Resolução nº. 1.892/2019-CONSEPE e pelas normas complementares elaboradas pelo Colegiado do Curso.

Por fim, cabe evidenciar que o TCC será elaborado sob orientação de um professor; sendo a apresentação e defesa pública do TCC obrigatória com vistas à colação de grau.

26 INFRAESTRUTURA DO CURSO

O curso será sediado na cidade de Grajaú, ofertado pelo Centro de Ciências da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. E terá como administração: a Diretoria de Ações Especiais – DAESP; Coordenação institucional do PARFOR; Coordenação de Curso; e Coordenação Local.

A Coordenação de Curso será na secretaria do PARFOR localizado na Avenida Aurila Maria Santos Barros de Sousa, s/n, Bairro Loteamento Frei Alberto Beretta, Grajaú-MA, CEP:, 65940-000. Já a Diretoria de Ações Especiais – DAESP e a Coordenação institucional do PARFOR, por sua vez, estarão sediada no Campus da UFMA São Luís.

As Coordenações Locais serão indicadas pelas prefeituras parceiras e serão sediadas nos respectivos municípios; sendo o contato direto entre a Coordenação de Curso com a comunidade discente.

A infraestrutura prevista para o funcionamento do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena será disponibilizada pelo Centro de Ciências de Grajaú, da UFMA, e unidades educativas de apoio nos municípios conveniados, formado por salas de aula, salas de apoio administrativo, laboratório de informática, datashow, auditório, veículo/ônibus para realização de trabalho de campo, banheiros, área de vivência e quadra esportiva.

27 Coordenação de Curso

A Coordenação de Curso será composta a partir dos critérios que seguem, conforme Edital PARFOR/equidade 2023:

I - ser docente da IES ofertante e vinculado ao ensino da temática relacionada ao curso que coordenará;

a) quando se tratar de IES pública, pertencer ao quadro permanente da IES como docente;

b) quando se tratar de IES privada sem fins lucrativos, ser contratado em regime integral ou, se parcial, com carga horária de, no mínimo, 20 (vinte) horas semanais, não ser contratado

em regime horista, e estar em efetivo exercício;

II - possuir título de mestre ou de doutor;

III - possuir formação, em nível de graduação ou pós-graduação, na área do curso que irá coordenar;

IV - possuir experiência mínima de 2 (dois) anos no magistério superior;

V - possuir experiência na formação de professores comprovada por, pelo menos, 2 (dois)

dos seguintes critérios:

a) docência em disciplina de curso de licenciatura;

b) docência em curso de formação continuada para professores da educação básica;

c) atuação como formador, tutor ou coordenador em programas ou projetos de formação de professores da educação básica;

d) coordenação de curso de licenciatura;

e) docência ou gestão pedagógica na educação básica;

VI - não ocupar o cargo de reitor, vice-reitor, presidente, vice-presidente, pró-reitor ou cargo equivalente na IES.

28 Colegiado do Curso

Profa. Antônia de Sousa Leal

Profa. Daniely Gaspar de Sousa

Profa. Karina Almeida de Sousa

Prof. Luciano Rocha da Penha

Prof. Marcelo Leandro dos Santos

Profa. Mônica Ribeiro Moraes de Almeida

Profa. Neusani Oliveira Ives Felix

Prof. Robinson Santos Pinheiro (Coordenador)

Profa. Sabrina Steinke

Prof. Ubiratane de Moraes Rodrigues

29 Núcleo Docente Estruturante – NDE

Karina Almeida de Sousa - SIAPE: 1075973

Luciano Rocha da Penha - SIAPE: 2055346

Mônica Ribeiro Moraes de Almeida - SIAPE:

1804128 Robinson Santos Pinheiro - SIAPE:

1019809 (coordenador) Ubiratane de Moraes

Rodrigues - SIAPE: 1798200

30 Corpo Docente

O corpo docente será composto por três tipos de professores: Professor Formador 1, Professor Formador 2 e Formador Convidado. Abaixo, conforme o Edital PARFOR/Equidade 2023, se verificará as características de cada tipo de docente:

Professor Formador I:

I - ser docente da IES ofertante ou pertencer ao quadro efetivo de secretaria de educação;

a) quando se tratar de IES pública, pertencer ao quadro permanente da IES como docente de curso de licenciatura;

b) quando se tratar de IES privada sem fins lucrativos, ser contratado em regime integral ou, se parcial, com carga horária de, no mínimo, 20 (vinte) horas semanais e

não ser contratado em regime horista, e estar em efetivo exercício, ministrando disciplina em curso de licenciatura;

II - possuir título de mestre ou doutor;

III - possuir formação, em nível de graduação ou pós-graduação, na área da disciplina que irá ministrar;

IV - possuir experiência mínima de 3 (três) anos no magistério superior;

V - possuir experiência na formação de professores, comprovada por pelo menos 2 (dois) dos seguintes critérios:

a) docência em disciplina de curso de licenciatura;

b) docência em curso de formação continuada para professores da educação básica;

c) atuação como formador, tutor ou coordenador em programas ou projetos institucionais de formação de professores da educação básica;

d) coordenação de curso de licenciatura;

e) docência ou gestão pedagógica na educação básica.

Professor Formador II:

I - pertencer, preferencialmente, ao quadro da IES ofertante ou de secretarias de educação;

II - ter formação em nível de pós graduação, lato sensu ou stricto sensu;

III - possuir formação, em nível de graduação ou pós-graduação, na área da disciplina que irá ministrar;

IV - comprovar experiência de no mínimo 1 (um) ano no magistério;

V - possuir experiência na formação de professores, comprovada por pelo menos 1 (um) dos seguintes critérios:

a) docência em disciplina de curso de licenciatura;

b) docência em curso de formação continuada para professores da educação básica;

c) atuação como formador, tutor ou coordenador em programas ou projetos institucionais de formação de professores da educação básica;

d) coordenação de curso de licenciatura;

e) docência ou gestão pedagógica na educação básica.

Formador Convidado:

I – ser mestre tradicional (notório saber) ou ser reconhecido por organização indígena,

quilombola ou das populações do campo ou segmento dos povos e comunidades tradicionais, no âmbito de sua respectiva comunidade, grupo social ou por títulos obtidos junto a IES.

II – comprovar experiência em pelo menos 1 (um) dos seguintes critérios:

- a) participação em atividades comunitárias em seus territórios, contribuindo com seus saberes tradicionais;
- b) realização de palestras, oficinas e/ou cursos em universidade, instituto, faculdade, escola e/ou junto à organização indígena, quilombola, de populações do campo ou segmento dos povos e comunidades tradicionais;
- c) colaboração em disciplina de curso de licenciatura e/ou bacharelado como debatedor, facilitador e/ou expositor;
- d) colaboração em curso de formação continuada para professores;
- e) atuação como formador, tutor ou coordenador em programas ou projetos institucionais de formação de professores;
- f) participação em banca de Trabalhos de Conclusão de Curso de especialização, mestrado ou doutorado, por meio de notório saber.

A partir das características acima, o curso terá como primeira prioridade uma busca ativa por parte da Coordenação de Curso para conseguir levantar o número de professores indígenas que, por ventura, possam lecionar no curso de Primeira Licenciatura Intercultural Indígena, respeitando, por óbvio, as características que envolvem as três (3) habilitações ofertadas. Acredita-se, com isso, conseguir ampliar os sentidos de interculturalidade promovido no curso, com o máximo respeito as idiossincrasias da população indígena; com parente ensinando parente. Para isso, se perscrutará no número de professores indígenas que atuam na UFMA bem como se levantará a lista de pós-graduandos indígenas formados pela UFMA. Junto a esta busca, será levantado o nome das pessoas indígenas que possuem notório saber e que podem, assim, contribuir com o ótimo desenvolvimento do curso.

Como segunda prioridade, se fará uma busca ativa para levantar o/as professore/as da UFMA que atuam com a temática indígena. Posteriormente, a busca irá se ampliar para selecionar professore/as que atuam com a temática indígena de fora da UFMA.

Por fim, caso não se consiga estabelecer o preenchimento da oferta com o/as profissionais acima, será acionado o/as professore/as que atuam com a temática

ofertada nas disciplinas do curso de Primeira Licenciatura Intercultural Indígena. No primeiro momento, se buscará no quadro docente da UFMA, caso não se consiga preencher a oferta de disciplinas, se abrirá para o convite de professore/as não vinculados a UFMA.

A titulação prioritária cobrada será de doutorado, porém, como o curso terá uma grande demanda de professore/as para atender a oferta em 6 (seis) municípios, o curso terá que ter maior flexibilização de titulação. Inclusive, como se tem o interesse em promover o destaque do indígena no processo de ensino-aprendizagem, como dito acima, será convidado indígenas com notório saber para o desenvolvimento dos conteúdos das disciplinas.

Ao todo, para atender a demanda dos 6 (seis) municípios, se estima que seja preciso envolver 264 (duzentos e sessenta e quatro) professore/as para atender os 5 (cinco) anos de formação do curso de Licenciatura Intercultural Indígena. Por óbvio, o mesmo docente pode lecionar para mais de um município, assim, reduzindo o quantitativo de professore/as.

31 EMENTÁRIO DE COMPONENTES CURRICULARES

TÓPICOS EM PESQUISA (60H)

Ementa: Diretrizes metodológicas para a leitura e a produção de textos acadêmicos; Princípios normativos para elaboração do trabalho de natureza científica. Pressupostos e características da investigação científica.

REFERÊNCIA BÁSICA

ALVES, Rubem. Entre a ciência e a sapiência: o dilema da educação. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023. Informação e documentação – Referências – elaboração. Rio de Janeiro, ago. 2023.

COSTA, Marisa Vorraber. Uma agenda para jovens pesquisadores. In: . (Org.). Caminhos Investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 143-156.

FARIA, Elza Maria. Ponto. Parágrafo...como encadear as idéias num texto. Amae educando. Belo Horizonte; n. 235, p. 7-8, mai. 1993.

FREIRE, Paulo. Considerações em torno do ato de estudar. In: Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MATTAR, João. Metodologia científica na era da informática. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

MOROZ, Melania; GIANFALDONI, Mônica Helena T. A. O processo de pesquisa: iniciação. 2. ed. Brasília: Líber livro Editora, 2006. (Série Pesquisa, v.2).

SILVA, José Maria da. SILVEIRA, Emerson Sena da. Apresentação de trabalhos acadêmicos: normas e técnicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BETTO, Frei. O companheiro que não gostava de ler. In: Revista Caros amigos. Abr. 2000.

GONSALVES, Elisa Pereira. Conversas sobre iniciação à pesquisa científica. Campinas, SP: Alínea, 2001.

LUCKESI, Cipriano Carlos et. al. Fazer universidade: uma proposta metodológica. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

MARQUES, Mario Osório. Escrever é preciso: o princípio da pesquisa. 2. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 1998.

MORAES, Ana Alcídia de Araújo. CORRÊA, Carlos Humberto Alves; COSTA, Valéria Amed das Chagas; TIMM, Karliza Vettorato. Escrever é difícil, mas é possível. Amazônida. Manaus; n. 2, p. 123-139, jul./dez.2003.

MORAES, Ana Alcídia de Araújo et al. Escrever é difícil, mas é possível. Amazônida. Manaus; n. 2, p. 123-139, jul./dez. 2003.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini. Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 1997.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LÍNGUA PORTUGUESA I (60H)

Ementa: Língua e linguagem. A diversidade linguística. Língua oral e língua escrita. Aspectos do Português falado pelos indígenas. O conceito de gênero. Gêneros orais. Gêneros escritos. Gêneros textuais na Internet.

REFRÊNCIA BÁSICA

BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico: o que é, como se faz? São Paulo: Loyola, 2004.

FIORIN, José Luiz (Org.). Introdução à Linguística I: objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2004.

ILARI, Rodolfo & BASSO, Renato. O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos. São Paulo: Contexto, 2006.

LYONS, John. Língua(gem) e Linguística: uma introdução. Tradução Marilda Winkler Averborg & Clarisse Sieckenius de Souza. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

RODRIGUES, Aryon D. Sobre as Línguas Indígenas e sua Pesquisa no Brasil. Cien. Cult. São Paulo, v. 57, n. 2, 2005. Disponível em:

<http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=s0009-67252005000200018&Ing=en&nm=iso>. Acesso em: 16 de setembro de 2008.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros Textuais Emergentes no Contexto da Tecnologia Digital. Texto da Conferência pronunciada na 50ª. Reunião do GEL – Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, USP, São Paulo, 23-25 de maio de 2002.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros Textuais: definição e funcionalidade. (s.d.). Disponível em:<<http://www.proed.unit.br/professor/linguaportuguesa/arquivos/textos/>

Gêneros textuais definições funcionalidade.rtf>. Acesso em: 18.09.2008.

PERINI, Mário A. A língua do Brasil amanhã e outros mistérios. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

TARALLO, Fernando. A pesquisa sociolingüística. São Paulo: Ática, 1991

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO I (60H)

Ementa: Diferentes abordagens – filosófica, sociológica, histórica, psicológica e antropológica – para pensar a educação e sua relação com a sociedade em geral e, especificamente, com os povos indígenas.

REFERÊNCIA BÁSICA

LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da Escola Pública – a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1993.

LUCIANO, Gersem dos Santos. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: UNESCO/MEC, 2006.

MELIÁ, Bartolomeu. Ação Pedagógica e alteridade: por uma pedagogia da diferença. Conferência Ameríndia de Educação. Cuiabá, 1997.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

MORAES, Ana Alcídia de Araújo e outras. Os professores Mura e a construção de uma política indígena de Educação Escolar: princípios, processos e práticas pedagógicas. Manaus: UFAM. Relatório de Pesquisa: JCA/FAPEAM, 2005.

REVISTA PRESENÇA PEDAGÓGICA. Entrevista com Paulo Freire, Belo Horizonte, 1995.

SILVA, Rosa Helena Dias da. Movimentos Indígenas no Brasil e a questão educativa. Relações de Autonomia, escola e construção de cidadanias. Revista Brasileira de Educação. São Paulo: ANPED, nº 13, 2000.

INTRODUÇÃO AS LÍNGUAS INDÍGENAS (60H)

Ementa: Introdução a conceitos básicos da antropologia. Métodos da pesquisa em linguística antropológica. Interface Antropologia e Linguística. Os índios antes do Brasil: os primeiros contatos, a cultura tradicional, a depopulação e a chegada dos europeus. Posições tradicionais nos estudos da linguagem. As Línguas Indígenas Brasileiras: as principais famílias e troncos linguísticos. O papel da análise estruturalista na identificação dos padrões morfológicos nas línguas indígenas

americanas. Métodos da linguística antropológica. Interface fonologia, morfologia e sintaxe.

REFERÊNCIA BÁSICA:

DUARTE, F. B. Análise gramatical das orações da língua Tembé. Brasília, 1997, 95 f., Dissertação de mestrado, Instituto de Letras/LIV, UnB.

_____. Ordem dos Constituintes na Língua Tembé. Revista da Universidade Católica de Brasília, Brasília, v. 6, n.1, p. 71-80, 1998.

_____. (2007) Estudos de morfossintaxe Tenetehára. Belo Horizonte: Editora da Fale/UFMG, 220 p.

_____. (2007) Cisão de Caso, Telicidade e posse em línguas indígenas brasileiras. Belo Horizonte: Coleção Viva Voz, UFMG, 123 p.

Fausto, Carlos. Os índios antes do Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 94 p. Press, 1990.

LYONS, John Linguagem e lingüística, Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

_____. Introdução à lingüística teórica, São Paulo: Companhia Editora Nacional, EDUSP, 1976.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

MATTOSO CÂMARA JR, J. Introdução às línguas indígenas brasileiras. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A, 1977.

RODRIGUES, A. D. Morfologia do verbo tupi. Letras, Curitiba, n. 1, p. 121-152, 1953.

_____. Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas. Rio de Janeiro, Ed.

Loyola, 1986.

SEKI, L. Kamaiurá Gramática do Kamaiurá: língua Tupi-Guarani do Alto Xingu. Campinas:

Editora da UNICAMP e Imprensa Oficial de São Paulo, 2000.

Av. dos Portugueses, 1966 • Bacanga • São Luís • MA
CEP 65.000-000

Disciplinas do Grupo II

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INDÍGENA I (60H)

EMENTA: A educação escolar indígena e seus princípios. O sistema estadual e municipal de educação. A legislação educacional nacional. Diretrizes e parâmetros nacionais para as escolas indígenas.

REFERÊNCIA BÁSICA:

AQUINO, Julio Groppa. Confrontos na sala de aula: uma leitura institucional da relação professor-aluno .Sao Paulo: Summus, 1996. 160p (Novas buscas em educacao,v.42.) ISBN 853230561X (broch.)

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. LDB passo a passo: lei de diretrizes e bases da educação nacional lei nº 9.394/96, comentada e interpretada, artigo por artigo . 3.ed. atual. São Paulo: Avercamp, 2007. 191 p. ISBN 9788589311397 (broch.)

CORREIA, Silvia Barbosa. Avaliação da implementação da política de educação escolar indígena no território Tapeba (Ce). 2011. 128 p. Dissertação (mestrado) - Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

CASTRO, Eline Fernandes de. A comunicação na gestão escolar :uma ferramenta fundamental. 2008. 53, [4] f. ; Monografia (graduação em Secretariado Executivo) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Fortaleza-CE, 2008.

BRASIL,LEIS,ETC. Diretrizes e bases da educacao nacional: lei. São Paulo, SP: EDICON, 1997. 173p ISBN (broch.).

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. 7. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2013. 296 p. (Coleção Docência em Formação ; Série Saberes Pedagógicos). ISBN 9788524919718 (broch.).

ALFABETIZAÇÃO CARTOGRÁFICA (60H)

Ementa: O processo de ensino-aprendizagem e as noções espaciais; história, divisão e importância da Cartografia; Produtos cartográficos e órgãos de mapeamento do Brasil; A linguagem cartográfica; O ensino da Cartografia escolar; Construção, leitura e interpretação de mapas; Leitura e interpretação da paisagem amazônica.

REFERÊNCIA BÁSICA:

ALMEIDA, Rosângela de. Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola. São Paulo: Contexto, 2003. 115 p.

ANTUNES, Celso. Alfabetização emocional: novas estratégias. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 108 p.

DUARTE, Paulo Araújo. Fundamentos de Cartografia. 3 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006. 208 p.

PASSINI, Elza Y. O espaço geográfico: ensino e representação. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1992. 90 p.

GRANELL-PÉREZ, Maria Del Carmen. Trabalhando geografia com as cartas topográficas. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2001. 128 P.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

CALLAI, Helena Copetti (Org.). 2ª ed. Revisada. O ensino em Estudos Sociais. Ijuí: Livraria UNIJUÍ, 2002. 152 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). Novos caminhos da geografia. São Paulo: Contexto, 1999. 204 p.

A geografia na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1999. 144 p.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. Et AL (Org.) Geografia em sala de aula: práticas e reflexões. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS/AGB – Seção Porto Alegre, 1999. 197 p.

CALVALCANTI, Lana de Souza. Geografia, escola e construção de conhecimentos. Campinas: Papirus, 1988. 192 p.

Cartografia Temática. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991. 145 p.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 45 p.

FRITZEN, Silvio José. Dinâmica de Recreação e jogos. 15ª ed. Petrópolis: VOZES, 1996. 70 p.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1999. 183 p.

KLEIMAN, Ângela. Oficina de leitura: teoria e prática. 4 ed. Campinas: Papirus, 1996. 82 p.

LEITE, Lígia Silva (Coord.) Tecnologia educacional – Descubra suas possibilidades na sala de aula. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996. 110 p.

FUNDAMENTOS DA ANTROPOLOGIA CULTURAL (60H)

EMENTA: O campo e a abrangência da antropologia. A antropologia e a questão do “outro”. A alteridade em Jean de Lery, Montaigne e Rousseau. O “primitivo como objeto de ciência”. Etnocentrismo e relativismo cultural. Diferença cultural e desigualdade social. Evolucionismo.

REFERÊNCIA BÁSICA:

LAPLANTINE, Michel. Aprender Antropologia. São Paulo: brasiliense, 2009.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico . 7. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993. 116p. (Antropologia social) ISBN 858506157X.

MELLO, GONZAGA, Luiz. Antropologia cultural. Rio de Janeiro, 2012.

MOURA, Maria Margarida. Nascimento da antropologia. São Paulo: HUCITEC, 2004.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

HARRIS, Marvin. Antropologia cultural. Lisboa: Alianza, 2011.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Sobre o pensamento antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; 1988. Brasília, DF: CNPq, 201p.

RIVIÉRE, Claude. Introdução a Antropologia. Lisboa: edições 70, 2009.

HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL I (60H)

EMENTA: Demandas, conflitos e conquistas históricas. Cartografia dos índios no Brasil na atualidade: população, línguas, etnias e áreas.

REFERÊNCIA BÁSICA:

CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos índios no Brasil. 2.ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998. 611p.

PAULA, Eunice Dias de; PAULA, Luiz Gouvea de; AMARANTE, Elizabeth Aracy Rondon. História dos povos indígenas: 500 anos de luta no Brasil. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília, DF.

VAINFAS, Ronaldo. A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 275p.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

ARAÚJO, Soraya Geronazzo. O muro do demônio: economia e cultura na guerra dos bárbaros no Nordeste colônia do Brasil séculos XVII e XVIII. 2007. 122f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Fortaleza-CE, 2007.

CATHARINO, José Martins. Trabalho índio em terras da Vera ou Santa Cruz e do Brasil: tentativa de resgate ergológico. Rio de Janeiro: Salamandra, 1995. 628p.

LUGON, Clovis; CABRAL, Álvaro. A república comunista cristã dos Guaranis: 1610-1768. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1968. 353 p.

HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS DO MARANHÃO I (60H)

Ementa: História indígena brasileira e americana na historiografia contemporânea (fontes arquivísticas, etnografia e cultura material). Discursos históricos visuais, orais, materiais e escritos dessas sociedades. Dilemas das comunidades indígenas atuais. História Indígena e do Indigenismo na Educação Básica. Questão ambiental.

REFERÊNCIA BÁSICA:

CIMI-MA. Povos indígenas no Maranhão: Exemplo de resistência. São Luís: Conselho Indigenista Missionário - CIMI-MA. 104 p., ilustrado, 1988.

CRUZ, Olímpio. Vocabulário de quatro dialetos indígenas do Maranhão: guajajara, canela, urubu e guajá. São Luís: Secretaria de Educação e Cultura - Departamento de Cultura do Maranhão. 87 p., 1972.

COELHO, E. M. B. ; FERREIRA, B. L. B. . Dimensões do cotidiano AWÁ no contexto de sedentarização. Revista Pós Ciências Sociais , v. 18, p. 91-106, 2012.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

COELHO; Elizabeth Maria Beserra; ALMEIDA, Mônica Ribeiro Moraes de Anais da 31ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA GT 56. Povos indígenas, afrodescendentes e outros povos tradicionais, conflitos territoriais, e o não reconhecimento pelo Estado nacional. DINAMICAS DAS LUTAS POR RECONHECIMENTO ÉTNICO NO MARANHÃO.

RIBEIRO, Darcy. Os índios Urubus: ciclo anual das atividades de subsistência de uma tribo na floresta tropical. In: RIBEIRO, Darcy. Uirá sai a procura de Deus. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1976, p. 31-59.

RIBEIRO, Darcy. Diários índios: os Urubus-Kaapor. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FUNDAMENTOS DA MATEMÁTICA I (60H)

Ementa: Origem dos números. Números Naturais. Números Inteiros. Propriedades. Critérios de Divisibilidade. MDC, MMC e Aplicações.

REFERÊNCIA BÁSICA:

BALDUÍNO, Andreola A. Dinâmica de Grupo. Jogo da Vida e didática do Futuro. 4 ed. Editora Vozes.

BONGIOVANNI, Vincenzo; VISSOTO, Olímpio; LAUREANO, José Luiz. Matemática e Vida: Número, Medidas, Geometria. 4. Ed. São Paulo: Editora Ática, 1991 (5ª série, 1º Grau)

DIPIERRO NETO, Scipione. Matemática Scipione: Conceitos e Histórias. 3 ed. São Paulo: Editora Scipione. 1991 (5ª Série).

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

IMENES, Luis Márcio. Vivendo a Matemática: a Numeração Indo-arábica. Editora Scipione.

KAMII, Constance & DECLARK, Georgia. Reiventando a Aritmética. 2 ed. Campinas: Papirus, 1988.

PIAGET, Jean. Para onde vai a Educação. 7 ed. Editora José Olympio, 1980. TAHAN, Malba. Matemática Divertida e Curiosa. 2. ed. Editora Record.

SOCIOLOGIA I (60H)

Ementa: As ciências naturais e as ciências sociais. A Sociologia como ciência da modernidade. Estado e Sociedade civil. História e diversidade cultural.

REFERÊNCIA BÁSICA:

BERGER, Peter. Luckmann. A construção da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOTTOMORE, T. B. Introdução à sociologia. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. COSTA, Cristina. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

DEMO, Pedro. Introdução à sociologia: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social. 53. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. 7. ed. São Paulo: Martins, 2008.

FERRÉOL, Gilles. Introdução à sociologia. São Paulo: Atica, 2007.

MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia. 38. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos).

Unidade Curricular de Extensão – UCE do Núcleo I

Atividades ligadas ao meio ambiente, relações étnico-racial, saúde etc. desenvolvida junto a comunidade indígena e da escola indígena.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GUARESCHI, Pedrinho. Sociologia crítica: alternantivas de mudança. 53. ed. Porto Alegre: EDIPURCRS, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Sociologia geral. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NOVA, Sebastião Vila. Introdução à sociologia. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. 7. ed. São Paulo: Martins, 2008.

COSTA, Cristina. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

OLIVEIRA, Pérsio Santos. Introdução à sociologia. 20. ed. São Paulo: Moderna, 2001.

SOARES, Francisco Lima. Introdução à sociologia. Imperatriz: Ética, 2009.

PENSAMENTO FILOSÓFICO E EPISTEMOLOGIAS INDÍGENAS: DIVERSIDADE DE SABERES (60H)

Ementa: O Logos mítico, o Logos filosófico e o Logos científico. O nascimento da Filosofia na Grécia antiga. Filosofia e História. Filosofia e Sociedade.

REFERÊNCIA BÁSICA:

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia. Tradução da 1ª. edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosi; revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Tradução de: Dizionario de filosofia.

ANDERY, M. A. et al. Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica. São Paulo: EDUC, 1999.

KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Revisão de Célia Neves. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SCHAFF, Adam. História e verdade. Tradução de Maria Paula Duarte. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

BORNHEIM, G. A. (Org.). Os filósofos pré-socráticos. 13. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

BRÉHIER, E. História da filosofia. Tradução de Eduardo Sucupira Filho. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

BRUGGER, Walter. Dicionário de filosofia. 2. ed. Tradução de Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Editora Herber. 1967.

CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. 4. ed. São Paulo: Ática 2002.

FOUCAULT, M. História da sexualidade: o uso dos prazeres. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GAARDER, Jostein. O mundo de Sofia: romance da história da filosofia. Tradução de João Azenha Jr. São Paulo: Cia da Letras, 1996.

GUATTARI, Félix. As três ecologias. Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt. Revisão da Tradução Suely Rolnik. 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 1997.

KANT, Immanuel. Crítica da razão pura. Tradução de Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Pensadores).

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. Revisão de Carlos Roberto F. Nogueiro. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

. Contribuição à crítica da filosofia do Direito de Heigel. In: FERNANDES, Florestan (Org.). K. Marx e F. Engels: História. Tradução de Florestan Fernandes et al. 2. ed. São Paulo: Ática, 1984.

MARX, Karl; Engel, Friedrich. A sagrada família: ou a crítica contra Bruno Bauer e consortes. Tradução de Fiana Hasser, Pais Brandão, João Paulo Castilho e José. Bittencourt 2. ed. Lisboa: Editorial presença, [s.d.].

TACCONE, Giuseppe. Filosofia da religião: o pensamento do homem ocidental e o problema de Deus. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

VAZ, Henrique C. de Lima. Escritos de filosofia: problemas de fronteira. São Paulo: Loyola, 1986.

VERNANT, Jean-Pierre. As origens do pensamento grego. Tradução de Isis Borges B. da Fonseca. 2. ed. São Paulo: Difel, 1984.

HISTÓRIA DAS POLÍTICAS INDIGENISTAS E INDÍGENAS NO BRASIL (60H)

Ementa: História indígena brasileira e americana na historiografia contemporânea (fontes arquivísticas, etnografia e cultura material). Discursos históricos visuais, orais, materiais e escritos dessas sociedades. Dilemas das comunidades indígenas atuais. História Indígena e do Indigenismo na Educação Básica. Questão ambiental.

REFERÊNCIA BÁSICA:

ALEGRE, Maria Sylvia Porto. Imagem e representação do índio no século XIX. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). Índios no Brasil. São Paulo: Global, 1998.

ALMEIDA, Monica Ribeiro Moraes de. A construção do ser canela: dinâmicas educacionais na aldeia Escalvado. São Luís: Editora, 2009.

BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENARD, Jocelyne. Teorias da Etnicidade. São Paulo: UNESP, 1998

BALDUS, Herbert. Ensaios de etnologia brasileira. São Paulo: Nacional, 1979.

BRASIL. LEIS. Legislação indigenista. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1993.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Política indigenista. Brasília: Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1982.

CALDEIRA, Jose de Ribamar Chaves. A criança e a mulher tupinambá, Maranhão: século XVII. São Paulo: Scortecci, 2000.

CAMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. Introdução às línguas indígenas brasileiras. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1977.

POVOS INDÍGENAS, AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE (60H)

EMENTA: Relações dos índios com o meio ambiente. Trabalho e sustentabilidade socioambiental. Mitos e natureza. Medicina indígena e natureza. Sentidos da fauna e da flora. Desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIA BÁSICA:

BASTOS, Monalisa Teixeira Brito. Índios Tapeba do Ceará:saga econômica, social e os desafios ambientais neste começo de milênio. 2010. 105 f.

BATISTA, Leidiane Priscilla de Paiva; SILVA, Edson Vicente da. A Lagoa da encantada e o morro do urubu: saberes ecológicos e mitos populares da etnia indígena Jenipapo-Kanindé. 2009. 64 f.

CAVALCANTE, Gustavo Bezerril. A natureza encantada que encanta:histórias de seres dos mangues, rios e lagoas narradas por índios Tapeba. 2010. 209 f.

SOUSA, Francisco Elisnaldo de; HOLANDA, Maria Aurilene de; SANTOS, Maria Piedade; OLIVEIRA JUNIOR, Gerson Augusto de. A fauna e a flora Tremembé da Região da Mata. 2012.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros (1844). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933. xxxii, 286 p.

NASCIMENTO, Aléssia Lima do; UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. FACULDADE DE DIREITO. Populações tradicionais em unidade de conservação de proteção integral:limites e possibilidades. Fortaleza, CE: 2007. 101 f.

OLIVEIRA JUNIOR, Gerson Augusto de. O encanto das águas: a relação dos Tremembé com a natureza. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceara, 2006. 171 p.

SANTOS, Narcelio José Marques dos. Desenvolvimento local sustentável: um estudo de caso na aldeia indígena dos Tapeba, Caucaia-CE. 2011. 57 f

SABERES GEOGRÁFICOS; ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E TERRITÓRIO (60H)

Av. dos Portugueses, 1966 • Bacanga • São Luís • MA
CEP 65.000-000

Ementa: Periodização espacial e regionalizações do Brasil. O Brasil do arquipélago e o pacto federativo nacional. A integração econômica do espaço nacional: industrialização, urbanização, modernização da agricultura, os movimentos migratórios, o planejamento regional – hierarquias e redes espaciais. O Brasil na era da globalização: a opção internacionalizante e as novas tendências dos padrões espaciais.

REFERÊNCIA BÁSICA:

SANTOS, Milton. Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

CASTRO, Antônio Barros de. 7 ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1971,

Sachs, Ignacy, Wilhelm, J. e Pinheiro, P. S. (orgs.). Brasil: um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Oliveira, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. Petrópolis: Ed. Vozes, 1972.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 1997.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Dinâmica regional brasileira: rumo à desintegração competitiva?. Mimeo.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste – Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, 3a

PESQUISA EM HUMANIDADES E COTIDIANO DO PROFESSOR INDÍGENA I (60H)

Ementa: Projetos da prática pedagógica ligados às necessidades e desafios da escola indígena.

REFERÊNCIA BÁSICA:

Av. dos Portugueses, 1966 • Bacanga • São Luís • MA
CEP 65.000-000

ANDRÉ, Marli. Pesquisa, formação e prática docente. In: (Org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas, SP: Papirus, 2001.

_____. A pesquisa na didática e na prática de ensino. In: (Org.). Rumo a uma nova didática. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. Pesquisas sobre a escola e pesquisas no cotidiano da escola. EccoS - Revista Científica. São Paulo: UNINOVE, v. 10, n. especial, p. 133-145, 2008.

BAGNO, Marcos. Pesquisa na escola: o que é? Como se faz. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MARQUES, Tânia B. I. Professor ou pesquisador? In: BECKER, Fernando; MARQUES, Tânia B. I. (Orgs.). Ser professor é ser pesquisador. Porto Alegre: Mediação, 2007.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E LINGUAGEM. Projeto de Formação de Professores Indígenas: 3º Grau Indígena. Série Práticas interculturais. Barra do Bugres: UNEMAT, 2005.

HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL II (60H)

Ementa: Estudo das populações indígenas no Brasil e das políticas indigenistas, bem como sobre as diferentes abordagens historiográficas relativas à representação dessas populações entre os séculos XVI e XXI e suas perspectivas teóricas e de ensino

REFERÊNCIA BÁSICA:

BANIWA, Gersem. O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

CAPISTRANO DE ABREU, João. Capítulos de história Colonial: 1500-1800 & Os Caminhos antigos e o povoamento do Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992.

MONTEIRO, John Manuel. Negros da Terra – índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MELIÁ, Bartomeu & NAGEL, Liane Maria. Guaraníes y jesuitas – en tiempo de las misiones. Santo Angelo/ RS: URI, Centro de cultura missioneira; Assunção: CEPAG, 1995.

OLIVEIRA, João Pacheco; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. A Presença Indígena na Formação do Brasil. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (orgs). A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

STADEN, Hans. Viagem ao Brasil. Texto integral. São Paulo: Martin Claret, 2006.

ANTROPOLOGIA II (60H)

Ementa: Vivência da alteridade e concepções de pertencimento: “gente” (Nós) x “não-gente” (os “Outros”), “pessoa” x “indivíduo” e outras formulações. Raça e etnicidade, grupos étnicos e identidades coletivas. Reflexões sobre os modos de conceber organização social e os conceitos que os definem: “Comunidade”, “povo”, “grupo familiar”, sistema de parentesco. Articulações etnopolíticas: redes inter-grupais (históricas e contemporâneas), movimento indígena e organizações.

REFERÊNCIA BÁSICA:

CANCLINI, Nestor García. Negociação integração e desconexão. In: . Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. Cap. 9, p.223-245.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. de. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 21.ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2002. p.51-66.

GEERTZ, Clifford. Uma Descrição densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In: . A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989. p. 3-21.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

BOUTINET, Jean-Peirre. Antropologia do Projeto. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CUCHE, Denys. Cultura e identidade. In: . A noção de cultura nas ciências sociais. EDUSC. São Paulo. 2002. Cap. 6, p.175-202.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Educação Escolar Indígena: um projeto étnico ou um projeto étnico-político? In: VEIGA. Juracilda; SALANOVA. Andrés. (Orgs.). Questões de Educação Escolar Indígena: da formação do professor ao projeto de escola. Brasília: FUNAI/DEDOC. Campinas/ALB. 2001. p. 35-56.

ARQUEOLOGIAS INDÍGENAS (60H)

Ementa: Esta disciplina visa apresentar as relações entre a arqueologia e a etnoarqueologia no Brasil e nas Américas, discutindo suas particularidades conceituais, seus compartilhamentos reflexivos e propondo uma desconstrução de visões colonialistas sobre a história das populações indígenas no continente americano.

REFERÊNCIA BÁSICA:

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Introdução a uma História Indígena. História dos índios no Brasil. Companhia das Letras, São Paulo, 1992: 9-26.

CHAUÍ, Marilena. O mau encontro. Novaes, Adauto. A outra Margem do Ocidente. MINC-FUNARTE. Companhia das Letras.

FAUSTO, Carlos. Os índios antes de Cabral. Zahar, Rio de Janeiro, 2000.

NEVES, EDUARDO GOES. Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil. In Silva, Aracy Lopes e Grupioni, Donizete. Temática Indígena na escola. MEC/MARI/UNESCO, São Paulo: Brasília, 2000:171-196.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

HECKENBERGER, Michel. Estrutura, história e transformação: a cultura Xinguana na longue durée, 1000-2000d.c., In Franchetto, B. E Heckenberger, M. (Org.), Os povos do Alto Xingu

KRENAK, Ailton. O eterno retorno do encontro. In Novaes, Adauto. A outra Margem do Ocidente. MINC-FUNARTE. Companhia das Letras.

MONTEIRO, JOHN. O desafio da história indígena no Brasil. In a Temática indígena na escola. P. 221-236

SILVA, Fabíola Andrea. O plural e o singular das arqueologias indígenas. Revista de Arqueologia, 25(2)24-42.

COSMOLOGIAS INDÍGENAS I (60H)

Ementa: As várias concepções indígenas acerca da vida, do tempo, da terra, dos astros celestes e do universo. Sistemas cosmológicos das sociedades indígenas. O sol e a lua e o nascimento da terra.

REFERÊNCIA BÁSICA:

FAUSTO, Carlos. “Fragmentos de História e Cultura Tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico”. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo, Cia das Letras/Edusp/SMC, 1992.

LALLEMAND, Suzanne. “Cosmogonia”. In: AUGÉ, M. (org.) A construção do mundo. Edições 70, Lisboa, 1978.

LEACH, Edmund. “O Gênensis enquanto um mito”. In: Edmund Leach (org. Roberto da Matta), Ed. Ática/Grandes Cientistas Sociais/Antropologia 38, 1983, pp. 57-69.

LÉVI-STRAUSS, C. “A gesta de Asdiwal”. In: Antropologia Estrutural Dois, Ed. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1976.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

LOPES DA SILVA, Aracy. “A expressão mítica da vivência histórica: tempo e espaço na construção da identidade xavante”. In: Anuário Antropológico/82, Tempo Brasileiro/Universidade Federal do Ceará, Rio de Janeiro e Fortaleza, 1984.

- -. “Mitos e cosmologias indígenas no Brasil: breve introdução”. In: Índios no Brasil. Grupioni, Luís Donisete Benzi (org.). São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

VIDAL, Lux. Grafismo Indígena. Estudos de Antropologia Estética. São Paulo, Studio Nobel/Fapesp/Edusp, 1992.

VIVEIROS DE CASTRO, E. & CARNEIRO DA CUNHA, M. “Vingança e Temporalidade: os Tupinambá”. In: Anuário Antropológico/85, Ed. Universidade de Brasília e Ed. Tempo Brasileiro, Brasília e Rio de Janeiro, 1986.

LÍNGUA PORTUGUESA II (60H)

Ementa: Noções linguísticas sobre o ensino de língua: o oral e o escrito. Conceitos de gramática. Aspectos gramaticais da língua padrão. Aspectos estruturais do texto escrito. Um gênero literário: mitos/lendas. Conversão do oral no escrito.

REFERÊNCIA BÁSICA:

BAGNO, Marcos (2004). Preconceito linguístico: o que é, e como se faz. São Paulo: Loyola.

BRASIL. Decreto 6.583, de 29 de setembro de 2008. Promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990.

FIORIN, José Luiz (org.) (2004). Introdução à Linguística I: objetos teóricos. São Paulo: Contexto.

ILARI, Rodolfo & BASSO, Renato (2006). O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos. São Paulo: Contexto.

KOCH, Ingedore G. Villaça (2002). Desvendando os segredos do texto. São Paulo: Cortez.

RODRIGUES, Aryon D. (2005). Sobre as Línguas Indígenas e sua Pesquisa no Brasil. Cien. Cult. São Paulo, v. 57, n. 2, 2005. Disponível em

http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S000967252005000200018&ING=en&nrm=iso. Acesso em: 16 setembro de 2008)

TARALLO, Fernando (1991). A pesquisa sociolinguística. São Paulo: Ática.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

LYONS, John (1987). Língua(gem) e Linguística: uma introdução. Tradução Marilda Winkler Averborg & Clarisse Sieckenius de Souza. Rio de Janeiro: LTC.

MARCUSCHI, Luiz Antônio (s/d). Gêneros textuais: definição e funcionalidade. Disponível em: <http://www.proead.unit.br/professor/linguaportuguesa/arquivos/textos/Generos_textuais_definicoes_funcionalidade.rtf>. (acesso em 18.09.2008)

PERINI, Mário A. (2004). A língua do Brasil amanhã e outros mistérios. São Paulo: Parábola Editorial.

LÍNGUAS INDÍGENAS I (60H)

Ementa: Cartografias das línguas indígenas no Brasil: pluralidade linguística por região brasileira. Presença e reorganização de línguas nativas no nordeste do país.

REFERÊNCIA BÁSICA:

ASSIS, Eneida correa de. Educação indígena na Amazonia: experiencia e perspectivas. Belém, PA: Associacao de Universidades Amazonicas ;Universidade Federal do Para, 1996. 346p. (Serie Cooperacao Amazonica ; 16). ISBN 852470148X.

FONTELES FILHO, José Mendes. Subjetivação e educação indígena. 2003. 2 v. (654f.) : Tese (Doutorado) em Educação - Universidade Federal do Ceará, Departamento de Educação, Fortaleza-CE, 2003.

HERNANDEZ, Isabel. Educação e sociedade indígena. São Paulo: Cortez, 1981. 114, [49]p. ISBN (broch.)

LIMA, Antonio Carlos de Souza; BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. Antropologia e identificação: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002. Rio de Janeiro, RJ: Contra Capa, 2005. 444 p. ISBN 8577400085 (broch.).

MAIA, Marcus. Manual de Lingüística: subsídios para a formação de professores indígenas na área de linguagem. Brasília: MEC/SECAD/LACED, 2006.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

A temática indígena na escola. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

MONTE, NiettaLindenberg. Cronistas em viagem e educação indígena. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2008. 235p. ISBN 9788575263051 (broch.).

SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana K. Leal. Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola. 2. ed. São Paulo, SP: Global, 2001. 396 p. (Antropologia e educação) ISBN 852600672X (broch.).

LITERATURAS INDÍGENAS I (60H)

Ementa: Cultura, literatura, história e memória Indígenas. Literaturas, culturas orais e literatura oral. Teorias literárias e comparatismo. Trânsitos e tradições literárias na Pan-Amazônia: relações entre o local e o global.

REFERÊNCIA BÁSICA:

GRAÚNA, G. Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil. Belo Horizonte: Mazza, 2013. HAKIY, T. Literatura indígena – a voz da ancestralidade. In: Literatura Indígena Brasileira contemporânea: criação, crítica e Recepção [recurso eletrônico] / Julie Dorrico; Leno Francisco Danner; Heloisa Helena Siqueira Correia; Fernando Danner (Orgs.), Porto Alegre: Fi, p. 37-38, 2018.

CÂNDIDO, G. V. O avesso do direito à literatura: por uma definição de literatura indígena. Estudos de literatura brasileira contemporânea, n. 53, p. 177-197, 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/elbc/n53/2316-4018-elbc-53-177.pdf>. Acesso em 10 nov. 2018.

DORRICO, J. Vozes da literatura indígena brasileira contemporânea: do registro etnográfico à criação literária. In: Literatura Indígena Brasileira: criação, crítica e Recepção [recurso eletrônico] / Julie Dorrico; Leno Francisco Danner; Heloisa Helena Siqueira Correia; Fernando Danner (Orgs.), Porto Alegre: Fi, p. 37-38, 2018.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

Av. dos Portugueses, 1966 • Bacanga • São Luís • MA
CEP 65.000-000

BAKHTIN, M. M. Questões de literatura. (Org. Etienne Samain; Sandra Nitrini). São Paulo: Hucitec, 2002. Disponível em <https://netlli.wordpress.com/2011/09/08/obras-de-bakhtin-disponiveis-em-pdf-em-nosso-banco-de-dados/>. Acesso em: jun. 2017.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília-DF: Ministério da Educação. 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/BNCC_19dez2018_site.pdf. Acesso em: 20 dez. 2018.

BRITO, T. C.; SOUSA FILHO, S. M.;

FIGUEREIDO, E. Eliane Potiguara e Daniel Munduruku: por uma cosmovisão ameríndia. Estudos de literatura brasileira contemporânea, n. 53, p. 291-304, 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/elbc/n53/2316-4018-elbc-53-291.pdf>. Acesso em 10 ago. 2018.

PRODUÇÃO TEXTUAL I (60H)

Leitura, análise e produção de textos acadêmicos (resumo, fichamento e resenha), visando a desenvolver habilidades de elaboração e reelaboração de textos orais e escritos, com ênfase nos gêneros utilizados ao longo do curso.

REFERÊNCIA BÁSICA:

DISCINI, NORMA. A comunicação nos textos. São Paulo: Contexto, 2005.

FIORIN, J. L. & SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.

MARCUSCHI, LUIZ ANTÔNIO. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

ANTUNES, I. Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola, 2007.

BASTOS, L. K. A produção escrita e gramática. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BERLO, L. O processo da comunicação. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Av. dos Portugueses, 1966 • Bacanga • São Luís • MA
CEP 65.000-000

FERREIRA, M. Redação comercial e administrativa. São Paulo: FTD, 2001.

FIORIN, J. L. & SAVIOLI, F. P. Para entender o texto. São Paulo: Ática, 1990. KOCH, I. V. A coesão textual. São Paulo: Contexto, 1989.

LÍNGUA PORTUGUESA III (60H)

Ementa: Fonética e Fonologia. Fonética articulatória. Noções de fonética acústica. Unidade mínima da fonética: o fone. Vogais e consoantes. Segmentos e supra-segmentos. A noção de traços. Características articulatórias e acústicas do Português. Conceitos básicos da Fonologia: fonema, oposição, variação livre, distribuição complementar, alofones, semelhança fonética, distribuição limitada. Segmentos bivalentes e sua interpretação. Neutralização e arquifonema. Processos e regras fonológicas do Português.

REFEÊNCIA BÁSICA:

FIORIN, José Luiz (org.) (2004). Introdução à Linguística I: objetos teóricos. São Paulo: Contexto.

ILARI, Rodolfo & BASSO, Renato (2006). O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos. São Paulo: Contexto.

KOCH, Ingedore G. Villaça (2002). Desvendando os segredos do texto. São Paulo: Cortez.

LYONS, John (1987). Língua(gem) e Linguística: uma introdução. Tradução Marilda Winkler Averborg & Clarisse Sieckenius de Souza. Rio de Janeiro: LTC.

MARCUSCHI, Luiz Antônio (s/d). Gêneros textuais: definição e funcionalidade. Disponível em:

<http://www.proead.unit.br/professor/linguaportuguesa/arquivos/textos/Generos_textuais_definicoes_funcionalidade.rtf>. (acesso em 18.09.2008)

RODRIGUES, Aryon D. (2005). Sobre as Línguas Indígenas e sua Pesquisa no Brasil. Cien. Cult. São Paulo, v. 57, n. 2, 2005. Disponível em http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S000967252005000200018&ING=en&nrm=iso. Acesso em: 16 setembro de 2008)

Av. dos Portugueses, 1966 • Bacanga • São Luís • MA
CEP 65.000-000

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

BAGNO, Marcos (2004). Preconceito linguístico: o que é, e como se faz. São Paulo: Loyola.

BRASIL. Decreto 6.583, de 29 de setembro de 2008. Promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990.

PERINI, Mário A. (2004). A língua do Brasil amanhã e outros mistérios. São Paulo: Parábola Editorial.

TARALLO, Fernando (1991). A pesquisa sociolinguística. São Paulo: Ática

LÍNGUAS INDÍGENAS II (60H)

Ementa: Cartografias das línguas indígenas no Nordeste e no Maranhão: pluralidade linguística por região brasileira. Presença e reorganização de línguas nativas no nordeste do país.

REFERÊNCIA BÁSICA:

A temática indígena na escola. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

FONTELES FILHO, José Mendes. Subjetivação e educação indígena. 2003. 2 v. (654f.) : Tese (Doutorado) em Educação - Universidade Federal do Ceará, Departamento de Educação, Fortaleza-CE, 2003.

MAIA, Marcus. Manual de Lingüística: subsídios para a formação de professores indígenas na área de linguagem. Brasília: MEC/SECAD/LACED, 2006.

MONTE, NiettaLindenberg. Cronistas em viagem e educação indígena. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2008. 235p. ISBN 9788575263051 (broch.).

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

HERNANDEZ, Isabel. Educação e sociedade indígena. São Paulo: Cortez, 1981. 114, [49]p. ISBN (broch.)

LIMA, Antonio Carlos de Souza; BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. Antropologia e identificação: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002. Rio de Janeiro, RJ: Contra Capa, 2005. 444 p. ISBN 8577400085 (broch.).

Av. dos Portugueses, 1966 • Bacanga • São Luís • MA
CEP 65.000-000

SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana K. Leal. Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola. 2. ed. São Paulo, SP: Global, 2001. 396 p. (Antropologia e educação) ISBN 852600672X (broch.).

LITERATURAS INDÍGENAS II (60H)

Ementa: Ação comunicativa pelo Método Recepcional de leitura (MRL). Leitura crítica e mobilização das literaturas indígenas. Conteúdos temáticos para reconhecimento da literatura de autoria indígena.

REFERÊNCIA BÁSICA:

KAMBEBA, M. W. Literatura indígena: da oralidade à memória escrita. In: Literatura Indígena Brasileira contemporânea: criação, crítica e Recepção [recurso eletrônico] / Julie Dorrico; Leno Francisco Danner; Heloisa Helena Siqueira Correia; Fernando Danner (Orgs.), Porto Alegre: Fi, p. 39-44, 2018.

MUNDURUKU, D. Escrita indígena: registro, oralidade e literatura: O reencontro da memória. In: Literatura Indígena Brasileira contemporânea: criação, crítica e Recepção [recurso eletrônico] / Julie Dorrico; Leno Francisco Danner; Heloisa Helena Siqueira Correia; Fernando Danner (Orgs.), Porto Alegre: Fi, p. 81-84, 2018.

THIÉL, J. C. A Literatura dos Povos Indígenas e a Formação do Leitor Multicultural. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1175-1189, out./dez. 2013.

THIÉL, J. Pele silenciosa, pele sonora: a literatura indígena em destaque. Belo Horizonte: Autêntica. 2012. 162p.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

SANTOS, E. P. A autoinclusão da literatura indígena contemporânea no cânone brasileiro: uma herança cultural a ser reconhecida. Revista Literatura em Debate, v. 12, n. 22, p. 107-121, 2018. Disponível em <http://revistas.fw.uri.br/index.php/literaturaemdebate/article/viewFile/2922/2531>. Acesso em 10 nov. 2018.

Av. dos Portugueses, 1966 • Bacanga • São Luís • MA
CEP 65.000-000

SOUZA, E. R. Literatura indígena e direitos autorais. In: Literatura Indígena Brasileira contemporânea: criação, crítica e Recepção [recurso eletrônico] / Julie Dorrico; Leno Francisco Danner; Heloisa Helena Siqueira Correia; Fernando Danner (Orgs.), Porto Alegre: Fi, p. 51-74, 2018.

TINOCO, R. C. Leitor real e teoria da recepção: travessias contemporâneas. São Paulo: Horizonte, 2010.

EXPRESSÃO CULTURAL I (60H)

Ementa: Potencia sinestésica da expressão cultural: a percepção sensorial, a expressão individual e grupal nas diversas linguagens que ocasionalmente sejam priorizadas e na intertextualidade que a cultura coloca. Expressão Cultural, criatividade e criticidade.

REFERÊNCIA BÁSICA:

KAMBEBA, M. W. Literatura indígena: da oralidade à memória escrita. In: Literatura Indígena Brasileira contemporânea: criação, crítica e Recepção [recurso eletrônico] / Julie Dorrico; Leno Francisco Danner; Heloisa Helena Siqueira Correia; Fernando Danner (Orgs.), Porto Alegre: Fi, p. 39-44, 2018.

MORIN, Edgar. A Cabeça Bem-Feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

ROJAS NIÑO, Carlos G. "Criatividade do homem comum, estética, educação, cotidiano". Tese UNICAMP: Filosofia e História da Educação, 1997. N/E.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

BACHARELARD, Gaston: El Aire y los Sueños. Fondo de Cultura Económica, Bogotá, 1982.

SANTOS, E. P. A autoinclusão da literatura indígena contemporânea no cânone brasileiro: uma herança cultural a ser reconhecida. Revista Literatura em Debate, v. 12, n. 22, p. 107-121, 2018. Disponível em <http://revistas.fw.uri.br/index.php/literaturaemdebate/article/viewFile/2922/2531>. Acesso em 10 nov. 2018.

THIÉL, J. C. A Literatura dos Povos Indígenas e a Formação do Leitor Multicultural. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1175-1189, out./dez. 2013.

PESQUISA EM LINGUAGENS E COTIDIANO DO PROFESSOR INDÍGENA I (60H)

Ementa: Projetos da prática pedagógica ligados às necessidades e desafios da escola indígena, com ênfase em linguagens.

REFERÊNCIA BÁSICA:

ANDRÉ, Marli. Pesquisa, formação e prática doCente. In: (Org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas, SP: Papirus, 2001.

_____. Pesquisas sobre a escola e pesquisas no cotidiano da escola. EccoS - Revista Científica. São Paulo: UNINOVE, v. 10, n. especial, p. 133-145, 2008.

BAGNO, Marcos. Pesquisa na escola: o que é? Como se faz. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

ANDRÉ, Marli. A pesquisa na didática e na prática de ensino. In: (Org.). Rumo a uma nova didática. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MARQUES, Tânia B. I. Professor ou pesquisador? In: BECKER, Fernando; MARQUES, Tânia B. I. (Orgs.). Ser professor é ser pesquisador. Porto Alegre: Mediação, 2007.

LÍNGUAS EM CONTATO: PORTUGUÊS E LÍNGUA INDÍGENA (60H)

Ementa: Línguas em contato. Superestrato, adstrato e substrato. Relações de contato entre a língua indígena e o Português: interferências mútuas possíveis (no léxico, na morfologia, na sintaxe, etc.). Características gramaticais e sonoras das línguas dos povos indígenas no português falado pelos membros desses povos. A interferência das gramáticas indígenas e propriedades sonoras consonantais e vocálicas do Português.

Av. dos Portugueses, 1966 • Bacanga • São Luís • MA
CEP 65.000-000

REFERÊNCIA BÁSICA:

BONIFÁCIO, Ligiane Pessoa dos Santos. 2019. Contato Linguístico Tikuna-Português no Alto Solimões-Amazonas: Um Estudo sobre a Variedade de Português Falada por Professores Tikuna. Tese (Doutorado em Linguística), UFRJ.

PEIXOTO, Jaqueline dos Santos 2017a. A Ordem de Constituintes no Português Mbyá Guarani. In As Línguas Tupi: do Vale do Guaporé À Bacia Platina / Marci Fileti Martins, Organizadora. ISBN 978-85-7427-069-2. Formato Ebook: PDF.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. 2011. Relações Internas na Família Linguística Tupí-Guaraní. Revista Brasileira de Linguística Antropológica, Volume 3, Número 2, Dezembro, pp. 233-252.

SARMENTO, Francisco. 2019. O Alto Rio Negro Indígena em mais de Dois Mil Anos de História. Revista Brasileira de Linguística, Volume. 11, Número 2, dezembro, pp. 41-72.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

EMMERICH, Charlotte. 1984. A Língua de Contato no Alto Xingu. Dissertação de Mestrado Defendida no Âmbito do Programa de Pós-graduação em Linguística/UFRJ.

PEIXOTO, Jaqueline dos Santos. 2011. Os Pronomes e seus Traços em Línguas da Família Pano. Revista Estudos Linguísticos, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, pp. 269-320, jan./jun.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. 1985. Relações Internas na Família Linguística Tupí-Guaraní. Revista de Antropologia, v. 27/28, p. 33-53.

TÓPICOS DE QUÍMICA (60H)

Ementa: misturas, separação de misturas, transformações dos materiais (fenômenos reversível e irreversível). Estrutura atômica; Tabela periódica e Ligações química.

REFERÊNCIA BÁSICA:

FELTRE, Ricardo. Química Geral. Vol. 1. 6. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

FREDERICK, A. B.; BETTELHEIM, F. A. Introdução à Química. Geral, Orgânica e Bioquímica. 9. ed. São Paulo: Cengage Learning,. 2012.

KOTZ, John C.; TREICHEL JUNIOR, Paul M. Química Geral e Reações Químicas. vol. 1, 5ª. ed., São Paulo: Pioneira Thomson, 2005, 671p.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

FELTRE, Ricardo. Fundamentos de Química. Vol. Único. 4 ed. São Paulo: Moderna, 2005.

HUMISTON, Gerard E; Brady, James. Química Geral, vol. 1, 3ª ed., Rio de Janeiro: LTC , 410 p.

RUSSELL, John Blair. Editora: Pearson Makron Books, Edição: 2. ed., Local de Publicação: SÃO PAULO, Ano de Publicação: 2008.

TÓPICOS DE BIOLOGIA (60H)

Ementa: Contexto geral em que a vida surgiu se desenvolve e evolui. Processos utilizados pelas espécies nas escalas: celular, organismo e populações, na obtenção de energia e matéria segundo as leis físicas e condições químicas às quais os organismos e o meio estão sujeitos, assim como padrões globais do meio abiótico, como formação geológica, atmosfera e clima. A vida no planeta e sua árvore evolutiva.

REFERÊNCIA BÁSICA:

BIZERRIL, Marcelo. Processos biológicos na captação e na transformação da matéria e energia. Consórcio Setentrional. Educação a distancia. Módulo II: Licenciatura em Biologia. Universidade de Brasília, 2006.

MATIOLI, Sergio Russo. Biologia Molecular e Evolução. Ribeirão Preto: Holos, 2001.

PURVES, William K. et al. Vida e a Ciência da Biologia. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005, v. 2.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

Av. dos Portugueses, 1966 • Bacanga • São Luís • MA
CEP 65.000-000

BAUMGARTEN, Julio. O contexto da vida. Consórcio Setentrional. Educação a Distância. Módulo I: Licenciatura em Biologia. Universidade de Brasília, 2006.

SANTOS, Aparecido Gomes dos, et al. Observando a Natureza. Ed. Universidade Federal do Amazonas, 1997, p. 27-30.

ZAIA, Dimas A. M. Da geração espontânea à química prebiótica. Londrina. V. 26, n. 2, p. 260-264, ago. 2003.

TÓPICOS DE FÍSICA (60H)

Ementa: O que é Física? O ensino de física e a escola fundamental e média. O potencial de formação de professores de física. Cinemática da partícula, Dinâmica da partícula. Trabalho, energia e a conservação da energia.

REFERÊNCIA BÁSICA:

CHAVES, A.; SHELLARD, R. C., eds. Pensando o futuro: o desenvolvimento da física e sua inserção na vida social e econômica do país. Sociedade Brasileira de Física, 2005.

HALLIDAY, D.; RESNICK, R. ; WALKER, J. Fundamentos de Física – vol. 1, 8. ed. Livros Técnicos e Científicos Editora, 2008.

NUSSENZVEIG, H. M. Curso de Física Básica. Vol. 1 Mecânica, 4. ed. Editora Edgar Blücher Ltda, 2004.

TREFIL, J. HAZEN, R. M. Física viva: uma introdução à física conceitual . Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2006.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

COPELLI, A. M. et al. Física 1 – Mecânica – GREF. Editora EDUSP, 1996.

HEWITT, P. G. Fundamentos de física conceitual, 1ª. Ed. Editora Bookman, 2008.

MICKELVEY, J. P.; GROATCH, H. Física 1. Happer e Row do Brasil Ltda., 1979.

TÓPICOS DE MATEMÁTICA (60H)

Av. dos Portugueses, 1966 • Bacanga • São Luís • MA
CEP 65.000-000

Ementa: Origem dos números. Números Naturais. Números Inteiros. Propriedades. Critérios de Divisibilidade. MDC, MMC e Aplicações.

REFERÊNCIA BÁSICA:

BONGIOVANNI, Vincenzo; VISSOTO, Olímpio; LAUREANO, José Luiz. Matemática e Vida: Número, Medidas, Geometria. 4. Ed. São Paulo: Editora Ática, 1991 (5ª série, 1º Grau)

DIPIERRO NETO, Scipione. Matemática Scipione: Conceitos e Histórias. 3 ed. São Paulo: Editora Scipione. 1991 (5ª Série).

TAHAN, Malba. Matemática Divertida e Curiosa. 2. ed. Editora Record.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

BALDUÍNO, Andreola A. Dinâmica de Grupo. Jogo da Vida e didática do Futuro. 4 ed. Editora Vozes.

IMENES, Luis Márcio. Vivendo a Matemática: a Numeração Indo-arábica. Editora Scipione.

KAMII, Constance & DECLARK, Georgia. Reiventando a Aritmética. 2 ed. Campinas: Papirus, 1988.

PIAGET, Jean. Para onde vai a Educação. 7 ed. Editora José Olympio, 1980.

QUÍMICA II (60H)

Ementa: O mundo que nos rodeia. A matéria e suas transformações. Explicando as matérias e suas transformações. A evolução dos modelos atômicos. A Classificação Periódica dos Elementos. Ligações Químicas e Geometria Molecular. Funções Inorgânicas. Reações Químicas. Massa Atômica, Massa Molecular e Conceito de Mol. Estudo dos Gases.

REFERÊNCIA BÁSICA:

FELTRE, Ricardo. Química Geral. Vol. 1. 6. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

FREDERICK, A. B.; BETTELHEIM, F. A. Introdução à Química. Geral, Orgânica e Bioquímica. 9. ed. São Paulo: Cengage Learning,. 2012.

Av. dos Portugueses, 1966 • Bacanga • São Luís • MA
CEP 65.000-000

KOTZ, John C.; TREICHEL JUNIOR, Paul M. Química Geral e Reações Químicas. vol. 1, 5ª. ed., São Paulo: Pioneira Thomson, 2005, 671p.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

FELTRE, Ricardo. Fundamentos de Química. Vol. Único. 4 ed. São Paulo: Moderna, 2005.

HUMISTON, Gerard E; **Brady, James**. Química Geral, vol. 1, 3ª ed., Rio de Janeiro: LTC , 410 p.

RUSSELL, John Blair. Editora: Pearson Makron Books, Edição: 2. ed., Local de Publicação: SÃO PAULO, Ano de Publicação: 2008.

BIOLOGIA II (60H)

Ementa: Processos para captação e transformação da matéria para organismos produtores e consumidores em diferentes escalas: celular, com os processos básicos que ocorrem em todos os níveis de organização; dos organismos, apresentando as diferenciações morfofisiológicas que evoluíram nos diferentes grupos para resolver os problemas de alimentação e respiração; de comunidades e de ecossistemas, padrões de produtividade e fluxo entre níveis tróficos, buscando a transversalidade desses conhecimentos para o ambiente em que vivem as comunidades indígenas.

REFERÊNCIA BÁSICA:

BIZERRIL, Marcelo. Processos biológicos na captação e na transformação da matéria e energia. Consórcio Setentrional. Educação a distancia. Módulo II: Licenciatura em Biologia. Universidade de Brasília, 2006.

MATIOLI, Sergio Russo. Biologia Molecular e Evolução. Ribeirão Preto: Holos, 2001.

PURVES, William K. et al. Vida e a Ciência da Biologia. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005, v. 2.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

BAUMGARTEN, Julio. O contexto da vida. Consórcio Setentrional. Educação a Distância. Módulo I: Licenciatura em Biologia. Universidade de Brasília, 2006.

SANTOS, Aparecido Gomes dos, et al. Observando a Natureza. Ed. Universidade Federal do Amazonas, 1997, p. 27-30.

Av. dos Portugueses, 1966 • Bacanga • São Luís • MA
CEP 65.000-000

ZAIA, Dimas A. M. Da geração espontânea à química prebiótica. Londrina. V. 26, n. 2, p. 260-264, ago. 2003.

FÍSICA II (60H)

Ementa: Medição I. Vetores. Movimento em uma Dimensão. Movimento em um Plano. Dinâmica de Partícula I. Dinâmica de Partícula II. Trabalho e Energia. Conservação de Energia. Conservação de Momento Linear. Choques. Cinemática da Rotação. Dinâmica da Rotação I. Dinâmica de Rotação II. Equilíbrio de corpos Rígidos. Gravitação. Oscilações. Estática dos Fluidos. Ondas em Meios Elásticos. Ondas Sonoras. Temperatura. Calor e primeira Lei da Termodinâmica. Teoria Cinética dos gases I. Teoria cinética dos Gases II. Entropia e Segunda lei da Termodinâmica. Fenômeno de Transporte.

REFERÊNCIA BÁSICA:

ALONSO, M.; FINN, E. J. Física, Um Curso Universitário. SP, Editora Eggard Blücher v.1.

EISENBERG, R. M.; LERNER, L. S. Física, Fundamentos e Aplicações. SP, McGraw

NUSSENZVEIG, H. M. Curso de Física Básica. SP: Editora Edgard Blücher. V.2.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

NUSSENZVEIG, H. M. Curso de Física Básica. SP, Editora Edgard Blücher. V.1.

RESNICK, R.; HALLIDAY, D. Física. RJ, Livros Técnicos e Científicos Ltda. v. 1.

RESNICK, R.; HALLIDAY, D. Física. RJ, Livros Técnicos e Científicos. V. 2.

SEARS, F. W; ZEMANSKY, M. W. Física. RJ, Ao Livro Técnico S. A. v. 2.

MATEMÁTICA II (60H)

Ementa: Origem dos números. Números Naturais. Números Inteiros. Propriedades. Critérios de Divisibilidade. MDC, MMC e Aplicações. Origem dos números. Números Naturais. Números Inteiros. Propriedades. Critérios de Divisibilidade. MDC, MMC e Aplicações.

REFERÊNCIA BÁSICA:

Av. dos Portugueses, 1966 • Bacanga • São Luís • MA
CEP 65.000-000

BONGIOVANNI, Vincenzo; VISSOTO, Olímpio; LAUREANO, José Luiz. Matemática e Vida: Número, Medidas, Geometria. 4. Ed. São Paulo: Editora Ática, 1991 (5ª série, 1º Grau)

DIPIERRO NETO, Scipione. Matemática Scipione: Conceitos e Histórias. 3 ed. São Paulo: Editora Scipione. 1991 (5ª Série).

TAHAN, Malba. Matemática Divertida e Curiosa. 2. ed. Editora Record.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

BALDUÍNO, Andreola A. Dinâmica de Grupo. Jogo da Vida e didática do Futuro. 4 ed. Editora Vozes.

IMENES, Luis Márcio. Vivendo a Matemática: a Numeração Indo-arábica. Editora Scipione.

KAMII, Constance & DECLARK, Georgia. Reiventando a Aritmética. 2 ed. Campinas: Papirus, 1988.

PIAGET, Jean. Para onde vai a Educação. 7 ed. Editora José Olympio, 1980.

ENSINO DE CIÊNCIAS I (60H)

Abordagem conceitual e metodológica de fenômenos físicos, químicos, biológicos e geológicos para os anos iniciais. Vida e ambiente. Relações entre matéria, energia, transformação e vida na organização dos ecossistemas. O ser humano como agente de transformação da natureza e sua relação com os demais seres vivos e componentes do ambiente. Uso e manejo de águas, solos e florestas. Saneamento básico e saúde: a promoção, qualidade e manutenção dos serviços. O corpo humano: biológico, cultural e emocional.

REFERÊNCIA BÁSICA:

ARAGÃO, R. M. de; SCHNETZELER, Roseli Pacheco; CERRI, Iara L. N. S. Modelos de Ensino: corpo humano, célula, reações de combustão. Piracicaba-SP, UNIMEP/CAPES/PROIN, 2000.

LEVINE,S.; GRAFTON,Allison. Brincando de Einstein.Atividades Científicas e Recreativas para Sala de Aula.Campinas:Papirus,1995.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. de S. (Org). Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002.

MORAES, Roque. Ciências para as Séries Iniciais e Alfabetização. Porto Alegre,: SAGRA, 1994.

VARGAS, C. D. MINTZ, V. e MEYER, M. A. A. O Corpo Humano no Livro Didático ou de como o Corpo Humano Didático Deixou de Ser Humano. Educação em Revista. Belo Horizonte, v.8, p.12-18, dez 1998.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

NARDI, Roberto. (Org.) Educação em Ciências: da pesquisas à prática docente. São Paulo: Escrituras Editora, 2001 (Educação para a ciência).

SANTOS, Sátilo dos S. Ensino de Ciências: abordagem histórico-crítica. CampinasSP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005.

SCHNETZLER, R. P. e ARAGÃO, R. M. R de. Ensino de Ciências: fundamentos e abordagens. Campinas: CAPES/UNIMEP, 2000.

HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL III (60H)

Ementa: Contexto histórico dos indígenas no Brasil. Panorama no Brasil de 1500 a 1900. Panorama no Brasil de 1900 aos dias atuais. O contato entre indígenas e não indígenas. Legislação Indigenista e Movimentos Sociais.

REFERÊNCIA BÁSICA:

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na História do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). 1992. História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP

OLIVEIRA, João Pacheco de; Freire, Carlos Augusto da Rocha. A Presença Indígena na Formação do Brasil. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco e LACED/Museu Nacional, 2006.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. O ensino de História para populações indígenas. Em Aberto, Brasília, v. 14, n. 63, p. 105-116, jul.-set. 1994.

Av. dos Portugueses, 1966 • Bacanga • São Luís • MA
CEP 65.000-000

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653- 1769). 2005. 402 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. No Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é. Entrevista. Revista Aconteceu, São Paulo, 2006.

HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS DO MARANHÃO II (60H)

Ementa: Historiografia dos Povos Indígenas do Maranhão. Divisão Territorial. Frentes de contato e colonização. Processos de Ressurgência Cultural.

REFERÊNCIA BÁSICA:

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). 1992. História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Os direitos dos índios: ensaios e documentos. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FUNARI, Pedro Paulo; PIÑON, Ana. A temática indígena na escola: subsídios para professores. São Paulo: Contexto, 2011.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na História do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). 1992. História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP

OLIVEIRA, João Pacheco de; Freire, Carlos Augusto da Rocha. A Presença Indígena na Formação do Brasil. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco e LACED/Museu Nacional, 2006.

TERRITÓRIO DOS POVOS INDÍGENAS, AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE (60H)

Ementa: Diferentes concepções de natureza. Território e sustentabilidade. Caracterização socioambiental da unidade de conservação. Programas de manejo ou de gestão. Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas.

REFERÊNCIA BÁSICA:

BAVARESCO, A. Planos de gestão territorial e ambiental em terras indígenas – reflexões sobre os casos: PGTA das TIs Timbira, PGTA das TIs do Oiapoque, plano de uso das TIs Rikbaktsa. Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), apresentando para a Fundação Nacional do Índio, 2011.

CARNEIRO DA CUNHA, M. Cultura com aspas e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CORREIA, C. Plano de gestão: fragmento do amplo processo de gestão territorial de terras indígenas. Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), apresentando para a Fundação Nacional do Índio, 2011.

LITTLE, P.E. Gestão territorial em terras indígenas: definição de conceitos e proposta de diretrizes. Relatório para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Acre. Rio Branco, 2006. (Mimeo).

SMITH, M.; GUIMARÃES, M. A. Gestão ambiental e territorial de terras indígenas: reflexões sobre a construção de uma nova política indigenista. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT3-82-440-20100903170251.pdf>

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

DECRETO nº 7.747, de 5 de junho de 2012. Institui a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências. Material Consultado OLIVEIRA, A R. Diálogos entre estado e povos indígenas no Brasil: a participação indígena no processo de construção da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas – PNGATI. Brasília: Funai/GIZ, 2011.

STIBICH, I A. Planos de gestão territorial e ambiental de terras indígenas. Brasília: FUNAI, 2011.

PENSAMENTO DECOLONIAL (60H)

Ementa: Origens dos estudos culturais e o desenvolvimento das perspectivas póscoloniais e decoloniais. O discurso pós-colonial sobre identidade e diferença. Pós- colonialismo e opressões de raça, classe e gênero. A colonialidade do poder e a revisão do pós-colonialismo. Desenvolvimento da perspectiva decolonial na América Latina: modernidade e colonialidade. Novas epistemologias do sul e globalização. Multiculturalismo e Interculturalidade crítica. A educação no contexto intercultural.

REFERÊNCIA BÁSICA:

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

GROSGOUEL, Ramon. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Revista Crítica de Ciências Sociais, 80, 2008, p.115-147.

PAULA, Eunice Dias de. A interculturalidade no cotidiano de uma escola indígena. Cadernos Cedes, 49, Dezembro 1999.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. Lisboa: Sá da Costa, 1978.
Disponível em:
<https://escrivencia.files.wordpress.com/2014/03/aimc3a9cc3a9sairediscursosobre-o-colonialismo.pdf>

SPIVAK, Gayatri C. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, reexistir e re-viver. In CANDAU (org.). Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Editora 7 letras, Rio de Janeiro, 2009

ONTOLOGIAS INDÍGENAS I (60H)

Ementa: Diversidade de formas de exercício da razão e do pensamento. Diversos sistemas e regimes de conhecimento. Diversidade de modos de ser, fazer e estar no mundo. Diversidade de cosmovisões, ontologias e epistemologias ameríndias.

REFERÊNCIA BÁSICA:

Av. dos Portugueses, 1966 • Bacanga • São Luís • MA
CEP 65.000-000

ALMEIDA, H. A. P. “Pré-Brasil”?. Epistemologias de Abya Yala a partir dos povos originários no Brasil. *Diálogo e Diversidade*, Jacobina – Bahia – Brasil. V.2, n. e14180, p. 010-10, 2022.

APURINÃ, F. Um olhar sobre o Cosmos a partir da perspectiva indígena e as consequências da fricção entre os humanos e não humanos. In: *Emblemas UFG/CAC*, v. 17, n. 1, 14-35, jan.-junh. 2020.

GIRALDIN, O. Rotação de perspectiva: reflexão sobre ensino de antropologia para professores indígenas. *Art. const. Saber.*, Goiânia, v. 2, n. 1, p. 102-11, 2017.

KRENAK, Ailton. Organização de Sergio Cohn. Rio de Janeiro: Azougue, 2015.

_____. *Ideias para Adiar o Fim do Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROSANE FREIRE, L.; SAULO FRREIRA, F. Bem Viver: Projeto U-tópico e De- colonial. *Revista Interterritórios – Revista de Educação da Universidade Federal de Pernambuco*. Caruaru, Brasil, v. 1, n. 1, 2015

STEIL, A. A. Epistemologias ecológicas: delimitando um conceito. *Mana* 20(1): 163-183, 2014.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

KRENAK, Ailton. *O Amanhã Não está à Venda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

_____. *A Vida Não é Útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020]

_____. *Lugares de Origem*, com Yussef Campos. Editora Jandaíra, 202.

_____. *Futuro Ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

_____. *O sistema e o antissistema: três ensaios, três mundos no mesmo mundo*, 2021.

_____. *O lugar onde a terra descansa*, 2000.

_____. *Firmando o pé no território*, 2020.

ANTROPOLOGIA III (60H)

Ementa: Fundamentos da antropologia: antropologia como ciência. Conceitos básicos: etnocentrismo, relativismo, aculturação, endoculturação, exótico e familiar. Identidade, diferença e diversidade sociocultural. A cultura indígena no Brasil: aspectos da cultura Kaingang e Guarani, educação indígena. Afrodescendentes no Brasil: história, movimentos sociais. Cidadania e políticas de ação afirmativa.

REFERÊNCIA BÁSICA:

AMOROSO, Marta Rosa. Nimuendaju às Voltas com a História. Revista de Antropologia, 44:2, 2001, pp. 173-186.

Descola, Philippe. Estrutura ou Sentimento: A Relação com o Animal na Amazônia”, Mana, 4:1, 1998, pp. 23-45,

FERNANDES, Florestan. Tendências Teóricas da Moderna Investigação Etnológica no Brasil. In F. Fernandes, Investigação Etnológica no Brasil e Outros Ensaios, Petrópolis: Vozes, 1975, pp. 119-190.

LIMA, Tânia Stolze. Para uma Teoria Etnográfica da Distinção Natureza e Cultura na Cosmologia Juruna”, Revista Brasileira de Ciências Sociais, 14, no. 40, 1999, pp. 43-52

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

CUNHA, Manuela Carneiro da. Pontos de Vista sobre a Floresta Amazônica: Xamanismo e Tradução”, Mana, 4:1, 1998, pp. 7-22 (disponível na página da disciplina);

OLIVEIRA, João Pacheco de Fazendo Etnologia com os Caboclos do Quirino: Curt Nimuendaju e a História Ticuna. In J.P. Oliveira, Ensaios em Antropologia Histórica, Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999, pp. 60-96.

WRIGHT, Robin M. “Os Guardiões do Cosmos: Pajés e Profetas entre os Baniwa”, in E. J. Langdon, org., Xamanismo no Brasil: Novas Perspectivas, Florianópolis: Ed. UFSC,

SOCIOLOGIA II (60H)

Ementa: Materialismo histórico e dialético de Karl Marx e Friedrich Engels, o positivismo funcionalista de Emile Durkheim, a sociologia compreensiva de Max

Av. dos Portugueses, 1966 • Bacanga • São Luís • MA
CEP 65.000-000

Weber e a sociologia formal de Georg Simmel) no que diz respeito às influências intelectuais que elas sofreram e o contexto histórico-social no qual elas foram concebidas e os problemas e questões sociais que elas se propuseram tentar resolver.

REFERÊNCIA BÁSICA:

ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

CASTRO, Ana Maria & DIAS, Edmundo Fernandes. Introdução ao pensamento sociológico. São Paulo: Moraes, 1992.

LALLEMENT, M. História das ideias sociológicas – vol I: Das origens a Max Weber. Petrópolis: Vozes. 2008.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social. São Paulo, Martins Fontes, 2008.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política, vol. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. Lisboa, Editorial Presença, 1996.

TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES DOS POVOS INDÍGENAS (60H)

Ementa: Evolução jurídica do conceito de terras indígenas no Brasil. Territórios e territorialidades dos índios no Brasil regional contemporâneo. A urbanização e a terra indígena. A urbanização e a condição dos indígenas nas cidades. As terras indígenas no Maranhão.

REFERÊNCIA BÁSICA:

Boletim Especial – Fórum de Pesquisa – Indigenismo e Antropologia da Ação – 25 anos identificando terras indígenas ? Ano 6, No. 6 . Disponível em <http://www.unb.br/ics/dan/geri/Boletim06-port-links.htm>.

MARTINS, Edílson. Amazônia, a última fronteira. Rio de Janeiro: CODECRI, 1982.

MENEZES, Maria Lucia Pires. Parque Indígena do Xingu: um estudo das relações entre indigenismo e geopolítica. In: LÉNA, Philipps e OLIVEIRA, Adélia E. (orgs). AMAZÔNIA: A Fronteira Agrícola de 20 Anos Depois. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991; pp. 83-

MARTINS, Edílson. Amazônia., Parque Indígena do Xingu: A Construção de um Território Estatal. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000., 2008. IN: <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/283.htm>.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

MONTEIRO, John Negros da Terra. Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo, São Paulo, Companhia das Letras, 1994

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, Editora Marco Zero, 1987.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. O renascer dos povos indígenas para o Direito. 5ª ed. Curitiba: Juruá, 2006.00.

PESQUISA EM C. HUMANAS E SOCIAIS E COTIDIANO DO PROFESSOR INDÍGENA II (60H)

Ementa: constituição da abordagem disciplinar no campo científico, bem como sobre os fundamentos epistemológicos e éticos da pesquisa científica interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais. De tal modo, propõe-se a discussão da disciplinaridade e da interdisciplinaridade e as limitações, impasses e os desafios de cada uma das abordagens para o estudo da condição humana na contemporaneidade. Propõe-se também o debate sobre a disputa entre os conceitos e categorias: pluridisciplinaridade, transdisciplinaridade, interdisciplinaridade e multidisciplinaridade no contexto das Ciências Humanas e Sociais e suas relações com o cotidiano do professor indígena.

REFERÊNCIA BÁSICA:

ANDRÉ, M. E. D. Afonso de. Etnografia na prática escolar. 3 ed. Campinas: Papirus, 1995.

Av. dos Portugueses, 1966 • Bacanga • São Luís • MA
CEP 65.000-000

BRANDÃO, C. R. Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1981.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2015.

FAZENDA, I. (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1989.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. A. D. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez, 1995.

MARX, K. Manuscritos econômicos-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.

SEVERINO, A.J. Dimensão ética na investigação científica. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v.9, n.1, p. 199-208, jan./jun. 2014.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2015.

LÍNGUA PORTUGUESA III (60H)

Ementa: Noções linguísticas sobre o ensino de língua: o oral e o escrito. Conceitos de gramática. Aspectos gramaticais da língua padrão. Aspectos estruturais do texto escrito. Um gênero literário: mitos/lendas. Conversão do oral no escrito.

REFERÊNCIA BÁSICA:

BAGNO, Marcos (2004). Preconceito linguístico: o que é, e como se faz. São Paulo: Loyola.

FIORIN, José Luiz (org.) (2004). Introdução à Linguística I: objetos teóricos. São Paulo: Contexto.

ILARI, Rodolfo & BASSO, Renato (2006). O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos. São Paulo: Contexto.

KOCH, Ingedore G. Villaça (2002). Desvendando os segredos do texto. São Paulo: Cortez.

MARCUSCHI, Luiz Antônio (s/d). Gêneros textuais: definição e funcionalidade. Disponível

em: <[http://www.proead.unit.br/professor/linguaportuguesa/arquivos/textos/Gen
eros_textuais_definicoes_funcionalidade.rtf](http://www.proead.unit.br/professor/linguaportuguesa/arquivos/textos/Gen%20eros_textuais_definicoes_funcionalidade.rtf)>. (acesso em 18.09.2008)

RODRIGUES, Aryon D. (2005). Sobre as Línguas Indígenas e sua Pesquisa no Brasil. Cien. Cult. São Paulo, v. 57, n. 2, 2005. Disponível em http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S000967252005000200018&ING=en&nrm=iso. Acesso em: 16 setembro de 2008)

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Decreto 6.583, de 29 de setembro de 2008. Promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990.

LYONS, John (1987). Língua(gem) e Linguística: uma introdução. Tradução Marilda Winkler Averborg & Clarisse Sieckenius de Souza. Rio de Janeiro: LTC.

PERINI, Mário A. (2004). A língua do Brasil amanhã e outros mistérios. São Paulo: Parábola Editorial.

TARALLO, Fernando (1991). A pesquisa sociolinguística. São Paulo: Ática.

LÍNGUAS INDÍGENAS III (60H)

Ementa: As línguas indígenas brasileiras. Classificação das línguas indígenas brasileiras: troncos linguísticos, famílias linguísticas e línguas isoladas. A importância da documentação linguística. As línguas indígenas faladas no Maranhão. Línguas Indígenas e Direitos Humanos.

REFERÊNCIA BÁSICA:

CÂMARA JR., J. M. Introdução às línguas indígenas brasileiras. 3. ed. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1979.

GALLOIS, D. T.; GRUPIONI, D. F. Povos Indígenas do Amapá e norte do Pará: quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam? Macapá: IEPÉ, 2003. Disponível em <http://www.institutoiepe.org.br>. Acesso em: 19 out. 2019.

MOORE, D.; GALUCIO, A. V.; GABAS JR, N. O Desafio de Documentar e Preservar as Línguas Amazônicas. Scientific American Brasil – Amazônia (A floresta e o futuro), Brasil, n. 3, p. 36-43, 01 set. 2008. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/media%3Aset2008/moore_2008_desafio.pdf. Acesso em: 19 out. 2019.

SEKI, L. A Linguística indígena no Brasil. DELTA, v. 15, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/delta/v15nspe/4019.pdf>. Acesso em: 19 out. 2019

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

FERREIRA, M. (org.). Descrição e ensino de línguas. Campinas: Pontes, 2015.

FREIRE, J. R. B. Rio Babel: a história das línguas na Amazônia. 2 ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

RIBEIRO, D. Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

RODRIGUES, A. D. Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 1986.

LITERATURAS INDÍGENAS I (60H)

Ementa: Aspectos socioculturais das narrativas indígenas: cosmologia, espiritualidades, lutas, natureza, etc. Literaturas índias e narrativas míticas. Gêneros textuais utilizados pelos indígenas.

REFERÊNCIA BÁSICA:

ANGTHICHAY. O Povo Pataxó e suas Histórias. Editora: Global Editora, 2000

CESARINO, Pedro De Niemeyer. Histórias Indígenas dos Tempos Antigos. Editora: Claro -Enigma, 2015.

MUNDURUKU, Daniel. A primeira estrela que vejo é a estrela do meu desejo: e outras histórias indígenas de amor. São Paulo, SP: Global, 2007. 48 p

MUNDURUKU, Daniel. Outras Tantas Histórias Indígenas de Origem das Coisas e do Universo. Ed: Global Editora, 2008.

Av. dos Portugueses, 1966 • Bacanga • São Luís • MA
CEP 65.000-000

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

FERNANDES, Luiz Carlos. A Imagem do índio brasileiro na crônica de viagem do quinhentismo. Revista de Letras, Fortaleza, CE , n.23, v.1/2, p. 5-9, jan. dez. 2001.

FUNAI. 100 Kixti (estórias) Tukano. Brasília, DF: Funai, 1983. 162p

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo; ERTHAL, Regina de Carvalho. Rastros da memória: histórias e trajetórias das populações indígenas na Amazônia . Manaus: EDUA, 2006. 483 p

SANTOS, Eloisa Prati dos. Perspectivas da literatura ameríndia no Brasil, Estados Unidos e Canadá. organização de EloínaPrati dos Santos. Feira de santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2003.

LÍNGUA PORTUGUESA IV (60H)

Ementa: Fonética e Fonologia. Fonética articulatória. Noções de fonética acústica. Unidade mínima da fonética: o fone. Vogais e consoantes. Segmentos e supra-segmentos. A noção de traços. Características articulatórias e acústicas do Português. Conceitos básicos da Fonologia: fonema, oposição, variação livre, distribuição complementar, alofones, semelhança fonética, distribuição limitada. Segmentos bivalentes e sua interpretação. Neutralização e arquifonema. Processos e regras fonológicas do Português.

REFERÊNCIA BÁSICA:

BAGNO, Marcos (2004). Preconceito linguístico: o que é, e como se faz. São Paulo: Loyola.

FIORIN, José Luiz (org.) (2204). Introdução à Linguística I: objetos teóricos. São Paulo: Contexto.

ILARI, Rodolfo & BASSO, Renato (2006). O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos. São Paulo: Contexto.

KOCH, Ingedore G. Villaça (2202). Desvendando os segredos do texto. São Paulo: Cortez.

LYONS, John (1987). *Língua(gem) e Linguística: uma introdução*. Tradução Marilda Winkler Averborg & Clarisse Sieckenius de Souza. Rio de Janeiro: LTC.

MARCUSCHI, Luiz Antônio (s/d). *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*. Disponível em:

<http://www.proead.unit.br/professor/linguaportuguesa/arquivos/textos/Generos_textuais_definicoes_funcionalidade.rtf>. (acesso em 18.09.2008)

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Decreto 6.583, de 29 de setembro de 2008. Promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990.

PERINI, Mário A. (2004). *A língua do Brasil amanhã e outros mistérios*. São Paulo: Parábola Editorial.

RODRIGUES, Aryon D. (2005). Sobre as Línguas Indígenas e sua Pesquisa no Brasil. *Cien. Cult.* São Paulo, v. 57, n. 2, 2005. Disponível em http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S000967252005000200018&ING=en&nrm=iso. Acesso em: 16 setembro de 2008)

TARALLO, Fernando (1991). *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática

LÍNGUAS INDÍGENAS IV (60H)

Ementa: Fonética e línguas indígenas. Fonologia e línguas indígenas. Estudos morfológicos em línguas indígenas. Contato linguístico.

REFERÊNCIA BÁSICA:

CAPES - Revista Brasileira de Pós-Graduação, Edição Suplementar nº 1 – Educação Básica: Políticas Públicas e Diversidade Cultural, 2012.

GALVÃO, A. M. de O.; BATISTA, A. A. G. Oralidade e escrita: uma revisão. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v.36, n. 128, p. 403-432, maio/ago. 2006.

GARCIA, E. F. O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e a sua aplicação na América Meridional. *Revista Tempo*, Niterói, v. 12, n. 23, p. 23-38, jul. 2007.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Da fala para escrita: atividades de retextualização. 6.ed. São Paulo: Córtext, 2003

MORIN, Edgar. A Cabeça Bem-Feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

MORIN, Edgar. Saberes Globais e Saberes Locais. O olhar transdisciplinar. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

PIMENTEL DA SILVA, Maria do Socorro. Letramento Bilíngue em contextos de tradição oral. Goiânia: Editora da UFG, 2012.

PIMENTEL DA SILVA, Maria do Socorro & BORGES, Mônica Veloso. Políticas de Educação Bilíngue Intercultural na Escola e nas Comunidades Indígenas no Brasil.

RODRIGUES, Aryon Dall' Igna. Linguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 2002.

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, resurgir e re viver. In: CADAU, Vera Maria (org.). Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, p.12- 42.

LITERATURAS INDÍGENAS II (60H)

Ementa: Narrativas indígenas e sobre os indígenas focadas na cosmologia, espiritualidades, lutas, natureza dos povos etc. Literaturas indígenas e narrativas míticas no Maranhão. Gêneros textuais utilizados pelos indígenas.

REFERÊNCIA BÁSICA:

ALMEIDA, M.R.C. de. Os índios na história do Brasil. RJ: Ed. FGV, 2010. 168p.

CARVALHO, Silva Maria S. Rituais Indígenas Brasileiros. Brasil. Edição do autor, 2000.

DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LUGON, Clovis. A república comunista cristã dos Guaranis: 1610-1768. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1968.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. 12.ed. São Paulo: Pioneira, 1996

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

EDSON, P. Catolicismo indígena. Rio de Janeiro; Paco editorial, s/d. 256 p.

MÉTRAUX, Alfred. A religião dos tupinambás e suas relações com a das demais tribustupi-guaranis. edição ilustrada. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1950. 421 p. (Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série 5, Brasileira ; v. 267) ISBN (enc.).

BORAU, J.L.V. Religiões tradicionais. São Paulo: Paulus, 2009. 175p.

FERREIRA, M. R. Tradições orais de línguas indígenas. São Paulo: Pontes, 2015. 182p.

EXPRESSÃO CULTURAL II (60H)

Ementa: Ementa: Potencia sinestésica da expressão cultural: a percepção sensorial, a expressão individual e grupal nas diversas linguagens que ocasionalmente sejam priorizadas e na intertextualidade que a cultura coloca. Expressão Cultural, criatividade e criticidade.

REFERÊNCIA BÁSICA:

CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas híbridas. São Paulo, Edusp, 2000.

GEERTZ, Clifford. Briga de galos em Bali. In: GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio, Zahar Edit., 1978.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 4ª. Ed., Rio, L&PM, 2000

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte, Edit. UFMG, 2006.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. 2ª. Ed. Rio, Edit. UFRJ, 2001.

SHOHAT, Ella & STAM, Robert. Crítica da imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representação. São Paulo, Cosac&Naify, 2006.

PESQUISA EM LINGUAGENS E COTIDIANO DO PROFESSOR INDÍGENA II (60H)

Ementa: Levantamento Sociolingüístico. Português: a fala indígena. Definição de áreas a partir das situações de contato com o não-índio (tevê, rádio, 'marreteiro', patrão). Mapeamento dos falantes por idade (entre outras variáveis). Língua indígena: número, localização e competência dos falantes que vivem na área.

REFERÊNCIA BÁSICA:

MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Org.). Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003. 200 p.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. Reflexões sobre ética e pesquisa. Rev. Brasileira de Lingüística Aplicada, v. 5, n. 1, 2005.

PERINI, Mário A. Princípios de lingüística descritiva: introdução ao pensamento gramatical. São Paulo: Parábola, 2006. 206 p. (Lingua[gem], 17).

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

BIZARRO, Rosa; BRAGA, Fátima (Org.). Formação de professores de línguas estrangeiras: reflexões, estudos, experiências. Porto: Porto Editora, 2006. 606 p.

BRANDÃO, Roberto de Oliveira. Elementos de metodologia: em nível de pós-graduação; área de Letras. São Paulo: Humanitas, 2001. 46 p.

LEFFA, Vilson J. (Org.) Pesquisa em Lingüística Aplicada: temas e métodos. Pelotas: Educat: 2006. 120p.

SARDINHA, Tony Berber. Lingüística de corpus. Barueri, SP: Manole, 2004. 410 p.

LÍNGUAS EM CONTATO: PORTUGUÊS E LÍNGUA INDÍGENA (60H)

Ementa: Línguas em contato. Superestrato, adstrato e substrato. Relações de contato entre a língua indígena e o Português: interferências mútuas possíveis (no léxico, na morfologia, na sintaxe, etc.).

REFERÊNCIA BÁSICA:

BONIFÁCIO, Ligiane Pessoa dos Santos. 2019. Contato Linguístico Tikuna-Português no Alto Solimões-Amazonas: Um Estudo sobre a Variedade de Português Falada por Professores Tikuna. Tese (Doutorado em Linguística), UFRJ.

EMMERICH, Charlotte. 1984. A Língua de Contato no Alto Xingu. Dissertação de Mestrado Defendida no Âmbito do Programa de Pós-graduação em Linguística/UFRJ.

PEIXOTO, Jaqueline dos Santos. 2017b. Categorias Gramaticais em Línguas da Família Pano. Projeto de Estágio Pós-doutoral Apresentado ao Programa de Pós- graduação em Estudos Linguísticos-Poslin da Faculdade de Letras-Fale, Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG, Belo Horizonte.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

PEIXOTO, Jaqueline dos Santos 2017a. A Ordem de Constituintes no Português Mbyá Guarani. In As Línguas Tupi: do Vale do Guaporé À Bacia Platina / Marci Fileti Martins, Organizadora. ISBN 978-85-7427-069-2. Formato Ebook: PDF.

PEIXOTO, Jaqueline dos Santos. 2013. Aspectos da Variação Sintática e Fonológica do Português como Primeira e Segunda Língua de Falantes Indígenas Brasileiros. Projeto de Pesquisa.

PEIXOTO, Jaqueline dos Santos. 2011. Os Pronomes e seus Traços em Línguas da Família Pano. Revista Estudos Linguísticos, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, pp. 269-320, jan./jun.

QUÍMICA III (60H)

Ementa: Cálculos de Formulas e Estequiometria. Dispersões e Soluções. Propriedades Coligativas. Termoquímica. Cinética Química. Equilíbrios Químicos. Eletroquímica – A Oxirredução e as Pilhas Elétricas / a Oxirredução e a Eletrolise. Reações Nucleares.

REFERÊNCIA BÁSICA:

FELTRE, Ricardo. Química Geral. Vol. 1. 6. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

FREDERICK, A. B.; BETTELHEIM, F. A. Introdução à Química. Geral, Orgânica e Bioquímica. 9. ed. São Paulo: Cengage Learning,. 2012.

KOTZ, John C.; TREICHEL JUNIOR, Paul M. Química Geral e Reações Químicas. vol. 1, 5ª. ed., São Paulo: Pioneira Thomson, 2005, 671p.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

FELTRE, Ricardo. Fundamentos de Química. Vol. Único. 4 ed. São Paulo: Moderna, 2005.

HUMISTON, Gerard E; **Brady, James.** Química Geral, vol. 1, 3ª ed., Rio de Janeiro: LTC , 410 p.

RUSSELL, John Blair. Editora: Pearson Makron Books, Edição: 2. ed., Local de Publicação: SÃO PAULO, Ano de Publicação: 2008.

BIOLOGIA III (60H)

Ementa: Processos reprodutivos e diversidade dos seres vivos, sua diferenciações resultantes dos processos evolutivos, desenvolvimento e crescimento. Leis genéticas dos processos celulares de divisão e diferenciação que embasam todo crescimento e desenvolvimento dos diferentes grupos de organismos, considerando a necessidade de incorporação da matéria e as estratégias ecológicas e comportamentais da reprodução. Características dos principais grupos taxonômicos, suas estruturas e comportamentos, assim como as relações de parentesco aplicadas à classificação base nos fundamentos da sistemática. Coleções Zoobotânicas. Comparando os recursos naturais resultantes desses processos ao longo da previa historia ambiental aos utilizados hoje pelos povos indígenas.

REFERÊNCIA BÁSICA:

MATIOLI, Sergio Russo. Biologia Molecular e Evolução. Ribeirão Preto: Holos, 2001.

PURVES, William K. et al. Vida e a Ciência da Biologia. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005, v. 2.

ZAIA, Dimas A. M. Da geração espontânea à química prebiótica. Londrina. V. 26, n. 2, p. 260-264, ago. 2003.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

BAUMGARTEN, Julio. O contexto da vida. Consórcio Setentrional. Educação a Distância. Módulo I: Licenciatura em Biologia. Universidade de Brasília, 2006.

BIZERRIL, Marcelo. Processos biológicos na captação e na transformação da matéria e energia. Consórcio Setentrional. Educação a distancia. Módulo II: Licenciatura em Biologia. Universidade de Brasília, 2006.

SANTOS, Aparecido Gomes dos, et al. Observando a Natureza. Ed. Universidade Federal do Amazonas, 1997, p. 27-30.

FÍSICA III (60H)

Ementa: Carga e Matéria. O Campo Elétrico. A Lei de Gauss. Potencial Elétrico. Capacitores e Dielétricos. Corrente e Resistência Elétrica. Forças Eletromotrizes e Circuitos Elétricos. O Campo Magnético. A Lei de Ampere. A Lei de Paraday. Indutância. Propriedades magnéticas da Matéria.

REFERÊNCIA BÁSICA:

ALONSO, M.; FINN, E. J. Física, Um Curso Universitário. SP, Editora Eggard Blücher v.1.

EISENBERG, R. M.; LERNER, L. S. Física, Fundamentos e Aplicações. SP, McGraw

NUSSENZVEIG, H. M. Curso de Física Básica. SP: Editora Edgard Blücher. V.2.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

NUSSENZVEIG, H. M. Curso de Física Básica. SP, Editora Edgard Blücher. V.1.

RESNICK, R.; HALLIDAY, D. Física. RJ, Livros Técnicos e Científicos Ltda. v. 1.

RESNICK, R.; HALLIDAY, D. Física. RJ, Livros Técnicos e Científicos. V. 2.

SEARS, F. W; ZEMANSKY, M. W. Física. RJ, Ao Livro Técnico S. A. v. 2.

MATEMÁTICA III (60H)

Ementa: Trigonometria, Razões Trigonométricas, Funções Trigonométricas Matrizes, Determinantes, Sistemas Lineares, Princípio Fundamental da Contagem, Aplicações e Contextualização. Noções de Geometria Euclidiana Plana e Espacial, Geometria Analítica, Números Complexos, Polinômios, Equações Polinomiais, Aplicações e Contextualização.

REFERÊNCIA BÁSICA:

BONGIOVANNI, Vincenzo; VISSOTO, Olímpio; LAUREANO, José Luiz. Matemática e Vida: Número, Medidas, Geometria. 4. Ed. São Paulo: Editora Ática, 1991 (5ª série, 1º Grau)

DIPIERRO NETO, Scipione. Matemática Scipione: Conceitos e Histórias. 3 ed. São Paulo: Editora Scipione. 1991 (5ª Série).

TAHAN, Malba. Matemática Divertida e Curiosa. 2. ed. Editora Record.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

BALDUÍNO, Andreola A. Dinâmica de Grupo. Jogo da Vida e didática do Futuro. 4 ed. Editora Vozes.

IMENES, Luis Márcio. Vivendo a Matemática: a Numeração Indo-arábica. Editora Scipione.

KAMII, Constance & DECLARK, Georgia. Reiventando a Aritmética. 2 ed. Campinas: Papirus, 1988.

PIAGET, Jean. Para onde vai a Educação. 7 ed. Editora José Olympio, 1980.

ENSINO DE CIÊNCIAS II (60H)

Ementa: método científico, tipos de pesquisa e etapas da pesquisa. Introdução à pesquisa educacional com atenção à área de ensino de Ciências e Matemática. Compreensão dos aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa em Ensino. Como levantar informações para realizar uma pesquisa. Seleção, validação e fidedignidade dos instrumentos de coleta de dados. Pesquisa quantitativa versus pesquisa qualitativa. Estudo de técnicas de análise de dados qualitativos e quantitativo na pesquisa em Ensino. Elaboração do pré-projeto de pesquisa.

REFERÊNCIA BÁSICA:

ARAGÃO, R. M. de; SCHNETZLER, Roseli Pacheco; CERRI, Iara L. N. S. Modelos de Ensino: corpo humano, célula, reações de combustão. Piracicaba-SP, UNIMEP/CAPES/PROIN, 2000.

LEVINE,S.; GRAFTON,Allison. Brincando de Einstein.Atividades Científicas e Recreativas para Sala de Aula.Campinas:Papirus,1995.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. de S. (Org). Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002.

MORAES,Roque.Ciências para as Séries Iniciais e Alfabetização. Porto Alegre,: SAGRA,1994.

VARGAS, C. D. MINTZ, V. e MEYER, M. A. A. O Corpo Humano no Livro Didático ou de como o Corpo Humano Didático Deixou de Ser Humano. Educação em Revista. Belo Horizonte, v.8, p.12-18, dez 1998.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

NARDI, Roberto. (Org.) Educação em Ciências: da pesquisas à prática docente. São Paulo: Escrituras Editora, 2001 (Educação para a ciência).

SANTOS, Sátiro dos S. Ensino de Ciências: abordagem histórico-crítica. CampinasSP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005.

SCHNETZLER, R. P. e ARAGÃO, R. M. R de. Ensino de Ciências: fundamentos e abordagens. Campinas: CAPES/UNIMEP, 2000.

TÓPICOS DE QUÍMICA IV (60H)

Ementa: Introdução a Química Orgânica. Hidrocarbonetos. Funções Orgânicas Oxigenadas. Outras Funções Orgânicas. Estruturas e propriedades físicas dos compostos orgânicos. Isomeria na Química Orgânica. Reações Orgânicas. Compostos Orgânicos Naturais. Polímeros Sintéticos.

REFERÊNCIA BÁSICA:

FELTRE, Ricardo. Química Geral. Vol. 1. 6. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

FREDERICK, A. B.; BETTELHEIM, F. A. Introdução à Química. Geral, Orgânica e Bioquímica. 9. ed. São Paulo: Cengage Learning,. 2012.

KOTZ, John C.; TREICHEL JUNIOR, Paul M. Química Geral e Reações Químicas. vol. 1, 5ª. ed., São Paulo: Pioneira Thomson, 2005, 671p.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

FELTRE, Ricardo. Fundamentos de Química. Vol. Único. 4 ed. São Paulo: Moderna, 2005.

HUMISTON, Gerard E; **Brady, James**. Química Geral, vol. 1, 3ª ed., Rio de Janeiro: LTC , 410 p.

RUSSELL, John Blair. Editora: Pearson Makron Books, Edição: 2. ed., Local de Publicação: SÃO PAULO, Ano de Publicação: 2008.

TÓPICOS DE BIOLOGIA IV (60H)

Ementa: Ajuste ambiental, processos emergentes e biodiversidade. Métodos pelos quais os organismos obtêm as condições necessárias para a vida nas escalas local, regional e global. Origem, manutenção e as conseqüências da diversidade nos seus diversos níveis: genético, de organismo, populacional e ecossistêmico. Questões éticas, econômicas e ecológicas relativas ao uso da biodiversidade e do conhecimento acumulado dos povos da floresta em especial os povos indígenas.

REFERÊNCIA BÁSICA:

MATIOLI, Sergio Russo. Biologia Molecular e Evolução. Ribeirão Preto: Holos, 2001.

PURVES, William K. et al. Vida e a Ciência da Biologia. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005, v. 2.

ZAIA, Dimas A. M. Da geração espontânea à química prebiótica. Londrina. V. 26, n. 2, p. 260-264, ago. 2003.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

BAUMGARTEN, Julio. O contexto da vida. Consórcio Setentrional. Educação a Distância. Módulo I: Licenciatura em Biologia. Universidade de Brasília, 2006.

BIZERRIL, Marcelo. Processos biológicos na captação e na transformação da matéria e energia. Consórcio Setentrional. Educação a distancia. Módulo II: Licenciatura em Biologia. Universidade de Brasília, 2006.

SANTOS, Aparecido Gomes dos, et al. Observando a Natureza. Ed. Universidade Federal do Amazonas, 1997, p. 27-30.

TÓPICOS DE FÍSICA IV (60H)

Ondas Eletromagnéticas. Natureza e Propagação da Luz. Óptica Geométrica. Interferência. Difração. Relatividade. Fótons: Ondas de Luz se Comportando como Partículas. A Natureza Ondulatória das Partículas. Mecânica Quântica I: Funções de Onda. Mecânica Quântica II: Estrutura Atômica.

BIBLIOGRAFIA:

YOUNG, Hugh D, FREEDMAN, Roger A. – Sears & Zemanky Física IV: Ótica e Física Moderna – São Paulo; Addison Wesley, 2004.

HALLIDAY, David; RESNICK, Robert e WALKER, Jearl. Fundamentos de Física, 12ª edição, LTC, 2023.

ALONSO, Marcelo; FINN, Edward J. Física. Editora Addison Wesley, 1992.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

ALONSO, M.; FINN, E. J. Física, Um Curso Universitário. SP, Editora Eggard Blücher v.1.

EISENBERG, R. M.; LERNER, L. S. Física, Fundamentos e Aplicações. SP, McGraw

NUSSENZVEIG, H. M. Curso de Física Básica. SP: Editora Edgard Blücher. V.2.

TÓPICOS DE MATEMÁTICA IV (60H)

Ementa: Análise Combinatória, Probabilidade, Estatística, Geometria Analítica, Cônicas, Polinômios e Equações Polinomiais.

REFERÊNCIA BÁSICA:

LIMA, Elon Lages (et al.). A Matemática no Ensino Médio/ Coleção do professor de matemática. 6 ed. – Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática, 2006.

BONGIOVANNI, Vincenzo; VISSOTO, Olímpio; LAUREANO, José Luiz. Matemática e Vida: Número, Medidas, Geometria. 4. Ed. São Paulo: Editora Ática, 1991 (5ª série, 1º Grau)

DIPIERRO NETO, Scipione. Matemática Scipione: Conceitos e Histórias. 3 ed. São Paulo: Editora Scipione. 1991 (5ª Série).

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

IEZZI, Gelson. Fundamentos de matemática elementar – vols. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 1. 7ª Ed. – São Paulo: Atual, 2005.

BALDUÍNO, Andreola A. Dinâmica de Grupo. Jogo da Vida e didática do Futuro. 4 ed. Editora Vozes.

TAHAN, Malba. Matemática Divertida e Curiosa. 2. ed. Editora Record.

HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL III (60H)

Ementa: Ensino e pesquisa sobre a História dos Povos Indígenas. Povos Indígenas e a construção nacional – projetos e leis de inclusão subordinada e tutela. Ensino e pesquisa sobre os Povos Indígenas e as novas abordagens. Os Indígenas na História – conhecendo fontes e materiais de apoio para pesquisa e ensino

REFERÊNCIA BÁSICA:

CUNHA, Manoela Carneiro (Org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FERREIRA, Ana Carolina Sodré. Fontes para a história indígena do e antes do século XVI. Humanidades em diálogo, 9 (1), 115-126, 2019.
<https://doi.org/10.11606/issn.1982-7547.hd.2019.154276>

MONTEIRO, John M. Tupis, Tapuias e historiadores: estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese de livre docência, Unicamp, Campinas-SP, 2001.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Lei nº 11.645. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da

educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 2008.

FUNARI, Pedro Paulo; PIÑON, Ana. A temática indígena na escola: subsídios para os professores. São Paulo: Contexto, 2011.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história indígena no Brasil. In: LOPES DA SILVA, Aracy; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Orgs.). A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º. e 2º. graus. Brasília: MEC/ Mari/ Unesco, 1995. p. 221-228.

HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS DO MARANHÃO III (60H)

Ementa: Ensino e pesquisa sobre a História dos Povos Indígenas do Maranhão. Povos Indígenas e a construção nacional – projetos e leis de inclusão subordinada e tutela dos povos Indígenas do Maranhão. Ensino e pesquisa sobre os Povos Indígenas e as novas abordagens na historiografia e antropologia do Maranhão. Os Indígenas na História – conhecendo fontes e materiais de apoio para pesquisa e ensino. Ativismo político e articulação com as esferas de governo.

REFERÊNCIA BÁSICA:

COELHO, E. M. B. . Povos indígenas e ações afirmativas. Ciências Humanas em Revista (UFMA) , v. 5, p. 65-74, 2007.

COELHO, E. M. B. . Estado nacional e cidadania diferenciada. REVISTA DE POLITICAS PUBLICAS (UFMA) , São Luís, v. 9, n.1, p. 7-18, 2005.

COELHO, E. M. B. . Políticas Públicas indigenistas em questão: o dilema do diálogo (im)possível. REVISTA DE POLITICAS PUBLICAS (UFMA) , São Luís, v. 7, n.2, p. 201-219, 2003.

SANTOS, R. de J. D. Mecanismos de desconsideração de direitos indígenas: con/ ito socioambiental no Território Indígena Alto Turiaçu. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 8., 2017, São Luís. Anais... São Luís: PPGPP/UFMA, 2017. p. 25-36.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

COELHO, E. M. B. . O novo cenário do campo indigenista. Revista de Políticas Públicas (UFMA) , São Luís, v. 8, n.1, p. 27-41, 2004.

COELHO, E. M. B. . A retórica da interculturalidade e as práticas indigenistas pós- 88. Revista de Ciências Sociais (Fortaleza) , Fortaleza-Ce, v. 35, n.1, p. 25-38, 2004.

COELHO, E. M. B. . Cidadania: igualdade na diversidade?. Cadernos do Pet Ciências Sociais , São Luís-Ma, v. 5, n.1, p. 22-30, 2003.

EDUCAÇÃO, CULTURA E SOCIEDADE

EMENTA: Principais correntes de análise das relações entre educação e sociedade. Sociedade educação e vida moral. Sociedade educação e emancipação. Sociedade educação e desencantamento. Sociedade educação e sistemas reprodutores. Educação e diversidade. Educação e sociedade no Brasil atual.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

GENTILLI, Pablo. **Pedagogia da exclusão:** crítica ao neoliberalismo em educação. 19ª Ed. São Paulo: Vozes, 2013. LAMPERT, Ernâni. **Educação, Cultura e Sociedade:** abordagens Múltiplas. 1ª Ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2003.

MOREIRA, Antonio Flávio; SILVIA, Tomaz Tadeu. **Currículo, cultura e sociedade.** 12ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

CANCLINI, Nestor García. **Culturas Híbridas:** Estratégias para entrar e sair da Modernidade. São Paulo: Ed. da USP, 1998.

FERRETTI, C. et alli. (orgs.). **Tecnologias, Trabalho e Educação** – Um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 2013. (6 LIVROS NA BIBLIOTECA).

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise no capitalismo real.** 1ª Ed. São Paulo: Cortez, 2018.

GEERTZ, Clifford. **O saber local. Novos ensaios em antropologia interpretativa**. 5a Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

ILLICH, Ivan. **Sociedade sem escola**. São Paulo: Editora Vozes, 2018.

LITERATURA E EDUCAÇÃO

EMENTA: Leitura, formação de leitores e escola. Conhecimentos, habilidades e estratégias envolvidas no processamento da leitura. Condições sociais de formação de leitores: modos de leitura, disposição e atitudes em relação ao ato de ler, a necessidade da leitura. Leitura literária: condições escolares de formação de leitores; formas de operacionalização pedagógica dos conhecimentos, habilidades e estratégias de leitura.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

ANDRADE, Ludimila Thomé de. **Professores leitores e sua formação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi. **Ler e escrever na educação infantil** – discutindo práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ZILBERMAN, Marisa Lajolo. **A formação da leitura no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2019.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BARRICELLI, Ermelinda. **O diário de leituras na escola e na universidade** – estudos do gênero e práxis pedagógicas. Campinas: Mercado de letras, 2011.

COLOMER, Teresa. **Andar entre livros: a leitura literária na escola**. São Paulo: Global Editora, 2011.

RITER, Caio. **A formação do leitor literário em casa e na escola**. São Paulo: Editora Biruta, 2009.

SOUSA, R. J. **Caminhos para a formação do leitor**. São Paulo: Editora DCL, 2004. TERRA, Ernani. **A produção literária e formação de leitores em tempo detecnologia digital**. Curitiba: Intersaberes, 2015.

AValiação DO ENSINO DA APRENDIZAGEM

EMENTA: Análise crítica dos principais modelos de avaliação dos processos de ensino e da aprendizagem em sala de aula. Planejamento de estratégias e de instrumentos de avaliação adequados a nossa realidade educacional.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

GAMA, Zacarias. **Teorias de Avaliação da Aprendizagem**. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2018.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 35ª ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2019.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudo e preposições**. São Paulo: Ed. Cortez, 2011.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ANTUNES, Celso. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 10ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, Fascículo 11: 112, Volume 11, 2012.

BENDER, Willian N. **Aprendizagem Baseada em Projetos: Educação Diferenciada para o Século XXI**. Porto Alegre: Ed. Penso, 1ª ed. 2014.

FERNANDES, Cláudia de Oliveira.; LUDKE, Hermengarda Alves.; LOCH, Jussara Margareth de Paula; LUIS, Suzana Maria Barrios.; LEAL, Telma Ferraz.; FERREIRA, JANSSEN, Felipe da Silva. **Avaliação formativa: pressupostos teóricos e práticos**. 5ªed. Porto Alegre: Editora Penso, 2019.

LUCK, Heloísa Lück. **Perspectivas da avaliação institucional da escola**. 1ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, vol. VI: Volume 6, 2012.

RELAÇÕES INTERÉTNICAS, IDENTIDADES E ETNICIDADES

Av. dos Portugueses, 1966 • Bacanga • São Luís • MA
CEP 65.000-000

EMENTA: O processo de formação do Estado-nação. Teorias antropológicas sobre o contato interétnico. Etnologia Brasileira. A situação histórica de contato dos povos indígenas no Maranhão. Dinâmicas identitárias em contexto interétnico.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A, 1997.

BALANDIER, Georges. **A Noção de Situação Colonial**. Cadernos de Campo. n. 3. São Paulo: USP, 1993.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **O Nosso Governo: os Ticuna e o regime tutelar**. São Paulo: Marco Zero, 1988.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

GUIBERNAU, M. **Nacionalismos: O estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Editora Pioneira, 1976.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Índio no Mundo dos Brancos**. São Paulo: Pioneira, 1972. RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a Civilização**. Petrópolis: Vozes, 1993.

DIREITOS INDÍGENAS CONTEMPORÂNEOS

EMENTA: Legislação indigenista e direitos dos povos indígenas no Brasil. Acordos internacionais e direitos dos povos e comunidades tradicionais. Relações de poder e estratégias de participação indígena na sociedade e no governo brasileiro. Abordagens históricas dos movimentos indígenas no Brasil e das ações indigenistas não governamentais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O Diretório dos Índios**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997, p.25-51 -149-225.

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: MEC/Secad/Museu Nacional/UFRJ, 2006.

GENEBRA (Suíça). **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**, 13 de setembro de 2007.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal da Cultura, Fapesp, 1992.

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco (org.). **Sociedades Indígenas e Indigenismo**. RJ: UFRJ/Editora Marco Zero, 1987. p.149-204.

RESTREPO, Luís Alberto. **A relação entre Sociedade Civil e o Estado**. Elementos para uma fundamentação teórica do papel dos movimentos sociais na América Latina. Tempo Social, Rev. Social. USP, S. Paulo, v. 2 (2), 2. Sem. 1990.

RICARDO, Carlos Alberto (org.). **Povos indígenas no Brasil, 1996/2000**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.

BIOÉTICA

EMENTA: Relação entre a ética, a moral e o direito. História da bioética. Bioética e biodireito. Melhoramento humano. Dilemas éticos frente aos limites ou fronteiras do desenvolvimento científico e biotecnológico contemporâneos. A bioética e os direitos individuais. Ética na pesquisa com seres humanos. Sexualidade e *bioética*. Eugênica, diversidade e racismo.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

- DALL'AGNOL, Darlei. **Bioética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- ENGELHARDT, H. Tristram Jr. **Fundamentos da Bioética**. São Paulo: Ed. Loyola, 1998.
- SINGER, Peter. **Ética Prática**. 4ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

- LACEY, H. **Valores e atividade científica (1 e 2)**. São Paulo: Editora 34. (2008-2010).
- HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como ideologia**. São Paulo: UNESP, 2015.
- JONAS, Hans. **O Princípio Responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilizaçãotecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC - Rio, 2006.
- ESPOSITO, Roberto. **Bios**: biopolítica e filosofia. Lisboa: Edições 70, 2010.
- VAZ, Henrique C. de Lima. **Antropologia filosófica I**. São Paulo: Loyola, 1991.

LITERATURAS INDÍGENAS IV (Disciplinas já existente no PPC)

PRÁTICA DE LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL EM LÍNGUA PORTUGUESA

EMENTA: Introdução à prática de leitura e produção de texto. Gêneros diversos em português. A linguagem como atividade interlocutiva. O texto como unidade básica significativa na língua.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

- ANTUNES, I. **Textualidade**: noções básicas e implicações pedagógicas. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.
- FARACO, C. A. e TEZZA, C. **Prática de textos para estudantes universitários**. Petrópolis: Editora Vozes, 1992.
- GALVEZ, C; ORLANDI, E. e OTONI, P. (Orgs). **O texto: escrita e leitura**. Campinas: Editora Pontes, 1997.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ANTUNES, I. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

ANTUNES, I. **Análise de textos** - fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

BORTONI-RICARDO, S.M. **O professor pesquisador**: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

KOCH, I.V. & ELIAS, W.M. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2016.

KOCH; I. V & TRAVAGLIA, L. C. **Texto e coerência**. São Paulo: Editora Cortez, 2007

PRÁTICA DE LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL EM LÍNGUA INDÍGENA

EMENTA: Introdução à prática de leitura e produção de texto. Texto e intertextualidade. Coesão e Coerência textuais. Práticas de leitura e de produção textual em L1 e L2 em diferentes gêneros textuais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

KOCH, I.G. V. **A Coesão Textual**. São Paulo: Contexto, 1993.

_____. **A Coerência Textual**. São Paulo: Contexto, 1997.

COELHO, F.A. & PALOMANES, R. **Ensino de produção textual**. São Paulo: Contexto, 2016.

KOCH, I.V. & ELIAS, W.M. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2016.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ANTUNES, I. **Análise de textos** - fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

ANTUNES, I. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

FARACO, C. A. e TEZZA, C. **Prática de textos para estudantes universitários**. Petrópolis, Vozes, 1992.

KAUFMAN, A.M. & RODRIGUEZ, M.H. **Escola, Leitura e Produção de Textos**. Porto Alegre: Artmed, 1995.

KOCH; I. V & TRAVAGLIA, L. C. **Texto e coerência**. São Paulo: Editora Cortez, 2007

ENSINO DE CIÊNCIAS III

INSTRUMENTAÇÃO PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS

EMENTA: Princípios pedagógicos da investigação científica como mediação do conhecimento. Confecção e montagem de experiências de Ciências Exatas e Biológicas utilizando materiais simples e de fácil aquisição. Preparação de roteiros para aulas práticas. Seminários sobre temas voltados à educação em Ciências. Iniciação à pesquisa no ensino Fundamental e Médio: emprego do método da redescoberta. Adaptação de uma sala de aula para um laboratório. A utilização de referências bibliográficas como instrumento de ensino com bases em dois eixos temáticos: Ciências Exatas e Biológicas e a Sociedade e Ciências Biológicas e o meio ambiente. Diversidade em alternativas metodológicas para o ensino de Ciências no nível Fundamental: Elaboração e implementação de projetos pedagógicos, na vertente dos princípios da multi, pluri, trans e interdisciplinaridade (relação Ciências Exatas e Biológicas com o cotidiano, a tecnologia, a educação e a sociedade, dentre outros).

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

ASTOLFI, Jean Pierre. **A Didática Das Ciências**. Campinas: Papirus, 2008.

CARVALHO, Anna de. **Ensino De Ciências**: unindo a pesquisa e a prática. São Paulo:

CARVALHO, Anna de. **Ensino de ciências por investigação**: condições para implementação em sala de aula. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ZOMPERO, Andreia de Freitas. **Atividades Investigativas para as Aulas de Ciências**. Curitiba: Appris, 2016.

GIBIN, Gustavo Bizarria. **Atividades Experimentais Investigativas em Física e Química**. São Paulo: Livraria da Física, 2017.

LEITE, Bruno Silva. **Tecnologias no ensino de química**: teoria e prática na formação docente. Curitiba: Appris, 2015.

4. MAGALHÃES, Mariza. **Experimentos Simples de Química**. São Paulo: Livraria da Física, 2016.

5. ZABALA, A. (org.). **Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula**. Porto Alegre: Artmed, 2ª ed., 1999.

FUNDAMENTOS DAS CIÊNCIAS NATURAIS

EMENTA: Introdução aos fundamentos teóricos da Ciência. Concepção do que é ciência. Por que estudar Ciências? O que estudar em Ciências. A experimentação no ensino de Ciências. Projetos inovadores no ensino de ciências no Brasil. O Currículo das Ciências Concepção problematizadora no ensino de Ciências.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CRUZ, Christiane Gioppo Marques da et al. **Fundamentos teóricos das ciências naturais**. 1.ed., rev. Curitiba: IESDE Brasil, 2012.

BIZZO, Nélio Marco Vincenzo; Gouw, Ana Maria Santos. **Fundamentos teóricos do ensino de ciências de base experimental**. Curitiba: Appris, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Ciências. Brasília, 2018.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

CARVALHO, A. M. P. et al. **Ciências no Ensino Fundamental**: o conhecimento físico. São Paulo: Scipione, 1988. (Coleção Pensamento e Ação do Magistério.)

DELIZICOV, Demétrio; ANGOTTI, José André. **Ensino de Ciências**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

LA LUZ, M.; SANTOS, M. T. **Vivendo ciências**. São Paulo: FTD, 2002.

NARDI, R. **Questões atuais no ensino de Ciências**. São Paulo: Escrituras, 2002. WEISSMANN, H. **Didática das Ciências Naturais**: contribuições e reflexões. Porto Alegre: Artmed, 1998.

PARASITOLOGIA COM ÊNFASE EM DOENÇAS TROPICAIS

EMENTA: Teoria: Conceitos básicos de parasitologia, noções básicas de epidemiologia, principais agentes parasitários: nematelmintos, platelmintos e protozoários causadores de doença no ser humano e suas características; artrópodes ectoparasitos causadores e transmissores de doença para o ser humano. Principais doenças tropicais: malária, dengue, leishmaniose, esquistossomose, filariose, tuberculose, doença de chagas, oncocercose entre outras, modo de transmissão, diagnóstico, medidas de controle e profilaxia.

Prática: Técnicas laboratoriais de diagnóstico e sua aplicação prática e o estudo das interações endoparasito/ectoparasito e hospedeiro para compreensão da patogenia e patologia das doenças causadas por eles.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CIMERMAN, B. e CIMERMAN, S. **Parasitologia Humana e Seus Fundamentos Gerais**. Livraria Atheneu Editora, São Paulo, 1999.

COURA, J. R. **Dinâmica das Doenças Infecciosas e Parasitárias**. 1ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2005.

LIMA, A.O.; SOARES, J.B.; GRECO, J.B.; GALIZI, J. & CANÇADO, J.R. **Métodos de Laboratório Aplicados à Clínica** - Técnica e Interpretação. 7ª ed. Ed. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 1992.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BECK, E.R.; FRANCIS, J.L. & SOUHAMI, R.L. **Diagnóstico Diferencial**. 1ª. ed. Ed. Cultura Médica, Rio de Janeiro, 1974.

CARRA, M. **Insetos de Interesse Médico e Veterinário**. Editora da UFPR, CNPq, Curitiba, 1991
NEVES, D. P. **Parasitologia humana**. 11ª ed., São Paulo, Atheneu, 2005.

PESSOA, S. & MARTINS, A.V. **Parasitologia Médica**. 11ª. ed. Ed. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 1982.

REY, L. **Parasitologia**. 4ª. ed. Ed. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2008.

REY, L. **As Bases da Parasitologia Médica**. 2ª. ed. Ed. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 1992.

ONTOLOGIAS INDÍGENAS II (60H)

Ementa: Cosmo-ontologias indígenas do Maranhão. Perspectivismo Ameríndio. Práticas xamanísticas. Visões de Mundo.

REFERÊNCIA BÁSICA:

BARROS, Roque de Laraia. Claude Lévi-Strauss, Quatro Décadas Depois: As Mitológicas, Revista Brasileira de Ciências Sociais, 21, no. 60, 2006, pp. 167-169.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Lógica do Mito e da Ação: O Movimento Messiânico Canela de 1963”, in M. C. Cunha, Antropologia do Brasil: Mito, História, Etnicidade, São Paulo: Brasiliense, 1986, pp. 13- 52.

CUNHA, Manuela Carneiro da; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Vingança e Temporalidade: Os Tupinambá”, Journal de la Société des Américanistes, 71, 1985, pp. 191-208.

FAUSTO, Carlos. Se Deus Fosse um Jaguar: Canibalismo e Cristianismo entre os Guaraní (séculos XVI-XX)”, Mana, 11:2, 2005, pp. 385-418.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

LÉVI-STRAUSS, Claude. O Cru e o Cozido – Mitológicas I, São Paulo: Cosac & Naify, 2004,

LIMA, Tânia Stolze. Um Peixe Olhou para Mim: O Povo Yudjá e a Perspectiva, São Paulo: Editora Unesp, 2005.

TURNER, Terence. De Cosmologia a História: Resistência, Adaptação e Consciência Social entre os Kayapó”, in E. Viveiros de Castro e M. Carneiro da Cunha, orgs., Amazônia: Etnologia e História Indígena, São Paulo: NHII, 1993, pp. 43-66.

ANTROPOLOGIA III (60H)

Ementa: Escola sociológica francesa. Estruturalismo de Levy- Strauss. Neo-estruturalismo: Leach, Mary Douglas, Dumont e Bourdieu.

REFERÊNCIA BÁSICA:

RADCLIFFE-BROWN, A. R. “O método comparativo em Antropologia Social”. In: ZALUAR, A. (Org.). Desvendando máscaras sociais. RJ: Livraria Francisco Alves Editora. S.A.

EVANS-PRITCHARD, E.E. 2002. [1940]. “Tempo e espaço”. In. Os Nuer. São Paulo: Perspectiva, 2. ed. pp. 5-21; 107-150.

_____. 2005. [1937]. “A noção de bruxaria como explicação de infortúnios”; “O oráculo de veneno na vida diária”. Em: _____. Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores. pp. 49-61; 136-158.

FELDMAN-BIANCO, Bela. Introdução. In: (org.). Antropologia das sociedades contemporâneas - Métodos. São Paulo, Global Universitária, 1987.

REFÊNCIA COMPLEMENTAR:

DOUGLAS, Mary. Pureza e Perigo. São Paulo: Perspectiva, 1976.

LÉVI-STRAUSS, Claude. "I. Natureza e Cultura", "II. O problema do Incesto", "V. O princípio da Reciprocidade" e "XXIX. Os princípios do Parentesco". Em: As estruturas elementares do parentesco. RJ: Vozes, 2003.

_____. O pensamento selvagem. Campinas: Papirus, 1989.

_____. Antropologia Estrutural, vol. I. RJ: SP: Cosac Naify, 2008.

EXPRESSÃO CULTURAL III (60H)

Av. dos Portugueses, 1966 • Bacanga • São Luís • MA
CEP 65.000-000

Ementa: Representações coletivas e simbolismo. Mitos e narrativas indígenas. Estruturas de rituais índios. Performances cerimoniais. Passado e presente expressos nas narrações míticas. O sagrado e o profano, o pedagógico e o político nos processos rituais.

REFERÊNCIA BÁSICA:

CAMPBELL, J. O poder do mito. São Paulo: Palas Athenas, 1990. DOUGLAS, M. Pureza e perigo. São Paulo: Perspectiva, 2010.

CARVALHO, S.M.S. Rituais indígenas brasileiros. RJ: Ed. do Autor, 2000. 176p.

ELIADE, M. Aspectos do mito. Portugal: Edições 70, 1963.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ELIADE, M. O sagrado e o profano. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

LÉVI-STRAUSS, C. Mito e significado. Lisboa: Edições 70, 1978.

ARTE INDÍGENA (60H)

Ementa: Arte indígena: universo de expressões visuais. Referentes sociais e cosmológicos das artes indígenas. Diferentes linguagens artísticas: arte lítica, trançados, tecidos, cerâmica, plumária, esculturas em madeira. A figura humana na arte indígena e a arte do corpo humano: desenhos espontâneos e pintura corporal. Os instrumentos musicais e a música indígena. Trabalho de campo.

REFERÊNCIA BÁSICA:

COSTA, Maria Heloisa Fénelon. O mundo dos Mehinaku e suas representações visuais. Brasília: UNB, 1988.

LAGROU, Elsje Maria. Poder criativo e domesticação produtiva na estética Piaroa e Kaxinauá. São Paulo: USP, 1997. (caderno de campo). MÜLLER, Regina Pólo. A pintura do corpo e os ornamentos Xavantes: arte visual e comunicação social. Campinas: Unicamp. Dissertação de mestrado/inédito.

OVERING, Joanna. A estética da produção: o senso de comunidade entre os Cubeo e os Piaroa. Revista de Antropologia nº34, São Paulo: USP, 1991.

VAN VELTHEM, Lúcia H. O belo e a fera - a estética da produção e da predação entre os Wayana. Tese de Doutorado. São Paulo, FFLCH-USP, 1995.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

BOAS, Franz. Arte primitiva. Lisboa: Fenda Edições, 1996.

DIAS, José Antonio Braga Fernandes. Arte, arte índia, arte indígena. Artes indígenas [catálogo Mostra do Descobrimento - Brasil 500 anos] São Paulo, 2000.

COSTA, Maria Heloisa Fénelon. Arte indígena e classificação primitiva. Cultura, nº21, Rio de Janeiro:MEC, 1976.

RIBEIRO, Berta. Dicionário de artesanato indígena. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

_____. Arte indígena, Linguagem visual. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989.

RIBEIRO, Darcy. Arte Plumária dos índios Kaapor. Rio de Janeiro: Laboratórios Silva Araújo S.A. 1957.

VIDAL, Lux. Grafismo indígena: estudos de antropologia estética. São Paulo, Studio Nobel / EDUSP / FAPESP, 1992.

LÍNGUAS INDÍGENAS DO MARANHÃO (60H)

Ementa: Cartografias das línguas indígenas no Maranhão: pluralidade linguística por região do Estado. Presença e reorganização de línguas nativas no Maranhão. Povos falantes do Tronco Linguístico Tupi. Povos Falantes do Tronco Jê.

REFERÊNCIA BÁSICA:

FONTELES FILHO, José Mendes. Subjetivação e educação indígena. 2003. 2 v. (654f.) : Tese (Doutorado) em Educação - Universidade Federal do Ceará, Departamento de Educação, Fortaleza-CE, 2003.

MAIA, Marcus. Manual de Lingüística: subsídios para a formação de professores indígenas na área de linguagem. Brasília: MEC/SECAD/LACED, 2006.

MONTE, NiettaLindenberg. Cronistas em viagem e educação indígena. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2008. 235p. ISBN 9788575263051 (broch.).

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

A temática indígena na escola. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

ASSIS, Eneida correa de. Educacaoindigena na Amazonia: experiencia e perspectivas. Belém, PA: Associacao de Universidades Amazonicas ;Universidade Federal do Para, 1996. 346p. (Serie CooperacaoAmazonica ; 16). ISBN 852470148X.

HERNANDEZ, Isabel. Educação e sociedade indígena. São Paulo: Cortez, 1981. 114, [49]p. ISBN (broch.)

LIMA, Antonio Carlos de Souza; BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. Antropologia e identificação: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002. Rio de Janeiro, RJ: Contra Capa, 2005. 444 p. ISBN 8577400085 (broch.).

SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana K. Leal. Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola. 2. ed. São Paulo, SP: Global, 2001. 396 p. (Antropologia e educação) ISBN 852600672X (broch.).

MÚSICA INDÍGENA (60H)

Ementa: A música como objeto de estudo antropológico. Esboço histórico e panorama atual: musicologia comparada, etnomusicologia, antropologia da música, estudos musicais. Música como código sócio-cultural: principais tendências teórico- metodológicas, hoje. Música popular, erudita, folclórica, indígenas. Estudos recentes no Brasil.

REFERÊNCIA BÁSICA:

AUBERT, Eduardo Henrik. A música do ponto de vista do nativo: um ensaio bibliográfico. Rev. Antropol. vol.50 no.1 São Paulo Jan./June 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012007000100007

MELLO, Maria Ignez Cruz. “Toda música é de e para apapaatai”: relações de gênero, música e autoria entre os índios Wauja. Seminário Internacional Fazendo Gênero 7. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/M/Maria_Ignez_Cruz_Mello_03.pdf

Av. dos Portugueses, 1966 • Bacanga • São Luís • MA
CEP 65.000-000

MENEZES BASTOS, Música nas sociedades indígenas das terras baixas da América do Sul: estado da arte. Mana vol.13 no.2 Rio de Janeiro Oct. 2007. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132007000200001

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

BLACKING, JOHN. Música, cultura e experiência. Cadernos de campo, São Paulo, n. 16, p. 201-218. (2007)Disponível em:
<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50064/55695>

COOK, Nicholas. Agora somos todos (etno)Musicólogos. Ictus 07 p.09-31. (2006). Disponível em: <http://www.ictus.ufba.br/index.php/ictus/article/viewFile/110/84>

PIEIDADE, Acácio. Reflexões a partir da etnografia da música dos índios Wauja. Revista Antropológicas. Ano 10, volume 17(1): 35-48 (2006).
<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2577013.pdf>

CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS APLICADAS AO COTIDIANO DOS POVOS INDÍGENAS (60H)

Ementa: Fundamentos teóricos para elaboração de projetos científicos nas áreas de Biologia, Química, Física e Matemática. Fundamentos de práticas científicas de campo de laboratório com ênfase na realidade dos povos indígenas.

BIBLIOGRAFIA:

BORBA, Marcelo de Carvalho; COSTA, Wanderleya Nara Golçalves. O porquê da etnomatemática na educação indígena. Zetetiké, Campinas, SP, v.4, n.6, p.87-95,jul/dez 1996.

D"AMBRÓSIO, Ubiratan. Sociedade, cultura, matemática e seu ensino. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, p. 99-120, 2005.

FERREIRA, Eduardo Sebastiani. A importância do conhecimento etnomatemático Indígena na escola dos não-índios. Brasília, ano 14, n. 62, abr./jun. 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

D"AMBRÓSIO, Ubiratan. Etnomatemática. São Paulo: Ática, 1998.

Av. dos Portugueses, 1966 • Bacanga • São Luís • MA
CEP 65.000-000

D^aAMBRÓSIO, Ubiratan. Etnomatemática: Arte ou técnica de explicar e conhecer. São Paulo: Ática, 1990.

D^aAMBRÓSIO, Ubiratan. Etnomatemática: Elo entre as tradições e a modernidade. Minas Gerais: Editora Autêntica, 2001.

D^aAMBRÓSIO, Ubiratan. Transdisciplinaridade. São Paulo: Editora Palas Athena, 1997.

FERREIRA, Mariana Kawall Leal. Com quantos paus se faz uma canoa! A matemática na vida cotidiana e na experiência escolar indígena. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental, Departamento de Política Educacional, Assessoria de Educação Escolar Indígena. MEC-1994

PESQUISA EM CIÊNCIAS EXATAS E BIOLÓGICAS E COTIDIANO DO PROFESSOR II (60H)

Ementa: Fundamentos teóricos para elaboração de projetos científicos nas áreas de Biologia, Química, Física e Matemática. Fundamentos de práticas científicas de campo de laboratório com ênfase aplicado ao contexto de ensino e atividades dos Professores.

REFERÊNCIA BÁSICA:

GREEN, Diana. O sistema numérico da língua palikúr. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Série Antropologia. Belém, MPEG, Vol. 10, 1994.

GREEN, Diana. Diferenças entre termos numéricos em algumas línguas indígenas do Brasil. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Série Antropologia. Belém, MPEG, Vol. 13, 1997.

SCANDIUZZI, P.P. Educação indígena X educação escolar indígena: uma relação etnocida em uma pesquisa etnomatemática. Marília, 2000. Tese de doutorado.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

BRAGA, Maria Friche & MOREIRA, Moacyr Alves. Metodologia de ensino: Ciências físicas e biológicas. Belo Horizonte: Editora Lê, 1997.

DELIZOICOV, Demétrio & ANGOTTI, José André. Metodologia do ensino de ciências. São Paulo: Cortez, 1990.

Av. dos Portugueses, 1966 • Bacanga • São Luís • MA
CEP 65.000-000

WEISSMANN, Hilda (org.). Didática das Ciências Naturais: contribuições e reflexões. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ENSINO DE CIÊNCIAS III (60H)

Ementa: ensino de Ciências no Brasil e sua evolução ao longo dos séculos XIX, XX e XXI; Definições sobre experimento e demonstração; Estudo e análise da Filosofia do ensino de Ciências Naturais; entendimentos dos processos de alfabetização científica e suas implicações para a disciplina de ciências no 1º e 2º ciclos do ensino fundamental e Utilização de mídias impressas no ensino de Ciências.

REFERÊNCIA BÁSICA:

BRAGA, Maria Friche & MOREIRA, Moacyr Alves. Metodologia de ensino: Ciências físicas e biológicas. Belo Horizonte: Editora Lê, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: ciências naturais. 3. ed. Brasília, 2001.

DELIZOICOV, Demétrio & ANGOTTI, José André. Metodologia do ensino de ciências. São Paulo: Cortez, 1990.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

FRACALANZA, Hilário & MEGID NETO, Jorge (org.). O livro didático de Ciências no Brasil. Campinas: Komedi, 2006.

KRASELCHIK, Myriam & MARANDINO, Martha. Ensino de Ciências e Cidadania. São Paulo: Modena, 2007.

SILVA, Alciony Regina Herderico Souza. Fundamentos filosóficos do ensino de ciências naturais. Curitiba, [2004?]. Texto de apoio

WEISSMANN, Hilda (org.). Didática das Ciências Naturais: contribuições e reflexões. Porto Alegre: Artmed, 1998.

EXPERIMENTOS EM CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS (60H)

Ementa: Experimentação como estratégia de ensino de Ciências. Diferentes perspectivas e tendências metodológicas enfocadas em Experimentos em Ciências. Subsídios para a utilização rotineira da experimentação em sala de aula. A relevância das atividades experimentais em suas aulas.

REFERÊNCIA BÁSICA:

ALVES FILHO, J. de P. Atividades experimentais: do método à prática construtivista. Tese de Doutorado. UFSC. Florianópolis. 2000.

ARRUDA, S.M.; SILVA M.R.; LABURÚ, C.E. Laboratório didático de física a partir de uma perspectiva kuhniana. Investigações em Ensino de Ciências, v.6, n.1, p.1-9, 2001.

ASSIS, A.; LABURÚ, C.E.; SALVADEGO, W.N.C. A seleção de experimentos de química pelo professor e o saber profissional. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, v.9, n.1, 2009.

AXT, R.; MOREIRA, M.A. O ensino experimental e a questão do equipamento de baixo custo.

Revista de Ensino de Física, v.13, p.97-103, 1991.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

AXT, R.; MOREIRA, M.A.; SILVEIRA, F.L. Experimentação seletiva e associada à teoria como estratégia para facilitar a reformulação conceitual em física. Revista de Ensino de Física, v.12, p.139-158, 1990.

DUHEM, P. Algumas reflexões acerca da física experimental. Ciência e Filosofia. Trad. Nivaldo de Carvalho, v.4, p.87-118, 1989.

BAROLLI, E. Reflexões sobre o trabalho dos estudantes no laboratório didático. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 1998

LIBRAS (60H)

Ementa: Uso do espaço. Classificadores. Verbos. Uso de expressões faciais gramaticais. Frases declarativas, afirmativas, negativas, interrogativas e exclamativas. Diálogos em língua de sinais.

REFERÊNCIA BÁSICA:

Av. dos Portugueses, 1966 • Bacanga • São Luís • MA
CEP 65.000-000

GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2009. 87 p

GOMES, Dannytza Serra. Língua brasileira de sinais: escolhas lexicais e desenvolvimento do tópico discursivo. 2009. 102 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós- Graduação em Lingüística, Fortaleza-CE, 2009.

LÍNGUA de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004.
FALCÃO, Luiz Albérico. Surdez, cognição visual e libras: estabelecendo novos diálogos. Recife, PE: L. A. Barbosa Falcão, 2010. 560 p.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

QUADROS, Ronice Müller de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem, Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. 126 p.

SANTOS, Juliana de Brito Marques. Era uma vez... Uma chapeuzinho, seis surdos, seis histórias. Fortaleza, CE, 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2006.

SEMINÁRIO TEMÁTICO E PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO I (60H)

Ementa: Compreensão da função da Didática como elemento organizador de fatores que influem no processo de ensino e aprendizagem. Elaboração do Plano de Ensino. Visão crítica do papel do Planejamento na dinâmica da construção do conhecimento pelo educador. Diálogos Interculturais e Políticas Institucionais. A experiência de implantação de um Curso de Licenciatura Intercultural indígena.

REFERÊNCIA BÁSICA:

DALMÁS, Ângelo. Planejamento participativo na Escola: elaboração, acompanhamento e avaliação. Petrópolis, Vozes. 1994.

FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. 4ed. São Paulo/SP: Moraes, 1980.

KUENZER, Acácia Zeneida et alli. Planejamento e Educação no Brasil. 5. ed. São Paulo, Cortez, 2001.

MENEGOLLA, Maximiliano; SANT ANNA, Ilza Martins. Por que planejar, como planejar? Currículo, área, aula. 20 ed. Petrópolis, Vozes, 2012.

Av. dos Portugueses, 1966 • Bacanga • São Luís • MA
CEP 65.000-000

PADILHA, Paulo Roberto, Carlos Roberto Jamil. Sentidos da educação na Constituição Federal de 1988.

Revista Brasileira de Pesquisa e Administração Escolar. V. 29, n. 2, p. 195-206, mai/ago.

2013.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Constituição (1998). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei n. 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

_____. Lei n. 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, p.1, 26 de jun. 2014b. Seção 1, Edição Extra.

SAVIANI, Dermeval. A educação na Constituição Federal de 1988: avanços no texto e sua neutralização no contexto dos 25 anos de vigência. Revista Brasileira de Pesquisa e Administração Escolar. V. 29, n. 2, p. 195-206, mai/ago. 2013.

OFICINA DE SISTEMATIZAÇÃO FINAL E APRESENTAÇÃO DAS PESQUISAS DAS GRANDES ÁREAS (60H)

Ementa: Sistematização final e elaboração de Relatórios e produções diversas ligadas às pesquisas das grandes áreas do curso. Apresentação dos resultados das pesquisas. Desenvolvimento das condições necessárias (base metodológica, material bibliográfico científico e tecnológico) para a elaboração de projetos e protótipos de produtos e processos no campo da engenharia mecânica e suas interfaces com outros campos do conhecimento.

REFERÊNCIA BÁSICA:

MAGALHÃES, Gildo. Introdução à Metodologia da Pesquisa – Caminhos da Ciência e Tecnologia. S. Paulo: Editora Ática, 2005.

Av. dos Portugueses, 1966 • Bacanga • São Luís • MA
CEP 65.000-000

SILVA, C.R.O. Metodologia e Organização do projeto de pesquisa (GUIA PRÁTICO), Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará – Fortaleza: Maio/2004. <http://www.ufop.br/demet/metodologia.pdf>

SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHMSTON, Robert. Administração da Produção, S.

Paulo: Ed. Atlas, 2009.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

KUHN, T. S. A estrutura das revoluções científicas. Coleção Debates, Vol. 115, S. Paulo: Editora Perspectiva, ISBN 8527301113, 2003.

RUDIO, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. Petrópolis: Vozes, 2002. 144p.

SCHLEMMER, Eliane, Projetos de Aprendizagem Baseados em Problemas: uma metodologia interacionista/construtivista para formação de comunidades em Ambientes Virtuais de Aprendizagem, Revista Digital da CVA - Colabora, Curitiba, v.1, n.1 - p. 4-11, agosto 2001. 10

DIDÁTICA E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR INDÍGENA (60H)

Ementa: O (A) professor(a) indígena: identidade, formação e prática. As concepções didático-pedagógicas e os elementos que constituem o processo ensino-aprendizagem. Escola e sala de aula.

REFERÊNCIA BÁSICA:

FERRARI, Márcio; GUIRRO, Rose. Trabalho de Todos e de Cada Um – cooperação, diálogo, reflexão e uso racional do tempo são algumas das pistas para organizar uma jornada pedagógica consequente. In: Revista Nova Escola. Ano XXI, nº. 198, Dezembro de 2006, p. 26-35.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção Magistério 2º Grau. Série formação do professor).

MAGNANI, Maria do Rosário M. Em sobressaltos: formação de professora. Campinas: UNICAMP, 1993.

RAMALHÃO, Annie Betune. Ensino na área da saúde: aproximações às estratégias de ensino-aprendizagem dos professores de terapia ocupacional. São Paulo: CEDESS/UNIFESP. Dissertação de Mestrado defendida no Curso de Ensino em Ciências da Saúde, 2006.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

MACEDO, Ana Vera Lopes da Silva. A alegria da descoberta: uma experiência construtivista de alfabetização. In: SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (Orgs.). Práticas pedagógicas na escola indígena. São Paulo: Global, 2001. (Série Antropologia e Educação).

“Decoreba” ou raciocínio? Uma experiência no ensino de história. In: SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (Orgs.). Práticas pedagógicas na escola indígena. São Paulo: Global, 2001. (Série Antropologia e Educação).

FARAGE, Nádia. Construção de histórias, ensino de história: algumas propostas. In: SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (Orgs.). Práticas pedagógicas na escola indígena. São Paulo: Global, 2001. (Série Antropologia e Educação).

PAULA, Luiz Gouvêa de; PAULA, Eunice Dias de. Xema' eãwa, os jogos de barbante, e a escola tapirapé. In: SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (Orgs.). Práticas pedagógicas na escola indígena. São Paulo: Global, 2001. (Série Antropologia e Educação).

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. Escola indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras de educação. In: SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (Orgs.). Práticas pedagógicas na escola indígena. São Paulo: Global, 2001. (Série Antropologia e Educação).

CURRÍCULO INTERCULTURAL

Ementa: Conceituação Crítica de Currículo. Justiça Curricular em Territórios de Disputa. Justiça social e cognitiva na Educação Indígena. Transgressão nas Reformas Curriculares no âmbito da Educação das Relações Étnico-Raciais e Indígenas. Práticas Curriculares Interculturais.

Referências Básicas:

APPLE, Michael W. Currículo, poder e lutas educacionais: com a palavra, os subalternos. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Av. dos Portugueses, 1966 • Bacanga • São Luís • MA
CEP 65.000-000

PONCE, Branca Jurema. O currículo e seus desafios na escola pública brasileira: em busca da justiça curricular. In: Currículo sem Fronteiras, V. 18, n. 3, p. 785-800, set./dez. 2018. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss3articles/ponce.pdf>. Acesso em: 10 de junho de 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antonio Flavio B. (Orgs.). Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis: Ed. Vozes, 1995

Referências complementares:

CARVALHO JUNIOR, Arlindo Fernando Paiva de; FETZNER; Andrea Rosana. SANTOMÉ, Jurjo Torres. Por uma escola inclusiva e democrática: entrevista com Jurjo Torres Santomé. Revista eCurriculum, v. 20, n. 1, p. 14-39, 2022. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/54695>. Acesso em: 12 abr. 2022.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola: teoria e prática. 5 ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004, p. 168-174.

SILVA, Tomaz Tadeu. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

OFICINA DE SISTEMATIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS PESQUISAS EM LINGUAGENS – LÍNGUA PORTUGUESA, LÍNGUA INDÍGENA E EXPRESSÕES CULTURAIS

Projeto Pedagógico para Criação de Turmas Especiais do Curso de Primeira Licenciatura Intercultural Indígena

EMENTA: Realização de Seminários em linguagens; Elaboração e desenvolvimento dos Projetos de Pesquisa; Produção de Material Didático na área das linguagens; Reflexão das Práticas Metodológicas. Oficinas e atividades de interligação entre os conteúdos trabalhados nos módulos e demais atividades, como a elaboração de metodologias próprias de ensino. Saber tradicional indígena e saber acadêmico.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

ALMEIDA, J. (2004). **Profissão docente e cultura escolar**. SP, Intersubjetiva.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: os saberes necessários à prática educativa**. 3. ed.: Paz e Terra, São Paulo, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

SAVIANI, Dermerval. “**A Filosofia na Formação do Educador**”, In: Educação: do senso comum à consciência filosófica. S. Paulo: Cortez, 1986.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

CARDOSO, L. (2003). **Formação de professores: mapeando alguns modos de ser-professor ensinados por meio do discurso científico-pedagógico**. In: PAIVA, Edil (org.). Pesquisando a formação de professores. Rio de Janeiro, DP&A.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas** - Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2014.

BRASIL. **Decreto Presidencial nº 26/91**. Diário Oficial da União, Brasília, 5 fev. 1991

OFICINA DE SISTEMATIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS PESQUISAS EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

EMENTA: Realização de Seminários na área de ciências humanas e sociais; Elaboração e desenvolvimento dos Projetos de Pesquisa em ciências humanas e sociais; Produção de Material Didático; Reflexão das Práticas Metodológicas. Oficinas e atividades de interligação entre os conteúdos trabalhados nos módulos e demais atividades, como a elaboração de metodologias próprias de ensino.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

ALMEIDA, J. (2004). **Profissão docente e cultura escolar**. SP, Intersubjetiva.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: os saberes necessários à prática educativa**. 3. ed.: Paz e Terra, São Paulo, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

SAVIANI, Dermerval. “**A Filosofia na Formação do Educador**”, In: Educação: do senso comum à consciência filosófica. S. Paulo: Cortez, 1986.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

CARDOSO, L. (2003). **Formação de professores: mapeando alguns modos de ser-professor ensinados por meio do discurso científico-pedagógico**. In: PAIVA, Edil (org.). Pesquisando a formação de professores. Rio de Janeiro, DP&A.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas** - Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2014.

BRASIL. **Decreto Presidencial** nº 26/91. Diário Oficial da União, Brasília, 5 fev. 1991.

EDUCAÇÃO EM AMBIENTE ESCOLAR

EMENTA: Fundamentos da pesquisa educacional: características e especificidades da "Escola" como objeto de investigação. Atividades de cunho investigativo centrada na observação, descrição, análise e reflexão do cotidiano da escola e da sala de aula ante ao reconhecimento da complexidade que envolve a organização do trabalho pedagógico escolar. As diferentes dimensões constitutivas do trabalho pedagógico: as rotinas, as dinâmicas e lógicas ordenadoras das atividades administrativas e pedagógicas na escola; a estrutura administrativa e organizacional de um estabelecimento escolar; a construção e a gestão do projeto político-pedagógico; o currículo como ordenador da organização do processo de ensino e das situações de aprendizagem; práticas pedagógicas e trabalho docente; a avaliação institucional e os indicadores de desenvolvimento e desempenho da educação básica.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

BARROSO, J. (org.). **O estudo da escola**. Porto: Porto Editora, 1996.

GIMENO SACRISTAN, J. **Currículo e diversidade cultural**. In: Silva, Tomaz T.; MOREIRA, Na. F. (org.). Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1995.

LIBÂNEO, J. C. **Organizações e gestão da escola**. Goiânia: Alternativa, 2001.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

PCN Língua Portuguesa. Secretaria de Educação. MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1996.

MACEDO, B. **A construção do Projeto Educativo de Escola**. Processo de Definição Lógica de Funcionamento da Escola. Lisboa: Instituto de Inovação Educativa, 1995.

TAVARES, J. A formação como construção do conhecimento científico e pedagógico. In: SÁ-CHAVES, I. **Percursos de formação e Desenvolvimento Profissional**. Porto: Porto Editora (Coleção CIDINE), 1997.

TAVARES, J. & ALARCÃO, I. **Paradigmas de formação e investigação no ensino superior no terceiro milênio**. In: Alarcão, I. (org.). Escola Reflexiva e Nova Racionalidade. Porto Alegre: ART – MED, 2001.

Av. dos Portugueses, 1966 • Bacanga • São Luís • MA
CEP 65.000-000

LIBÂNEO, J. C. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização** / José Carlos Libâneo, João Ferreira de Oliveira, Mirza Seabra Toschi. 7 ed. São Paulo: Cortez 2009. (Coleção Docência em formação/Coordenação Antônio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimenta).

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO APLICADAS AO ENSINO

EMENTA: Tecnologias variadas e suas aplicações em geografia, história e pesquisa científica ao longo do Curso. Imagens fotográficas e audiovisuais digitais. Fotografias aéreas, imagens de radar e de satélite. Fotointerpretação, sensoriamento remoto e interpretação de imagens: princípios básicos e áreas de aplicação. Funcionamento e utilização de programas, sistemas de informação geográfica e de sistemas de posicionamento global (GPS).

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

COSTA, J.W.; PAIM, I. Informação e Conhecimento no Processo Educativo. In: COSTA, J.W. & OLIVEIRA, M.A.M. Educação, Comunicação e Sociabilidade. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

LÉVY, P. As tecnologias da inteligência. São Paulo: Editora 34, 1993.

MORAN, J. M. "Como utilizar a Internet na educação". IN. Ciência da Informação, Brasília. Vol. 26, nº 2, p. 146- 153,1997.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

COSTA, J.W.; MOREIRA, M.; OLIVEIRA, C.C. Matrix - metáfora ou realidade. Dois Pontos: Teoria & Prática em Gestão Educacional. Belo Horizonte: Vol. 5, nº 42, p. 27- 32, maio/junho 1999.

LÉVY, P. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999. _____. O que é o virtual. São Paulo: Editora 34, 1996.

MORAN, J. M. Como utilizar a Internet na educação. Ciência da Informação, Brasília: v.26, n. 2, p. 146-153,1997.

CULTURA E REGIÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

EMENTA: Manifestações culturais, identidade e política regional do Brasil Contemporâneo. Diversidade cultural no Brasil e entre os discentes do curso. Práticas, aprendizagens e conhecimentos relacionados as diferentes regiões brasileiras. Calendários e festivais. Cultura e alteridade segundo a Antropologia.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização espacial**. S.Paulo, Ática, 1986.

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo, Edusp, 1999.

PÉREZ-GIL, L. 2006. **Metamorfoses yaminawa**: xamanismo e socialidade na Amazônia peruana. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

AMODIO, E. **Educación, Escuelas y Culturas Indígenas de América Latina**. Ecuador: UNESCO/OREALC. MLAL – ABYA-YALA, 1988.

BOSI, A. **Cultura Brasileira** – temas e situações. São Paulo: Ática, 1987.

VELHO, G. & VIVEIROS DE CASTRO, E. **O conceito de cultura e o estudo de sociedades complexas**. Espaço: Cadernos de Cultura da Universidade Santa Úrsula. Rio de Janeiro: v.2, n.2, 1980.

MELATTI, J.C. **Índios do Brasil**. São Paulo-Brasília: Hucitec e Editora da Universidade de Brasília, São Paulo: 1987.

OLIVEIRA, R. E. de., MARTINI, A. e OLIVEIRA, S. F. 2011. “Kene Marubo”. Revista Vitas – **Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade** (1): 1-15. Disponível em, <http://www.uff.br/revistavitas/images/artigos/KENE%20MARUBO,%20por%20Raimunda%20Oliveira%20et%20all.pdf>, em 05/04/2013.

LÍNGUAS EM CONTATO: PORTUGUÊS E LÍNGUA INDÍGENA I

EMENTA: Experiências linguísticas dos acadêmicos. O uso das línguas nas terras indígenas. Intercâmbios linguísticos. Política linguística. Práticas de oralidade e escrita em língua indígena e portuguesa. Tecnologias de comunicação. Práticas de tradução. Leitura e produção de textos em português e em língua indígena. Possibilidades de leitura e produção de textos. Da oralidade ao texto escrito.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

HAVELOCK, Eric. **A Musa aprende a escrever**. Gradiva, Lisboa, 1988.

IBÃ, Isaias Sales. Nixi pae, **O espírito da floresta**. Rio Branco, CPI, 2006.

MAIA, M. **Manual de Linguística**. Subsídios para a formação de professores indígenas na área de linguagem. Brasília, SECAD/LACED, 2006.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2002.

KAXINAWA, Joaquim Paulo de Lima. **Confrontando registros e memórias sobre a língua e a cultura huni kuin**: de Capistrano de Abreu aos dias atuais. Dissertação de Mestrado em Linguística, Universidade de Brasília, 2011.

OPIAC, Organização dos Professores Indígenas do Acre. **Shenipabu Miyui**: história dos antigos. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2000.

LITERATURAS INDÍGENAS III

EMENTA: Literatura. Literatura indígena. Oralidade e escrita. Grafismos indígenas. O que é traduzir. O que é escrever. Leitura e análise de textos e publicações de autoria indígena.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CESARINO, Pedro. **Oniska, poetica do xamanismo na amazônia**. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2011.

COLLET, Celia. **A escrita alfabética e o xamanismo indígena**. Revista Muiraquitã, Rio Branco, UFAC, 2013.

HAVELOCK, Eric. **A Revolução da escrita na Grécia e suas consequências culturais**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **A história de Lince**. São Paulo, Cia das Letras, 1993.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

CESARINO, Pedro. **Oniska, poetica do xamanismo na Amazônia**. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2011.

Ferreira, Mariana L. 1992. **Da Origem dos Homens à Conquista da Escrita**: um estudo sobre povos indígenas e educação escolar no Brasil. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH- USP.

GOW, Peter. **Podia ler Sangama**: Sistemas Gráficos, Language y Shamanismo entre los Piro (Perú oriental). In: Revista da FAEEBA: educação e contemporaneidade / Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação I – v. 1, n. 1 (jan./jun.,1992) - Salvador: UNEB, 1992.

PESQUISA EM LINGUAGENS E ARTES E COTIDIANO DO PROFESSOR

EMENTA: Metodologias indígenas de pesquisa em linguagens e artes para o ensino. Planejamento prático e teórico da pesquisa a ser realizada pelos discentes. Cotidiano escolar indígena. Levantamento bibliográfico e documental. História, línguas e artes indígenas como instrumento de pesquisa-ensino-aprendizagem na educação escolar indígena, bem como, em outros ramos do conhecimento.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

ROMANOWSKI, J. P; MARTINS, P.L.O.; JUNQUEIRA, S.R.A. **Conhecimento local e conhecimento universal**: pesquisa, didática e ação docente. Curitiba: Champagnat, 2004.

SILVA, AracyLopes da e LEAL FERREIRA, Mariana Kawall (Org.). **Práticas pedagógicas na escola indígena**. São Paulo: Global, 2001.

SILVA, Aracy Lopes da e LEAL FERREIRA, Mariana Kawall. **Antropologia, história e educação**: a questão indígena e a escola. São Paulo: Global, 2001.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

COLLET, Célia L.G. **“Eu quero progresso sendo índio”**. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

CUNHA, M.C. **Tastevin, Parrissier: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2009.

NIMUENDAJU, C. **Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões adjacentes**. 1944. Fundação IBGE/PróMemória, Rio de Janeiro, 1980.

OFICINA DE SISTEMATIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS PESQUISAS EM CIÊNCIAS EXATAS E BIOLÓGICAS

EMENTA: Realização de Seminários na área de ciências exatas e biológicas; Elaboração e desenvolvimento dos Projetos de Pesquisa em ciências exatas e biológicas; Produção de Material Didático na área de ciências exatas e biológicas; Reflexão das Práticas Metodológicas. Oficinas e atividades de interligação entre os conteúdos trabalhados nos módulos e demais atividades, como a elaboração de metodologias próprias de ensino na área das ciências exatas e biológicas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

ALMEIDA, J. (2004). **Profissão docente e cultura escolar**. SP, Intersubjetiva.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: os saberes necessários à prática educativa. 3. ed.: Paz e Terra, São Paulo, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

SAVIANI, Dermerval. **“A Filosofia na Formação do Educador”**, In: Educação: do senso comum à consciência filosófica. S. Paulo: Cortez, 1986.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas** - Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2014.

BRASIL. **Decreto Presidencial nº 26/91**. Diário Oficial da União, Brasília, 5 fev. 1991.
Av. dos Portugueses, 1966 • Bacanga • São Luís • MA
CEP 65.000-000

CARDOSO, L. (2003). **Formação de professores: mapeando alguns modos de ser-professor ensinados por meio do discurso científico-pedagógico**. In: PAIVA, Edil (org.). Pesquisando a formação de professores. Rio de Janeiro, DP&A.

QUÍMICA GERAL:

EMENTA: Princípios e elaboração de pigmentos, tintas, alimentos, bebidas, venenos, usos e preparação de plantas, medicina da floresta. Xamanismo e conhecimento. Energia: ciência e política. Relações e processos utilizados para obtenção de energia. A química – e sua interface com a física e biologia - presentes no cotidiano indígena, em atividades como a alimentação, a agricultura e outras tecnologias próprias. Fundamentos e elementos físico-químicos e sua relação com o ambiente. Os elementos químicos e o meio ambiente.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CUNHA, M. M. C. da & ALMEIDA, M. W. B. de. (orgs.) **Enciclopédia da Floresta:** práticas e conhecimentos das populações. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 577-600.

HUNI KUIN. **Una Isi Kayawa**, Livro da cura. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2014.

MATEUS, A. L. **Química na cabeça:** experiências espetaculares para você fazer em casa ou na escola. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2001.

REGIANE, A. **Conhecimento tradicional e químico:** possíveis aproximações. Curitiba: CRV, 2014.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ALBERT, B; MILLIKEN, W. **Urihi a:** a terra floresta yanomami. São Paulo, 2009.

ALCÂNTARA, M. I. **Elementos da Floresta:** Recursos didáticos para o ensino de ciências na área rural amazônica. Manaus: UEA/Escola Normal Superior/ PPGECA, 2010.

FRANCHETTO, B. **Céu, terra, homens.** O calendário kuikuro. IN.: Ideias matemáticas de povos culturalmente distintos. São Paulo: FAPESP, 2002.

MAXAKALI, R. (et al.). **Hitupmã'ax:curar.** Belo Horizonte: MEC, UFMG, 2008.

VIEIRA, R. C. M. **Educação Intercultural:** O ensino de ciências através da pesquisa na Escola Indígena Pamáali no alto Rio Negro. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências na Amazônia) – Universidade do Estado do Amazonas. Manaus, 2010.

QUÍMICA ORGÂNICA

EMENTA: Princípios da Química Orgânica. A química – e sua interface com a física e biologia - presentes no cotidiano indígena, em atividades como a alimentação, a

agricultura e outras tecnologias próprias. Fundamentos e elementos físico-químicos e sua relação com o ambiente. Os elementos químicos e o meio ambiente.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CUNHA, M. M. C. da & ALMEIDA, M. W. B. de. (orgs.) **Enciclopédia da Floresta:** práticas e conhecimentos das populações. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 577-600.

HUNI KUIN. **Una Isi Kayawa**, Livro da cura. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2014.

MATEUS, A. L. **Química na cabeça:** experiências espetaculares para você fazer em casa ou na escola. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2001.

REGIANE, A. **Conhecimento tradicional e químico:** possíveis aproximações. Curitiba: CRV, 2014.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ALBERT, B; MILLIKEN, W. **Urihi a:** a terra floresta yanomami. São Paulo, 2009.

ALCÂNTARA, M. I. **Elementos da Floresta:** Recursos didáticos para o ensino de ciências na área rural amazônica. Manaus: UEA/Escola Normal Superior/ PPGECA, 2010.

FRANCHETTO, B. **Céu, terra, homens.** O calendário kuikuro. IN.: Ideias matemáticas de povos culturalmente distintos. São Paulo: FAPESP, 2002.

MAXAKALI, R. (et al.). **Hitupmã'ax:curar.** Belo Horizonte: MEC, UFMG, 2008.

VIEIRA, R. C. M. **Educação Intercultural:** O ensino de ciências através da pesquisa na Escola Indígena Pamáali no alto Rio Negro. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências na Amazônia) – Universidade do Estado do Amazonas. Manaus, 2010.

INTRODUÇÃO A FÍSICA

EMENTA: As ciências indígenas fundamentadas na experiência cotidiana. Pesquisa de experiências físicas tradicionais. Astronomias Indígenas. Demarcação espaço-temporal. Calendários. Formas indígenas e não indígenas de percepção e classificação do cosmos, da diversidade e da humanidade correntes. Acústica.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

AFONSO, G; SILVA, P. **O céu dos índios de Dourados – Mato Grosso do Sul.** Campo Grande: UEMS, 2012.

CUNHA, M. C. da, ALMEIDA, M. B. de, (Orgs.). **Enciclopédia da Floresta – O Alto Juruá; Práticas e Conhecimentos das Populações.** São Paulo: Companhia das Letras, 735p, 2002.

GALDINO, L. **Astronomia Indígena.** São Paulo: Nova Alexandria, 2001.

FRANCHETTO, B. Céu, terra, homens. O calendário kuikuro. IN.: **Ideias matemáticas de povos culturalmente distintos**. São Paulo: FAPESP, 2002.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

CAMPOS, A. A.; ALVES, E. S.; SPEZIALI, N. L. **Física experimental básica na universidade**. 2ª Ed. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

FILHO, A. G. **Física e realidade**. Vol. 2. Editora Scipione, S.P., 2009.

LIMA, E.L. **Coordenadas no Espaço**. SBM, 1998.

MENEZES, L. **A matéria** - Uma aventura do espírito. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2005.

NESPOLI, A. **Uma experiência de ensino de física em educação escolar indígena**. Física na escola, Volume 8, 2007.

PESQUISA EM CIÊNCIAS EXATAS E BIOLÓGICAS E COTIDIANO DO PROFESSOR I

EMENTA: Realização de Seminários na área de ciências exatas e biológicas; Elaboração e desenvolvimento dos Projetos de Pesquisa em ciências exatas e biológicas; Produção de Material Didático na área de ciências exatas e biológicas; Reflexão das Práticas Metodológicas. Oficinas e atividades de interligação entre os conteúdos trabalhados nos módulos e demais atividades, como a elaboração de metodologias próprias de ensino na área das ciências exatas e biológicas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

ALMEIDA, J. (2004). **Profissão docente e cultura escolar**. SP, Intersubjetiva.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: os saberes necessários à prática educativa. 3. ed.: Paz e Terra, São Paulo, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

SAVIANI, Dermerval. **“A Filosofia na Formação do Educador”**, In: Educação: do senso comum à consciência filosófica. S. Paulo: Cortez, 1986.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas** - Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2014.

BRASIL. **Decreto Presidencial** nº 26/91. Diário Oficial da União, Brasília, 5 fev. 1991.

CARDOSO, L. (2003). **Formação de professores: mapeando alguns modos de ser-professor ensinados por meio do discurso científico-pedagógico**. In: PAIVA, Edil (org.). Pesquisando a formação de professores. Rio de Janeiro, DP&A.

BIOLOGIA GERAL:

EMENTA:

Importância da Biologia: Conceitos importantes da biologia. Origem dos seres vivos, Conceito, Características da vida, Níveis de organização dos seres vivos, Diversidades de organismos vivos. Célula: Tipos de célula (eucarionte e procarionte), Células num contexto evolutivo, célula animal, célula vegetal. Sistemas de Classificação: Classificação moderna, Nomenclatura Binomial, Sistemática Molecular. A Evolução da Diversidade: Os cinco Reinos. Os Padrões e os Processos da Evolução: A diversidade da vida por Seleção Natural, a evolução dos genes e genomas. Prática: Observação de Células eucariótica e procariótica, com a identificação das organelas celulares. Coleta e montagem de lâminas permanentes de representantes dos grupos: Bactérias, Fungos e Protozoários.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

- ARAÚJO E.J.A (Org). **Práticas de anatomia e histologia para a educação básica**. Londrina. Editora Kan, 2011.
- JUNQUEIRA, L.C. & CARNEIRO, J. **Histologia Básica**. 11^a. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
- KRASILCHIK, M. **Prática de Ensino de Biologia** (4^a Ed): Editora Edusp. 2004.
- MOORE, K. L. **Embriologia Básica**. 7^a.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. 384.
- NORMANN, C.A.B.M. **Práticas em Biologia Celular**:. Ed Sulina. 2008
- VISELLI, S & CHANDAR, N. **Biologia Celular e Molecular Ilustrada**: Editora Artmed. 2011
- WOLPERT L. (Org) **Princípios de Biologia do Desenvolvimento**:. Editora Artmed. 2008.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

- Berk A.; Darnell J. & Lodish, H. **Biologia Celular e Molecular** (4^a Ed. c/ CD Rom). Editora Revinter.
- CHAGAS F. **Práticas de Citologia e Genética**: VALLE, Rio de Janeiro: Medsi, 2001.
- GARTNER, L.P.& HIATT, J.L. **Tratado de Histologia**: Rio de Janeiro:Guanabara Koogan, 2012.
- MAILLET, M. **Embriologia Celular**: São Paulo: Massar, 2003.
- PAPINI & SAYAGO. **Manual de Citologia e Histologia para o estudante da área da saúde**. Editora: ATHENEU RIO, 2003.

SADAVA D. (Org): **Vida: a Ciência da Biologia** - Vol. 1: Célula e Hereditariedade (8ª Ed): Editora Artmed. 2011.

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO APLICADAS AO ENSINO

Ementa: Políticas públicas para Informática Educativa. Classificação/Usos de softwares educacionais. A Internet como tecnologia para construção de conhecimentos. Aspectos técnicos necessários ao professor no desempenho das TICs, com ênfase em questões pedagógicas no processo ensino/aprendizagem. Redes sociais na Internet. Escrita colaborativa. Uso Educacional de softwares do pacote Office (Windows/Linux). Uso de dispositivos móveis na educação. Produção de vídeos. PCC: Análise de recursos didáticos tecnológicos como instrumentos de ensino; Elaboração de projetos de ensino utilizando TIC's.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

PIERRE, Levy. Ciberultura. São Paulo: Editora 34, 2000.

GIORDAN, Marcelo. Computadores e Linguagens nas aulas de Ciências: uma perspectiva sociocultural para compreender a construção de significados. Rio Grande do Sul: Unijui, 2008.

MORAN, Jose Manuel. Novas tecnologias e mediação Pedagógica. Campinas: Papirus, 2000.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ZACARIOTTI, Marluce. (In)visibilidades das Juventudes pós-modernas: trilhas estéticas na ciberultura. 1. Ed. Curitiba, PR: CRV, 2017.

COLL, César. Psicologia da educação virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da Informação e da Comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010.

PINTO, Álvaro Vieira. O conceito de tecnologia. V. I. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias e ensino presencial e a Distância. Campinas: Papirus, 2003.

MORAES, Ubirajara de Carnevale. Tecnologia Educacional e aprendizagem. São Paulo: Livro Pronto, 2007.

PRODUÇÃO TEXTUAL II

EMENTA: Leitura e produção de textos dissertativo-argumentativos. Leitura e análise de gêneros acadêmicos. Produção de gêneros acadêmicos. Tópicos de gramática aplicados ao texto.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

ANTUNES, I. Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola, 2007.

DISCINI, NORMA. A comunicação nos textos. São Paulo: Contexto, 2005.

MARCUSCHI, LUIZ ANTÔNIO. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

FIORIN, J. L. & SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.

BASTOS, L. K. A produção escrita e gramática. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BERLO, L. O processo da comunicação. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

PRODUÇÃO TEXTUAL III

EMENTA: Gêneros textuais da área acadêmica: definição, finalidade, formatação. A comunicação informativa e persuasiva. Textualidade e argumentação na produção do texto acadêmico (focada no TCC). Prática de leitura e produção de textos de diversos gêneros.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

ANTUNES, I. Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola, 2007.

DISCINI, NORMA. A comunicação nos textos. São Paulo: Contexto, 2005.

ECO, Umberto. Como se Faz uma Tese. Trad. Gilson Cesar Cardoso de Souza. 24. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

MARCUSCHI, LUIZ ANTÔNIO. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

Av. dos Portugueses, 1966 • Bacanga • São Luís • MA
CEP 65.000-000

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

FIORIN, J. L. & SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.

BASTOS, L. K. A produção escrita e gramática. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BERLO, L. O processo da comunicação. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GESTÃO E COTIDIANO DA ESCOLA INDÍGENA

EMENTA: Discutir e refletir acerca dos processos de Gestão da escola Indígena e do seu cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

ARAÚJO, Maria Cristina Munhoz. Gestão escolar. Curitiba: IESDE, 2009.

GRABNER, Maria Luiza. Educação Indígena. Disponível em: Acesso em: 26 de 2013.

MELIÀ, Bartomeu. Educação indígena na escola. Cadernos Cedes, ano XIX, nº49,p.1117,dez.1999.Disponívelem:

SOUZA, Macário Peres de Souza. A Gestão democrática na escola indígena.Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso de Pedagogia no Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas, 2018.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

LUCK Heloísa. Dimensões de gestão escolar e suas competências. Curitiba: Editora Positivo, 2009. ISBN - 978-85-385-0027-8.

MAHER, Terezinha Machado. Formação de professores indígenas: uma discussão introdutória. In: GRUPIONI, Luiz Donisete Benzi (Org.). Formação de professores indígenas: repensando trajetórias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. cap. 1, p. 11-37. MACHADO, José Pedro. Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. 1ªEd. Lisboa/Portugal: Editorial Confluência LDA. 1956.

MARTINS, José. do Prado. Administração Escolar: Uma abordagem crítica do processo administrativo em Educação. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

REGIÃO E REGIONALIZAÇÃO DO BRASIL

EMENTA: Regionalização: abordagens teóricas e metodologias na pesquisa regional. Globalização e Blocos Econômicos. Regionalização Brasileira: formação do território. O espaço brasileiro: fatores, agentes e processos modeladores da paisagem. Unidades Geo-ambientais. População brasileira: evolução e perspectivas. Questões sócioambientais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

- ANDRADE, M.C. **Uma Geografia para o século XXI**. Campinas, SP: Papirus, 1994.
- AZEVEDO, Aroldo de. **Brasil a terra e o homem**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1968. v. 1. Bases Físicas.
- CORREA, R.L. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CORREIA, Roberto Lobato. **Região e Organização espacial**. S.Paulo, Ática, 1986.
- LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo, Edusp, 1999.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

- MORAES, Antônio C. R. **Bases da formação territorial colonial brasileiro no "longo" Século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. Contexto, São Paulo, 1988.
- ROSS, Jurandyr Luciano Sanches (Org.) **Geografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP. 1995.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**, SP-HUCITEC, 1988.
- SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia, SILVEIRA, Maria Laura. **Território, globalização e fragmentação**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SANTOS, Milton. **Por uma nova Geografia**. SP, HUCITEC, 1973.

ANTROPOLOGIA I

EMENTA: Aspectos conceituais da Antropologia, sua divisão e relação com outras ciências: conceituação antropológica de cultura. Etnocentrismo e relativismo cultural. O ser humano e suas interações em seu processo de viver

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

RABUSKE, E. A. **Antropologia Filosófica**. Petrópolis: Vozes, 2003.

CARRAHER, David W. **Senso crítico do dia-a-dia às Ciências Humanas**. São Paulo: Pioneira, 1983.

LARAIA, R. de B. **Cultura – um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LIBANIO, João Batista. **Introdução à vida intelectual**. São Paulo: Loyola, 2002.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ARONDEL – ROHAUT, **Madeleine**. Exercícios Filosóficos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

PENA, A. G. **Introdução à antropologia filosófica**. Rio de Janeiro: Imago, 2004.
Complementar:

LENTIN, Jean-Pierre. **Penso, logo me engano**. São Paulo: Ática, 1997.

PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS E COTIDIANO DO PROFESSOR INDÍGENA

EMENTA: Fundamentos da pesquisa educacional: características e especificidades da "Escola" como objeto de investigação. Atividades de cunho investigativo centrada na observação, descrição, análise e reflexão do cotidiano da escola e da sala de aula ante ao reconhecimento da complexidade que envolve a organização do trabalho pedagógico escolar. Compreendendo o cotidiano escolar indígena como um direito de cidadania e de participação crítica na sociedade. O direito dos povos indígenas a uma educação específica, diferenciada, intercultural e bilíngue.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CAMPOS, Rogério Cunha. **Pensando os Movimentos indígenas como sujeitos socioculturais: a luta por educação**. XI CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. Unicamp, 2003.

DALMOLIN, Gilberto Francisco, **O papel da escola entre os povos indígenas: de Instrumento de exclusão a recurso para emancipação sociocultural** – Rio Branco: EDUFAC, 2004.

TAVARES. J. **A formação como construção do conhecimento científico e pedagógico**. In: SÁ-CHAVES, I. Percursos de formação e Desenvolvimento Profissional. Porto: Porto Editora (Coleção CIDINE), 1997.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena**. Cadernos de Educação Básica, Série Institucional, Vol. 2. Brasília: MEC, 1993.

FAUSTINO Rosângela Célia. **Movimentos sociais, questão indígena e educação no contexto da diversidade cultural**. Revista Contrapontos - Eletrônica Vol. 11 - n. 3 - p. 323-335 / set-dez 2011.

SILVA, Rosa Helena Dias. **Movimentos indígenas no Brasil e a questão educativa - Relações de autonomia, escola e construção de cidadanias**. XXII Reunião Anual da ANPED, Caxambu, setembro de 1999.

ESTÁGIO EM GESTÃO DE SISTEMAS DE ENSINO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

EMENTA: Gestão Democrática: princípios e instrumentos para a prática. Organização do trabalho na escola. Função e princípios da coordenação pedagógica. Projeto Político Pedagógico e Gestão Escolar. Análise de experiências de gestão em escolas indígenas no Brasil e no Maranhão: o papel dos diretores e da coordenação pedagógica, os calendários, os regimentos, a organização de tempos e espaços, a relação com a comunidade indígena, as parcerias (agenda de trabalho da equipe gestora). Escolarização e currículo: sua história e sua prática. Escolarização e cultura escolar. Políticas curriculares oficiais. Níveis político, administrativo e técnico-pedagógico de intervenção no currículo. Currículo multicultural, aberto e flexível. Construção do currículo específico e Projeto Político Pedagógico das Escolas Indígenas.

Av. dos Portugueses, 1966 • Bacanga • São Luís • MA
CEP 65.000-000

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

FERREIRA, Naura Syria e AGUIAR, Márcia Ângela da. (org.) **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas/ SEF/ MEC. **Roteiro de apresentação e sistematização das experiências de formação de professores indígenas (projetos não governamentais)**. Brasília, 2000 (Mimeo).

MOREIRA, A. F. Batista e SILVA, T. Tadeu da. (org.) **Currículo, Cultura e Sociedade**. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 1994.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

LIBÂNEO, J.C. et. al. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **“A Filosofia na Formação do Educador”**, in: Educação: do senso comum à consciência filosófica. S. Paulo: Cortez, 1986.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas** - Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2014.

HERNANDEZ, Fernando e VENTURA, Montserrat (org) Trad Jussara Halbert Rodrigues. **A Organização do Currículo por Projetos de Trabalhos**. 5ª Ed. Porto Alegre- RS: Artes Médicas, 1998.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

EMENTA: Métodos de pesquisa e análise bibliográfica: como e onde pesquisar. Planejamento, pesquisa e aspectos gráficos da monografia (as normas da ABNT) e a elaboração das referências bibliográficas. Elaboração e execução de projeto de trabalho de conclusão de curso.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6021**: informação e documentação - publicação periódica científica impressa - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

GATTI, Bernadete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Liber Livro, 2012.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Brasília: Liber Livro, 2007.

BASTOS, Rogério Lustosa. **Ciências Humanas e Complexidades**: Projetos, Métodos e Técnicas De Pesquisa: O Caos, A Nova Ciência. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. 18. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ROSA, Maria Virginia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa**: mecanismos para validação dos resultados. Belo Horizonte: Autentica, 2006.

PROJETOS E AÇÕES NAS ÁREAS DA CULTURA, DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE

EMENTA: Etapas da elaboração de projetos de pesquisa acadêmico. Conceito de natureza. História da ideia de meio ambiente. Leitura crítica da legislação ambiental. Protocolos, serviços ambientais, impactos de projetos de desenvolvimento, mudanças climáticas. Aspectos históricos de movimentos sociais e conceitos indígenas relacionados às políticas ambientais e à chamada sustentabilidade. Direitos humanos. Educação e diversidade étnico-cultural. Organismos internacionais e o reconhecimento da diversidade étnico-racial e cultural.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

TRONCARELLI, M. C. [et al.] (Orgs.). **Ecologia, Economia e Cultura** Livro 1 – Projeto de Formação de Professores Indígenas ISA/ATIX. Belo Horizonte.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Desenvolvimento econômico e reenvolvimento cosmopolítico**: da necessidade extensiva à suficiência intensiva. Revista Sopro, maio 2011.

SILVA, A; GRUPIONI, L. D. **A temática indígena na escola**. Brasília: MEC/MARI, 1995

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004.

PINTO, Sergio Mauricio Costa da Silva. **Família de Negros: Entre a Pobreza e a Herança Cultural**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.]

BRANDÃO, C. R. As Flores de Abril: **Movimentos Sociais e Educação Ambiental**. Editora: Autores Associados. 206 p.2005.

SEMINÁRIO E PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO I

EMENTA: Realização de Seminários; Elaboração e desenvolvimento dos Projetos de Pesquisa; Produção de Material Didático; Reflexão das Práticas Metodológicas. Oficinas e atividades de interligação entre os conteúdos trabalhados nos módulos e demais atividades, como a elaboração de metodologias próprias de ensino. Saber tradicional indígena e saber acadêmico. Educação intercultural: passagens, mediações e processos tradutórios. Participação em grupos de pesquisa e extensão.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

ALMEIDA, J. (2004). **Profissão docente e cultura escolar**. SP, Intersubjetiva.

CARDOSO, L. (2003). **Formação de professores: mapeando alguns modos de ser-professor ensinados por meio do discurso científico-pedagógico**. In: PAIVA, Edil (org.). Pesquisando a formação de professores. Rio de Janeiro, DP&A.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas** - Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2014.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

CATANI, D. e SOUZA, C. (org) (1997). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo, Escrituras.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: os saberes necessários à prática educativa**. 3. ed.: Paz e Terra, São Paulo, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

SAVIANI, Dermerval. **“A Filosofia na Formação do Educador”**, In: Educação: do senso comum à consciência filosófica. S. Paulo: Cortez, 1986.

BRASIL. **Decreto Presidencial** nº 26/91. Diário Oficial da União, Brasília, 5 fev. 1991.

SEMINÁRIO TEMÁTICO E PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO II

EMENTA: Realização de Seminários; Elaboração e desenvolvimento dos Projetos de Pesquisa; Produção de Material Didático; Reflexão das Práticas Metodológicas. Oficinas e atividades de interligação entre os conteúdos trabalhados nos módulos e demais atividades, como a elaboração de metodologias próprias de ensino. Saber tradicional indígena e saber acadêmico. Educação intercultural: passagens, mediações e processos tradutórios. Participação em grupos de pesquisa e extensão.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

ALMEIDA, J. (2004). **Profissão docente e cultura escolar**. SP, Intersubjetiva.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: os saberes necessários à prática educativa**. 3. ed.: Paz e Terra, São Paulo, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

Av. dos Portugueses, 1966 • Bacanga • São Luís • MA
CEP 65.000-000

SAVIANI, Dermerval. **“A Filosofia na Formação do Educador”**, In: Educação: do senso comum à consciência filosófica. S. Paulo: Cortez, 1986.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

CARDOSO, L. (2003). **Formação de professores: mapeando alguns modos de ser-professor ensinados por meio do discurso científico-pedagógico**. In: PAIVA, Edil (org.). Pesquisando a formação de professores. Rio de Janeiro, DP&A.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas** - Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2014.

BRASIL. **Decreto Presidencial** nº 26/91. Diário Oficial da União, Brasília, 5 fev. 1991.

ESTÁGIO EM DOCÊNCIA I (ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL)

EMENTA: Atividades teórico-práticas voltadas para os anos iniciais do Ensino Fundamental, com vistas à análise e caracterização dessas realidades. Propostas educativas voltadas para os anos iniciais do Ensino Fundamental para o seu bom desenvolvimento e aplicações de atividades: o currículo, os materiais adequados, as opções metodológicas e as estratégias educativas. Aplicação das habilidades básicas da docência em situações instrucionais cotidianas. Desenvolvimento de atividades de docência (observação, planejamento, avaliação, organização de situações de ensino e aprendizagem, organização e produção de material didático e docência compartilhada) em escolas indígenas do Ensino Fundamental, nos anos iniciais. Reflexões sobre as práticas docentes realizadas ao longo do estágio. Material didático e/ou de pesquisa realizados pelos acadêmicos ao longo do curso. As atividades de estágio, se necessário, devem atender ao ensino multisseriado e de natureza interdisciplinares no atendimento ao primeiro segmento do ensino fundamental.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

IRAÍDE Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. **Prática de Ensino e Estágio supervisionado na Formação de Professores**. São Paulo: AVERCAMP, 2006.

BUSATO. **Avaliação das Práticas de Ensino e Estágio**: a importância dos registros na reflexão sobre a ação docente. Poro alegre: Mediação, 2005.

CARVALHO, Gislene; ROCHA, Vera. **Formação de Professores e Estágio Supervisionado**: relatos e reflexões. São Paulo: ANDROSS, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

CANDAU, V. M^a. (Org). **Magistério: Construção cotidiana**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos).

BRASIL. Ministério da Educação - **Resultados de Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena**. <http://coneei.mec.gov.br>. CORDEIRO, Jaime. Didática. São Paulo: Contexto, 2007.

GASPARIN, João Luiz; ALTOÉ, Anair; NEGRÃO, Maria Tempelin Ferreira; TERUYA, Teresa Kazuko. (Orgs.). **Didática: processos de trabalho em salas de aula**. Maringá: EDUEM, 2005.

ESTÁGIO EM DOCÊNCIA II (ENSINO MÉDIO)

EMENTA: Atividades teórico-práticas voltadas para as séries finais do Ensino Fundamental, com vistas à análise e caracterização dessas realidades. Propostas educativas voltadas para séries finais do Ensino Fundamental para o seu bom desenvolvimento e aplicações de atividades: o currículo, os materiais adequados, as opções metodológicas e as estratégias educativas. Aplicação das habilidades básicas da docência em situações instrucionais cotidianas. Desenvolvimento de atividades de docência (observação, planejamento, avaliação, organização de situações de ensino e aprendizagem, organização e produção de material didático e docência compartilhada) em escolas indígenas do Ensino Fundamental, séries finais. Material didático e/ou de pesquisa realizados pelos acadêmicos ao longo do curso. Reflexões sobre as práticas docentes realizadas ao longo do estágio. As atividades de estágio, se necessário, devem atender ao ensino multisseriado e a áreas específicas do conhecimento no atendimento ao segundo segmento do ensino fundamental.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CURTO, L.M. (et al). **Escrever e Ler: Materiais e recursos para sala de aula**. Porto Alegre: Artemed. 2000.

KAUFMAN, A. M^a (et al). **Alfabetização de crianças: Construção e intercambio**. 7 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998

NEREIDE, S. **O saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade/método no processo pedagógica**. 4^a Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

CANDAU, V. M^a. (Org). **Magistério: Construção cotidiana**. 5^a Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos).

BRASIL. Ministério da Educação - **Resultados de Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena**. <http://coneei.mec.gov.br/>

CORDEIRO, Jaime. Didática. São Paulo: Contexto, 2007.

GASPARIN, João Luiz; ALTOÉ, Anair; NEGRÃO, Maria Tempelin Ferreira; TERUYA, Teresa Kazuko. (Orgs.). **Didática: processos de trabalho em salas de aula**. Maringá: EDUEM, 2005.

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

Ementa: Educação inclusiva no Brasil, conceito e história. Deficiência: concepções e características específicas de cada categoria. Políticas públicas para educação inclusiva. Legislação Brasileira: o contexto atual. O processo de inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular. Ações educativas e desenvolvimento escolar. Ensino colaborativo na inclusão escolar (coensino). Práticas pedagógicas inclusivas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

EVÊNCIO, Kátia Maria de Moura. Educação Inclusiva: diversos olhares entre teorias e práticas. Curitiba: Appris, 2018.

NAKAYAMA, Antonia Maria.; RANGNI, Rosemeire de Araújo. Rumos da educação inclusiva. Curitiba: Appris, 2019.

SUZAN, Stainback; STAINBACK, William. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

LIMA, Priscila Augusta. Educação inclusiva e igualdade social. São Paulo: Avercamp, 2006.

MAZZOTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

RODRIGUES, David. Inclusão e Educação - Doze Olhares Sobre Educação Inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INDÍGENA II (60H)

Ementa: Contato com a prática ensino, pesquisa e extensão docentes aplicado à educação indígena. Análise das estratégias de ensino, pesquisa e extensão, a partir das culturas indígenas e da ciência antropológica. Organização dessas práticas com base nas atividades realizadas por etnia no contexto escolar. Envolvimento com o plano didático-pedagógico da escola, abordando história, conhecimentos e práticas indígenas no ambiente escolar: narrativas míticas, rituais, medicina tradicional, artes, identidade e línguas indígenas.

REFERÊNCIA BÁSICA:

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto . O Trabalho do Antropólogo. Paralelo 15 Editora, Brasília. 220 p.p. 1998.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. A presença indígena na formação do Brasil. Brasília: SECAD, 2006. 264 p. (Educação para todos..Vias dos saberes ;2) ISBN 8598171581 (broch.)

LAPLANTINE, Francois. Aprender antropologia. São Paulo, SP: Brasiliense, 1988. 205 p.

SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1. e 2. graus. 4.ed. São Paulo, SP: Global; Brasília, DF: MEC, MARI, UNESCO, 2004. 575 p. ISBN 8526006142(broch.).

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR:

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade, Etnia e Estrutura Social Pioneira Editora, São Paulo, 118 p.p., 1978

CARDOSO, Lindabel Delgado. Artes e línguas na escola pública: uma possibilidade em movimento . Campinas, SP: Alínea, 2008. 154 p. ISBN 9788575162668 (broch.).

LIMA, Antonio Carlos de Souza; BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. Antropologia e identificação: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002. Rio de Janeiro, RJ: Contra Capa, 2005. 444 p.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo: Pioneira, 1976. 118p.

SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana K. Leal. Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola. 2. ed. São Paulo, SP: Global, 2001. 396

32 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E REFERENCIADA

BRASIL. As leis e a Educação Escolar Indígena. Brasília: MEC/SEF, 2002.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: 1988.

_____. Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena. Brasília: MEC/SEF, 1993.

_____. Fundação Nacional do Índio. Legislação e jurisprudência indígenas. Brasília: Funai, 1973.

_____. Lei Nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial da União, MEC, 1996.

_____. Proposta de Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, em Cursos de Nível Superior. Brasília: 2000.

_____. Decreto nº 6.861/09. Educação Escolar Indígena e define sua organização em territórios etnoeducacionais. Brasília: 2009.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais: arte. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Referenciais para a Formação de Professores Indígenas. Brasília: MEC/SEF, 2002.

_____. Decreto nº 6.755/09. Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. Brasília: 2009.

_____. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Brasília: MEC/SEF. 1998.

_____. Referenciais para Formação de Professores Indígenas. Brasília: MEC/SEF. 2002.

_____. Resolução CNE/CP nº 01/15. Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores Indígenas. Brasília: 2015.

_____. Resolução CONAES nº 01/10. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante. Brasília: 2010.

_____. Resolução CNE/CP 02/02. Duração e carga horária dos cursos de licenciatura. Brasília: 2002.

_____. Parecer MEC/CEB/CNE nº 14/99. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena. Brasília: Diário Oficial da União, 19/10/1999b.

_____. Parecer CNE/CP nº 08/12. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília: Diário Oficial da União, 30/05/2012.

_____. Resolução CEB/CNE nº 03/99. Diretrizes Nacionais para o Funcionamento das Escolas Indígenas. Brasília: Diário Oficial da União de 14/12/1999a, p.58.

_____. Resolução CNE/CEB nº 05/12. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Brasília: 2012. _____. LEI Nº 6.001. Estatuto do Índio. Brasília: 1973.

_____. Decreto Presidencial nº 26/91. Brasília: 1991.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DO ACRE/ ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES

INDÍGENAS DO ACRE. Projeto de Formação Universitária para Educadores Indígenas. Rio Branco, 2005.

FOUREZ, Gerard. Fundamentos epistemológicos para a interdisciplinaridade. Texto provisório apresentado no Congresso da AMSE em Sherbooke. Traduzido por Vera Brandão em 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: www.ibge.gov.br

LUCK, Heloisa. Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

NAÇÕES UNIDAS. Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Rio de Janeiro: UNIC/2008.

OIT. Pueblos Indígenas y Tribales. Guia para la Aplicacion del Convenio Número 169 de la OIT. Genebra: OIT e Centro Internacional para los Derechos humanos y Desarrollo Democrático. 1966.

POMBO, Olga. Interdisciplinaridade: conceito, problemas e perspectivas. In: Interdisciplinaridade: reflexão e experiência. Lisboa: Texto Editora, 1994.

Projeto Pedagógico para Criação de Turmas Especiais do Curso de Primeira Licenciatura Intercultural Indígena
Av. dos Portugueses, 1966 • Bacanga • São Luís • MA
CEP 65.000-000